

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARIA PAULA LOTTI

**A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO COMÉRCIO
INTERNACIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2016**

CRICIÚMA

2017

MARIA PAULA LOTTI

**A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO COMÉRCIO
INTERNACIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharela, no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a Dr^a Natália Martins
Gonçalves

CRICIÚMA

2017

MARIA PAULA LOTTI

**A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO COMÉRCIO
INTERNACIONAL NO PERÍODO DE 2000 A 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharela, no Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 03 de Julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Natália Martins Gonçalves - (UNESC) - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Melissa Watanabe - (UNESC)

Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini - (UNESC)

A minha família, que sempre me apoiou, aos amigos que conquistei durante a graduação e aos professores que colaboraram para a conclusão do curso.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos, primeiramente a Deus, que é minha força maior, sobretudo e que nos momentos difíceis, me deu força, coragem e motivos para sempre ter fé. Gratidão aos meus pais, por todo o amor, compreensão e incentivos, além de sempre acreditarem em mim e ainda que não tivessem conhecimento disto, mas iluminaram de maneira especial os meus pensamentos.

As amizades que construí na Universidade, em especial, às minhas amigas que fiz nesta jornada acadêmica, Bianca, Geovana e Luana, por estarem fazendo parte deste momento e que permanecerão em minha vida. Aos professores, que ao longo da graduação, passaram seus conhecimentos.

E principalmente, agradeço imensamente a minha professora e orientadora Natália Martins Gonçalves, por todo seu conhecimento, sua dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Professora excelente e profissional, que tive o prazer de conhecer.

Muito obrigada a todos que, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

“Você não pode mudar o vento, mas pode ajustar as velas do barco para chegar onde quer.”

Confúcio

RESUMO

No cenário do comércio internacional ocorrem diversas mudanças que causam impacto nos principais setores econômicos devido a participação entre os blocos econômicos. O estudo tem como objetivo fazer uma análise do município de Criciúma, visto que, é o município de maior abrangência socioeconômica da região Sul do Estado de Santa Catarina e destaca-se principalmente por sua diversidade setorial mas que atualmente, apresenta dados em que o setor de comércio e serviços tem maior participação, no setor industrial, a cerâmica, indústria metal-mecânica, plástico e as confecções ainda compõe parte da representatividade na balança comercial.

O município tem como maior parceiro no comércio internacional, os países do bloco denominado ALADI, em especial a Argentina, e em seguida os Estados Unidos. Cabe ressaltar, que a participação de Criciúma no comércio internacional no trabalho é analisado através da balança comercial, dos principais produtos da pauta de importação e exportação, dos blocos econômicos que apresentam maior representatividade no município além dos setores presentes na região que mais se destacam. A metodologia utilizada foi de caráter descritivo, ou seja, a análise de dados, através da base do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) com dados sobre a balança comercial e outras bases de dados para relacionar com a situação econômica de Criciúma, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados sociais e demográficos, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (CAGED), juntos, com dados sobre o emprego e os grandes setores, unindo também o uso de bibliografias relacionadas ao tema. Os resultados foram satisfatórios, pois devido ao longo período de análise, a economia de Criciúma apresentou déficits e superávits, principalmente nos últimos anos que a balança comercial foi deficitária, em razão aos incentivos oferecidos às indústrias para a importação do mercado chinês.

Palavras-chave: Comércio exterior. Criciúma. Balança comercial. Santa Catarina. Economia.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Território catarinense segundo divisão territorial e principais concentrações produtivas com representatividade do Valor Adicionado de Santa Catarina, no ano de 2012	57
Mapa 2- Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Blocos econômicos - resumo	19
Quadro 2 – Principais características de segmentos industriais com alto grau de atualização tecnológica presentes em arranjos e cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina - 2005	54
Quadro 3 – Principais características de segmentos industriais com médio/baixo graus de atualização tecnológica presentes em arranjos e cadeias produtivas do estado de Santa Catarina - 2005.....	55
Quadro 4 - Setores de Contas Nacionais do Comércio Exterior de Criciúma, SC	82
Quadro 5 – Principais produtos exportados pelo município de Criciúma, 2017(Jan-Mar, em US\$ FOB).....	85
Quadro 6 - Principais produtos importados pelo município de Criciúma, 2017(Jan-Mai, em US\$ FOB)	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das exportações mundiais – 1950 a 2013.....	28
Gráfico 2 - Participação (%) do Brasil nas exportações e importações mundiais – 1950 a 2013	35
Gráfico 3 - Variação (%) anual das exportações e participação (%) das exportações no PIB – 1950 a 2013.....	37
Gráfico 4 - Exportação brasileira por fator agregado em US\$ - 1998 a 2017.....	38
Gráfico 5 - Exportação brasileira por bloco econômico 1901 a 2007 (Janeiro/Junho) – Participação sobre o total geral	39
Gráfico 6 - 13 maiores países destinos das exportações brasileiras – até 3 bi US\$ 2016	40
Gráfico 7- Importação brasileira por bloco econômico 1901 a 2007 (Janeiro/Junho) – participação sobre o total geral	42
Gráfico 8 - Balança comercial do Estado de Santa Catarina de 2000 a 2016 (US\$ FOB).....	68
Gráfico 9 – Balança comercial do município de Criciúma de 2000 a 2016 (US\$ FOB)	76
Gráfico 10 - Principais países de destino das exportações – 2016 a 2017	77
Gráfico 11 - Principais Blocos Econômicos de Destino das exportações – 2016 a 2017	78
Gráfico 12 – Participação em percentuais nas exportações do município de Criciúma nos principais Países e Blocos Econômicos de destino – 2016.....	79
Gráfico 13 – Exportações do município de Criciúma totais por fator agregado no período de 2000 a 2016 - (US\$ FOB)	80
Gráfico 14 – Importações totais do município de Criciúma por fator agregado no período de 2000 a 2016 - (US\$ FOB)	81
Gráfico 15 - 7 principais produtos exportados do município de Criciúma (mil US\$ FOB) 2000 – 2016.....	86
Gráfico 16 - Principais produtos importados pelo município de Criciúma (mil US\$ FOB) 2000 – 2016.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comércio exterior do Brasil com a UE – US\$ milhões	20
Tabela 2 – MERCOSUL – exportações e importações brasileiras – US\$ milhões....	22
Tabela 3 – Comércio Brasil – América Latina – média diária em US\$ milhões.....	24
Tabela 4 – Principais mercados de destino das exportações brasileiras – 1985 -2010 (%).....	26
Tabela 5 - Indicadores demográficos e sociais do município Estado de Santa Catarina (1991-2010)	57
Tabela 6 – Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Santa Catarina.	64
Tabela 7 – Participação do emprego (%) no Estado de Santa Catarina – 2002 a 2015	65
Tabela 8 - Participação setorial (%) no Estado de Santa Catarina no período de 2002 a 2014	66
Tabela 9 - Indicadores demográficos e sociais do município de Criciúma - SC.....	73
Tabela 10 - PIB do município de Criciúma – SC – 2002 a 2014	73
Tabela 11- Participação do emprego (%) no município de Criciúma no período de 2002 a 2015	74
Tabela 12 - Participação setorial (%) no município de Criciúma no período de 2002 a 2014	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
AMREC - Associação dos Municípios da Região Carbonífera
APEC - *Asia-Pacific Economic Cooperation*
APL - Arranjo Produtivo Local
CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CIF - *Cost, Insurance and Freight*
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras
ECU - *European Currency Unit*
UE - União Europeia
EUA - Estados Unidos da América
FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FMI - Fundo Monetário Internacional
FOB - *Free On Board*
GEs - Grandes Empresas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEA - Instituto de Economia Agrícola
IPMF - Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira
ISS - Imposto Sobre Serviços
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MGEs - Médias e Grandes Empresas
MPEs - Micro e Pequenas Empresas
NAFTA - *North American Free Trade Agreement*
OMC - Organização Mundial do Comércio
PEs - Pequenas Empresas
PIB - Produto Interno Bruto
PIS - Programa de Integração Social

PMGEs - Pequenas, Médias e Grandes Empresas

PNB - Produto Nacional Bruto

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TEC - Tarifa Externa Comum

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL.....	13
2.1.1 Processo de análise	16
2.1.2 A relevância da economia internacional	16
2.1.3 Globalização e Regionalização	17
2.1.3.1 Globalização.....	17
2.1.3.2 Regionalização: os blocos econômicos.....	18
2.3.1.2.1 <i>União Europeia (UE)</i>	19
2.3.1.2.2 <i>Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)</i>	21
2.3.1.2.3 <i>ALADI (ALALC), NAFTA, APEC e ALCA</i>	23
2.2. O COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	26
2.2.1 Contextualização histórica	26
2.2.2 As principais teorias do comércio internacional	29
2.2.3 O Balanço de Pagamentos	30
2.2.4 Taxa de câmbio	33
2.2.5 A participação do Brasil no comércio internacional	34
2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL	44
2.3.1 Conceitos e breve histórico	44
2.3.2 Teorias do desenvolvimento econômico	45
2.3.4 Estratégias de desenvolvimento setorial	53
2.3.5 Desenvolvimento regional	56
2.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUA PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	59
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA.....	70
3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	70
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	71
4 A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 2000 A 2016	72
4.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CRICIÚMA.....	72
4.1.1 O município	72

4.1.2 A economia de Criciúma.....	73
4.2 VOLUMES DO COMÉRCIO EXTERIOR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO NO PERÍODO DE 2000 A 2016.....	75
4.3 A PARTICIPAÇÃO SETORIAL DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA.....	80
4.4 A REPRESENTATIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR NO DESENVOLVIMENTO DE CRICIÚMA	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho destaca o comércio internacional e a balança comercial. O comércio internacional consiste no comércio e investimentos internacionais que ocorrem entre nações independentes, principalmente no caso de que “os países se especializem na produção de uma gama mais restrita de bens, dando a eles maior eficiência na produção em larga escala.” (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p.3). Ao longo dos anos, muitos fatores tiveram mudanças na forma de produção com a inserção da tecnologia e industrialização.

Com base no comércio internacional, a balança comercial é responsável por registrar a movimentação de exportação e importação de um determinado país durante um período e estas movimentações influenciam diretamente não controle de preços, pois quando o valor de um produto interno estiver muito alto, o governo incentiva a importação a fim da competitividade e conseqüentemente diminuindo o preço, segundo Flaviano, Medeiros e Carvalho (2004).

O município de Criciúma, localizado no Sul do Estado de Santa Catarina, se caracteriza como maior centro demográfico e econômico da região, oferecendo diversos serviços para todo o Sul, conforme Fabre (2016).

O problema de pesquisa busca apresentar a participação da balança comercial no desenvolvimento e representatividade dos produtos, no município de Criciúma com relação ao estado de Santa Catarina, desde que o Estado, apresenta uma balança comercial relativo com o município, na qual se tem saldos negativos, conforme dados do MDIC, desde 2009 até o final de 2016, com um saldo negativo de US\$ -37.543.277.950 e no município de Criciúma, o déficit veio acontecendo desde o ano de 2011 até o ano de 2016, com um saldo negativo de US\$ -660.777.698,00.

O período escolhido para analisar a relação do comércio internacional de Criciúma foi de 2000 a 2016, e devido ao longo período, é possível ter uma visão ampla do período além da contextualização histórica no período.

Considerando acima exposto, delimitou-se o estudo à seguinte pergunta norteadora da pesquisa: **como ocorreu a participação do município de Criciúma no comércio internacional, no período de 2000 a 2016?**

O objetivo geral desse estudo é: analisar a participação do município de Criciúma no comércio internacional, no período de 2000 a 2016. Para completar, os

objetivos específicos: levantar os volumes e a pauta de importação e exportação do município de Criciúma usando base de dados secundários oficiais; Analisar a participação setorial das importações e exportações de Criciúma na pauta do comércio internacional do município; Inferir relações da participação do município de Criciúma no comércio internacional e o desenvolvimento local.

O trabalho desenvolve-se em cinco capítulos. O primeiro apresenta a introdução, os objetivos do trabalho e a justificativa. O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica, cuja pesquisa define economia internacional, a participação do Brasil nas exportações e importações mundiais, a inserção e os principais blocos econômicos que fazem parte do comércio internacional juntamente com o Brasil, e abrange as definições de balanço de pagamentos, taxa de câmbio, a globalização, os blocos econômicos e balança comercial, por fim, o comércio internacional com uma breve contextualização e a suas teorias, a inserção do desenvolvimento regional como participação do Estado de Santa Catarina no comércio internacional.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos, definindo a forma e o delineamento da pesquisa. O quarto capítulo aborda com os dados, a participação do município de Criciúma no comércio internacional no período 2000 a 2016, os setores com maior representatividade, os principais blocos econômicos a fim de responder os objetivos, e por fim, o quinto capítulo refere-se às considerações finais.

A justificativa do desenvolvimento do trabalho atribui por apresentar escassez em estudo científico que se aborda este tema em geral do período e também pelo município apresentar uma grande variedade de produtos para exportação, pois é vasto na produção da indústria cerâmica, têxtil, de plástico, além da exploração do carvão e agricultura, focada na região de estudo, além de despertar o interesse de conhecer a dinâmica da participação do município no comércio internacional, além do que, Criciúma é o município que tem maior representatividade na Região Sul do Estado de Santa Catarina. Por ser uma pesquisa feita através de pesquisas bibliográficas e análises dos dados coletados, torna-se viável, a fim de relacionar o município de Criciúma com o comércio internacional.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia internacional tem um campo teórico que abrange como um todo a economia com limites geográficos, estudando as relações econômicas entre as nações. Conforme apresenta Maia (2001, p.24), no período do estudo, “[...] cerca de 25% dos bens produzidos no mundo são exportados. Isso mostra a importância do comércio internacional. ”

O item básico para realizar a análise condiz com uma limitação de espaço geográfico e uma inclusão com o restante do mundo.

Portanto, a Economia Internacional é mais abrangente e engloba o comércio internacional (exportações e importações), prestação de serviços, transferências unilaterais (donativos, remessas de imigrantes ou para imigrantes) e movimento de capitais (MAIA, 2001, p. 25).

Conforme Baumann e Gonçalves (2015), na Primeira Guerra Mundial, houve a transação de sérvios e montenegrinos, consideradas transações internas; diferente da União Europeia que apesar de ser considerada uma nação, muda com muita frequência ao decorrer do tempo. Considerando isso, a estrutura de país ou nação varia conforme o tempo, sendo assim:

A análise a partir de países é menos precisa, é fundamental ter presente que o objeto economia internacional é o conjunto de transações econômicas associadas à pertinência ou não a determinado espaço geográfico (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p.1).

A importação é fundamental a partir do momento em que um produto ou um serviço se encontra com baixo custo em outro país dentre o país de referência. Conforme Maia (2013, p. 10), “em decorrência das diferenças geográficas (clima e solo), os países têm suas produções em função do custo menor. Assim, é melhor ao país B produzir café e ao país A produzir trigo. Por meio do comércio internacional, B adquire trigo de A e vende café a A.”

Devido a isso, os países beneficiados de tecnologia disparam na qualidade de seus produtos, visto que, através das trocas, os países podem importar produtos ou insumos de alta qualidade provenientes de anos de pesquisa e experiência. O exemplo que se tem atualmente são empresas sendo sediadas em países asiáticos devido a mão de obra barata, mas com a tecnologia de qualidade

de países desenvolvidos, como Estados Unidos, que instalaram sedes em diversos países asiáticos, segundo Maia (2001).

A exportação ainda gera dúvidas para muitos brasileiros, devido à deficiência de alguns produtos para o consumo interno, mas essa deficiência decorre a causa conjuntural ou estrutural.

A causa conjuntural, segundo Maia (2001, p. 30):

é aquela que ocorre eventualmente e não se repete. Na agricultura, seria uma seca, uma geada ou até mesmo uma inundação. São problemas, que na realidade, só prejudicam uma safra. Na indústria, seria uma greve em determinado setor. Seu efeito, embora maléfico, é temporário.

Ou seja, são efeitos que dependem de alguns outros fatores, e não são propriamente definitivos, diferente da causa estrutural. Na causa estrutural, para Maia (2001, p.30), é “a deficiência é permanente. O melhor exemplo é o de uma guerra que destrói todo o parque industrial e toda a agricultura. Poderia também ser uma praga que prejudicasse definitivamente todas as plantações. ”

Devido a grande concorrência no mercado internacional, as exportações dos principais países são isentas de impostos. No Brasil, em 1994, foi criado o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), que durante um tempo foi tributado os impostos destinados a exportação, prejudicando as vendas ao comércio externo, como cita o autor. No ano de 1996, foi criada a Lei Complementar nº87, a Lei Kandir, na qual “dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.” (BRASIL, 1996). Em 1997, foi recriado o CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira), e para que o comércio não fosse prejudicado novamente, foi extinto.

Mas neste período, era necessária uma medida que acabasse com a taxa de exportação, então o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) foi criado a fim de isentar os tributos à exportação de produtos industrializados e logo após, foi inserido para produtos primários e semielaborados. E com esta atual situação, o Brasil perdeu posição no mercado externo, conforme cita Maia.

Em 2007, foi adotado o sistema Super Simples, segundo Maia (2013, p. 32), “o novo sistema beneficia as empresas com relação à incidência do PIS, COFINS, do ISS e do ICMS (já extinto) sobre as exportações.” Esta medida se

aplicava a microempresas e empresas de pequeno porte. Na questão de isenção de taxas de importação, existe também o *Drawback*, quando há a exportação de uma matéria prima para confecção de uma determinada mercadoria que será exportada a diante, esta matéria prima terá isenção de impostos a fim de incentivar a exportação, como diz o autor.

Em relação às exportações brasileiras, a partir das mudanças que a indústria teve, o perfil exportador foi mudando também, essas mudanças trouxeram algumas consequências, como por exemplo, a crise argentina, devido a queda das exportações no ano de 2002 com os países do MERCOSUL, o Brasil teve de buscar novos mercados como a China, Índia, África do Sul, Cingapura e Emirados Árabes. Após a crise, foram tomadas providências para aumentar a exportação e aos olhos das autoridades, foram feitas algumas “modificações no Programa de Financiamento às Exportações para incentivar pequenas e médias empresas a exportar”, como destaca Maia (2013, p. 39).

Entende-se como prestação de serviços, segundo Maia (2013, p. 50), “transportes (inclui aéreo, hidrovias e portos), viagens internacionais (inclui turismo), financeiros (despesas bancárias), computação e informação, *royalties* e licenças, aluguel de equipamentos, serviços governamentais e outros serviços.” Atualmente, o setor de serviços é que compõe maior empregabilidade devido a inserção da tecnologia e, sendo assim, a sociedade tem preferido abandonar a manufatura para investir nos serviços, principalmente em países desenvolvidos.

As transferências unilaterais são operações entre países através de rubricas que não precisam de nada em troca, muitas delas sendo gratuitas ou compulsórias e atribuídas dos países de Primeiro Mundo para os de Terceiro Mundo. “Assim, são consideradas transferências unilaterais os donativos, remessas para manutenção de residentes no país, heranças, reparações de guerra, auxílio a instituições beneficentes ou religiosas.” (MAIA, 2001, p. 56).

O movimento de capitais é composto pelo fluxo de entrada e saída de capitais. Nos dias de hoje, com o uso da tecnologia (principalmente meios de comunicação), esses movimentos se tornaram mais excessivo. Segundo o autor, “o valor dos capitais movimentados diariamente ultrapassa a cifra de trilhões de dólares e o mais instável é o capital de curto prazo, que ganhou o nome *hot money* (dinheiro que não fica nas mãos por muito tempo)” (MAIA, 2013, p. 77).

2.1.1 Processo de análise

O método de análise na economia internacional entre países consiste em dois tópicos: a análise das relações comerciais e análise das relações financeiras entre os países. A análise das relações comerciais perdurou por muito tempo, devido a intervenção política, as preocupações em relação com o restante do mundo, com o processo de produção interno individual de cada país, e também devido a limitação do mercado internacional de capitais, conforme Baumann e Gonçalves (2015).

Esses modelos teóricos na função das relações comerciais mostraram-se mais adequados do que os modelos relacionados as finanças corporativas, pois se mostraram ser mais completos e avançados (há mais contribuições explicativas teóricas para o crescimento econômico do setor de comércio do que explicações voltadas para o crescimento econômico externo) (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

2.1.2 A relevância da economia internacional

Considerando todas as complexidades, seria difícil explicar algumas definições que seriam fundamentais para a análise da economia internacional e sua importância, mas dado as adequadas proporções, um economista leva em consideração os acontecimentos fora do seu país, ou seja, assuntos que se tratam exclusivamente da economia internacional deveriam ser assuntos fundamentais, apresentados no nosso dia a dia (encontram-se nas atividades diárias pessoais, profissionais e inclusive, política, determinando a linha de política fiscal). “Entretanto, existem fatos que marcaram de forma extraordinária seu desenvolvimento, como, por exemplo, a máquina a vapor, e, agora a Internet.” (MAIA, 2001, p. 25).

O que vem acontecendo atualmente é a relação que as economias estão tendo devido ao aumento no fluxo do comércio internacional (na qual, teve uma prontidão nos últimos 30 anos).

Pode-se ver isso claramente em alguns noticiários, que a cada dia, surgem novos caminhos para o comércio internacional, como isso está comprometendo a economia de terceiros países e trazendo a proximidade aos países de fácil

comercialização (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

2.1.3 Globalização e Regionalização

2.1.3.1 Globalização

No início da década de 70, foi então dado o início da globalização na qual houve uma revolução tecnológica estabelecendo uma relação entre Estado, economia e a sociedade a fim, essencialmente, para facilitar o livre comércio, principalmente com a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio), e através dessa unificação do mercado, o mundo foi se transformando através de grandes navegações a fim da expansão mercantil.

Essa situação favorece as grandes empresas, porque elas têm produção em larga escala, o que reduz custos e torna-as mais competitivas. Como elas têm filiais em vários países, podem comprar, com mais facilidades, a matéria-prima onde é mais barata, o que permite também reduzir custos (MAIA, 2013, p. 359).

Essa inserção da globalização teve características importantes, como a integração da inovação nos meios de comunicação, a interação entre sociedade, centros econômicos que são capazes de administrar redes empresariais etc.

A globalização financeira pode ser definida por três processos: expansão dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capitais e a maior integração entre os sistemas financeiros nacionais, conforme expõe Baumann e Gonçalves (2015).

Entretanto, a especificidade da globalização financeira moderna consiste na simultaneidade dos processos de aceleração dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência no sistema financeiro internacional e integração crescente entre os sistemas financeiros nacionais (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 180).

Os determinantes principais da globalização financeira é um conjunto de seis fatores. O primeiro são os fatores de ordem ideológica e trata da ascensão das ideias liberais ao longo dos anos; o segundo refere-se à ordem institucional e está relacionado diretamente com o sistema financeiro internacional; o terceiro fator remete ao processo tecnológico associado a revolução da informática e da comunicação; o quarto consiste nas diferentes estratégias adotadas pelos investidores ; o quinto traz as políticas adotadas pelos países e o sexto consiste em

ordem sistêmica, na qual é vista como parte integrada ao movimento de acumulação em escala global, segundo o autor.

A globalização produtiva envolve também a interação de três processos distintos: o avanço do processo de internacionalização da produção, o acirramento da concorrência internacional e a maior integração entre as estruturas produtivas das economias nacionais (BAUMANN; GONÇALVES, 2015).

Essa internacionalização trata-se de um país que tem acesso a bens de outro país, o acirramento quer dizer que a disputa no comércio internacional está cada vez maior e a integração entre as estruturas produtivas refere-se às relações contratuais.

2.1.3.2 Regionalização: os blocos econômicos

Os blocos econômicos são acordos entre países e são responsáveis para desenvolver relações econômicas, essas relações elevam o poder de compra nos países e assim, melhorando economicamente a vida da população. Segundo Maia (2013, p. 367), “como o mercado passa a ser disputado também por empresas de outros países-membros do bloco econômico, cresce a concorrência o que gera a melhoria de qualidade e a redução de custos.”

Estes blocos são constituídos através das zonas de livre comércio, na qual os países se unem para reduzir ou até mesmo eliminar taxas alfandegárias para importação de bens produzidos dentro dessa zona, existe também a união aduaneira, a qual, além de eliminar as taxas alfandegárias para a importação dos bens produzidos dentro da zona, adota uma política tarifária comum em relação a produtos importados de países fora da área (MAIA, 2013).

O mercado comum também é uma forma de constituir o bloco, pois dentro do bloco, facilita o fluxo de bens, serviços, capitais e mão de obra. A união econômica se faz necessário para estabelecer as políticas econômicas nacionais, um exemplo é a União Europeia que criou o Parlamento Europeu a fim de alcançar suas metas, e por fim, tem-se a união da integração total. “Os países componentes do bloco concordam com as condições estabelecidas na união econômica e vão além. Adotam uma política monetária comum, o que possibilita a criação de um Banco Central do bloco e uma moeda única.” (MAIA 2013, p. 369).

No Quadro 1, apresenta-se um breve resumo das características de cada bloco, nessas características, inclui-se como funciona a circulação de bens em seus respectivos blocos.

Quadro 1 - Blocos econômicos - resumo

Características	Zona de livre comércio	União aduaneira	Mercado comum	União econômica	União de integração total
Tarifa zero	X	X	X	X	X
TEC (tarifa Externa comum)		X	X	X	X
Livre circulação de bens, serviços, capitais e mão de obra			X	X	X
Políticas econômicas				X	X
Moeda comum e Banco Central do bloco					X
Exemplos	Nafta	MERCOSUL	CEE (Comunidade econômica europeia)	UE (antes do Euro)	UE (com euro)

Fonte: Adaptado de Maia (2013, p. 371).

Os principais blocos econômicos, segundo a OMC, são eles: UNIÃO EUROPEIA, MERCOSUL, ALADI, NAFTA, APEC, ALCA.

2.3.1.2.1 União Europeia (UE)

A partir do ano de 1948, foi criado um grupo de países com intuito econômico, chamando-se BENELUX, constituído pelos países da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, onde esses três países tinham produtos (carvão e aço) em comum e isso formou um objetivo, como explica Maia (2013, p. 395):

- eliminar as barreiras alfandegárias;
- eliminar as restrições de natureza econômica;
- estabelecer política adequada de preços de transportes; e
- instituir uma tarifaria alfandegária comum aos países não membros;

Foi feito então a Comunidade Econômica do Carvão e Aço (CECA), mas inserindo os países Alemanha Ocidental, França e Itália, essa comunidade foi a principal fonte de criação da União Europeia, porem, não o único, pois a União Europeia realmente se iniciou em 1992, conforme o Tratado de Maastrich e com essa criação integral, foi possível integralização dos países europeus, criaram um Banco Central para o bloco e também uma moeda única (o euro).

Assim, foi ocorrendo a integração dos países ao bloco, em 1973, foi aderido o Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte), Irlanda e Dinamarca, em 1981, a Grécia e 1986, foi Portugal e Espanha. Em 1995, foi incluído a Áustria, Suécia e Finlândia e logo em 2004, formaram a adesão de mais dez países no bloco, sendo eles Hungria, Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Chipre, Malta, República Checa, Eslovênia e Eslováquia, em 2006, aceitaram a inclusão da Romênia e Bulgária, porém com algumas condições, que seriam a vigilância desses países sobre a Comissão Europeia e seriam inclusos apenas no início do ano de 2007 e por fim, através de plebiscito, a Croácia foi inclusa também na UE, assim explica Maia (2013).

Em 1979, foi criado o sistema monetário europeu, seguindo algumas características, cada país era responsável pela paridade da moeda fixa, e era aceitável uma oscilação de 2,25% no total, quando a moeda apresentava queda além dessa oscilação, o Banco Central comprava para manter estabilidade, com a criação da moeda escritural, a *European Currency Unit* (ECU), atualmente o Euro, equivalia a 12 moedas dos países membros, tendo pesos diferentes e sendo revistas a cada cinco anos e por fim, a paridade eram fixadas em ECU (MAIA, 2013).

A circulação do Euro foi a partir de 1999, e até então, não era a moeda oficial, pois alguns países não atenderam as normas do Tratado de Maastricht, foi então apenas escritural para cheques, cartões e transferências.

Conforme a Tabela 1, pode-se analisar a parceria comercial entre o Brasil e a União Europeia, na qual mostra a importação e exportação crescente Conforme Maia (2013, p.406) “percentualmente, diminuíram; isso em decorrência do aumento global de nossas exportações e importações. No período de 1995/1999, nosso saldo foi devedor. Com a mudança do regime cambial brasileiro, em janeiro de 1999, voltou a ser credor.”

Tabela 1 – Comércio exterior do Brasil com a UE – US\$ milhões

Período	Exportações brasileiras	% s/ total das exportações	Importações brasileiras	% s/ total das importações	Saldo
---------	----------------------------	-------------------------------	----------------------------	-------------------------------	-------

		brasileiras		brasileiras	
1990 – 1994	10.634	29,41	5.818	24,03	4.816
1995 – 1999	13.748	27,89	15.214	28,16	- 1.466
2000 – 2004	17.476	25,46	14.184	26,29	3.292
2005	27.039	22,85	18.236	24,77	8.803
2006	31.045	22,58	20.202	22,11	10.843
2007	40.428	25,16	26.734	22,16	13.694
2008	46.395	23,43	36.178	20,88	10.217
2009	34.037	22,24	29.216	22,87	4.821
2010	43.135	21,36	39.121	21,53	4.014
2011	52.946	20,68	46.418	20,51	6.528

Fonte: Adaptado de Maia (2013, p. 406).

2.3.1.2.2 Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)

Como observa-se anteriormente, a formação da União Europeia foi através da CEECA, logo, a formação do MERCOSUL foi basicamente da mesma forma, na qual houve a quebra de barreiras com interesse econômico. O MERCOSUL foi a junção dos países da América Latina, em 1991, através do Tratado de Assunção, firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai e mais adiante, foi inserido os seguintes países: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

Essa formação econômica visava a zona livre de comércio e também o mercado comum, e em 1995, o MERCOSUL tornou-se uma união aduaneira (tarifa externa comum) e a formação desse bloco econômico se mostrou significativa devido a estabelecer melhorias no padrão de vida da população e também por ser uma economia competitiva entre os países (MAIA, 2013). Porém, conforme Maia (2013, p.375) expõe no texto, os objetivos apenas seriam alcançados se seguisse algumas características:

- eliminar as tarifas aduaneiras para o comércio entre os países do bloco;
- adotar políticas comercial comum com relação ao comércio com os países fora do bloco, particularmente com relação à Tarifa Externa Comum (TEC);
- tornar as legislações coerentes com os princípios desse mercado;
- permitir livre trânsito de trabalhadores, de modo que eles poderiam trabalhar em qualquer país do MERCOSUL;

A relação entre os países do bloco visava, principalmente, a produção em grande escala, reduzindo custos e aumentando a competitividade dos produtos. A TEC foi realizada a fim de estabilizar as tarifas alfandegárias em relação aos produtos importados de países fora do bloco MERCOSUL, mas devido aos níveis de industrialização serem distintos, houveram algumas discussões para diferenciar o nível de alíquota, segundo Maia (2013, p.376):

- para o Brasil, fosse elevada, porque tem uma parque industrial muito grande;
- para a Argentina, fosse média;
- para o Paraguai e o Uruguai, que são grandes importadores, fosse baixa.

O bloco do MERCOSUL não possui uma moeda única, mas de qualquer forma, seria interessante para facilitar o comércio externo, mesmo tendo alguns problemas para sua implantação. Como foi visto na UE, a zona do euro sofre alguns problemas devido ao déficit orçamentário, inflação, dívida pública e taxa de juros, que ao tentar corrigir estes casos, não é possível desvalorizar a moeda e por fim, todo o bloco passa pelas consequências.

Para muitos economistas, a moeda comum só é possível quando os choques externos têm os mesmos efeitos em todos os países-membros do bloco econômico. Exemplificando: a elevação do petróleo deveria provocar um choque econômico igual em todos os países-membros do MERCOSUL (MAIA, 2013, p.379).

O que não é o caso do MERCOSUL, pois há tanto países exportadores como países importadores de petróleo, ocasionando crescimento para os exportadores e recessão para os países importadores e a inserção da moeda comum, seria possível caso contasse com a mobilidade de mão de obra, ou seja, com o crescimento econômico no país exportador, haveria o aumento de emprego e assim, aconteceria o contrário para o país importador devido a recessão, com a mobilidade de mão de obra, as pessoas do país importador que estão desempregadas irão até o país exportador devido ao emprego e isso se torna possível quando a migração é dentro do mesmo país. O comércio entre Brasil e Argentina é desempenhado sem dólares, o que equivale a reais e pesos, sendo que cada país opera com seu Banco Central.

A participação do Brasil dentro do MERCOSUL têm sido bastante significativa e o bloco de maior participação do Brasil, como pode-se ver na Tabela 2.

Tabela 2 – MERCOSUL – exportações e importações brasileiras – US\$ milhões

Ano	Argentina		Paraguai		Uruguai		MERCOSUL	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
1991	1.476	1.609	496	220	337	412	2.309	2.242
2000	6.237	6.843	832	351	669	601	7.738	7.795
2002	2.346	4.743	559	383	412	484	3.317	5.610
2003	4.569	4.672	708	474	405	537	5.682	5.685
2004	7.390	5.569	873	297	670	522	8.933	6.388
2005	9.930	6.241	962	318	853	493	11.745	7.052
2006	11.739	8.053	1.233	295	1.012	618	13.984	8.966

2007	14.416	10.404	1.648	434	1.288	786	17.352	11.624
2008	17.605	13.258	2.487	657	1.644	1.018	21.736	14.934
2009	12.784	11.281	1.683	585	1.360	1.240	15.828	13.107
2010	18.522	14.434	2.547	611	1.531	1.574	22.601	16.619
2011	20.938	15.561	2.709	635	1.978	1.573	25.626	17.769

Fonte: Adaptado de Maia (2013, p. 382).

Conforme a Tabela 2, pode-se perceber os saldos positivos de 1991 a 2003 entre o Brasil e a Argentina mas o período que teve um crescimento favorável foi o ano de 2011, na qual o Brasil cresceu nas exportações e importações. Como explica Maia (2013, p. 382):

Como o dólar se desvalorizou em virtude da inflação americana, vamos corrigir os valores de 1991 (primeiro ano de MERCOSUL) para 2010. Teríamos: Exportação: US\$ 2.309 milhões equivalem em 2011 a US\$ 3.754 milhões; Importação: US\$ 2.242 milhões equivalem em 2011 a US\$ 3.645 milhões. Portanto, não houve crescimento inflacionário, mas real.

Em 2009, foi incluso a Venezuela no bloco e isso fez com que houvessem críticas devido a linha política do Presidente Chávez, na época, dificultando a relação do bloco MERCOSUL com os Estados Unidos. E adiante, alguns países foram associados ao bloco, ou seja, quando são associados, significa que estes países não precisam aplicar a TEC e não possuem o direito de votar, os países foram então o Chile, Peru, Bolívia, Equador e Colômbia.

2.3.1.2.3 ALADI (ALALC), NAFTA, APEC e ALCA

Após apresentar a UE e o MERCOSUL, há também outros blocos com expressão econômica. O bloco ALALC, atualmente ALADI, teve início no ano de 1960, através do Tratado de Montevideu, sendo composto pela Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, como todo bloco econômico, visa também o crescimento econômico e a ampliação do mercado (como o Mercado Comum Europeu), em questão de custos menores em um mercado nacional grande. Em 1980, foi abolido este bloco e sendo substituído pelo novo bloco ALADI, essa extinção se deu devido ao fraco desempenho que o bloco obteve, e por não ter alcançado seus objetivos, como define Maia (2013, p.419):

- às instabilidades políticas dos países-membros;
- aos falsos nacionalismos, que a viam como uma perda de soberania;
- à falta de uma autoridade supranacional, que forçasse o cumprimento das normas estabelecidas;

- às economias de níveis muito diferentes dos países-membros, o que não aconteceu no início do Mercado Comum Europeu.

Em 1998, foi inserido Cuba neste bloco econômico e os países foram agrupados por grupos por desenvolvimento, a qual os mais desenvolvidos está incluso a Argentina, o Brasil e o México, no grupo dos intermediários, está o Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Uruguai e a Venezuela e os menos desenvolvidos, como a Bolívia, o Equador e o Paraguai.

A ALADI instituiu os Acordos de Alcance Regional e os Acordos de Alcance Parcial. Nos de Alcance Regional participam todos os países-membros e nos de Alcance Parcial participam apenas alguns países-membros. Como por exemplo de Acordo Parcial, citamos o MERCOSUL (MAIA, 2013, p.420).

A Tabela 3, apresenta a relação do comércio brasileiro com a América Latina.

Tabela 3 – Comércio Brasil – América Latina – média diária em US\$ milhões

Ano	Exportação	Importação	Saldo favorável ao Brasil
2005	101	46	55
2006	126	66	60
2007	167	85	82
2008	202	113	89
2009	143	91	52
2010	191	123	68

Fonte: Adaptado de Maia (2013, p. 420).

Conforme a Tabela 3, a relação direta do comércio do Brasil com a América Latina teve um impacto expressivo no período analisado, cujo “o comércio do Brasil com a América Latina vinha crescendo até 2008. Em 2009 houve queda devido aos efeitos da Crise Internacional. Entretanto, em 2010, houve recuperação.” (MAIA, 2013, p.420).

O bloco NAFTA foi criado em 1992, através de um acordo já conquistado dos Estados Unidos e Canadá, mas após a criação definitiva, foi inserido o México, e o bloco sendo efetivo somente em 1994. Este bloco, diferente do MERCOSUL, visa apenas o livre comércio entre os países.

Bancos norte-americanos e canadenses poderão operar no México e até comprar bancos mexicanos. Antes do acordo, o sistema bancário mexicano era protegido por leis especiais. Empresas norte-americanas e canadenses poderão comprar 100% do capital de empresas mexicanas. Antes do acordo, só podiam comprar 49% (MAIA, 2013, p.422).

A disparidade das economias era muito grande, o que preocupava muito antigamente, pois a economia mexicana era bastante distinta da norte-americana e canadense, além dos indicadores econômicos serem também inferiores comparados aos parceiros do bloco, mas visavam o México para a migração da indústria e

consequentemente, a geração de empregos. “Fazendeiros mexicanos temiam a concorrência de produtos agrícolas norte-americanos, beneficiados com elevados subsídios” (MAIA, 2013, p. 422).

Porém, a relação dos países com o crescimento econômico, gerou crescimento através da redução das taxas alfandegárias, além da geração de empregos nos três países que superou as expectativas e também, o México, tornou-se o maior exportador da América Latina no ano de 2002, ultrapassando o Brasil.

O bloco APEC, criado no final de 1980, entre o Japão, China, Cingapura, Brunei, Malásia, Tailândia, Indonésia, Hong Kong, Taiwan, Filipinas, Austrália, Nova Zelândia, Coreia do Sul, Estados Unidos, México, Canadá, Chile, Papua-Nova Guiné, Peru, Rússia e o Vietnã, a fim de “incrementar a cooperação técnica em comércio e em investimentos” (MAIA, 2013, p.423), em 1995, foram estabelecidos alguns objetivos, tais como a liberação comercial, de investimentos e a facilidade de agir nos negócios.

O bloco ALCA, constituído primeiramente de uma ideia da zona de livre comércio que iria do Alasca à Patagônia, e isso seria definido até o ano de 2005, agrupando 34 países americanos, exceto Cuba. Em 1997, através de uma reunião, o EUA entendia que a inserção dos países do MERCOSUL prejudicaria a formação deste bloco, além do ALCA, queriam rapidamente a redução das tarifas, ainda antes de 2005, o que prejudicaria principalmente o Brasil, por não estarem convictos que seriam inseridos produtos americanos no mercado com tarifas baixas ou até mesmo sem tarifa, e devido a grande tributação que os produtos brasileiros e canadenses têm sob os Estados Unidos.

Em 2001, foram determinadas algumas negociações, conforme Maia (2013, p.425):

- as negociações para a instituição da ALCA deverão terminar em 1º de janeiro de 2005 e não em 2003, como pretendiam os norte-americanos;
- até dezembro de 2005, os Congressos dos países-membros deverão aprovar o acordo;
- em 2006, começará a implantação da zona livre comércio. Em alguns casos, dependendo de discussões posteriores, poderá estender-se por mais anos.

Para o Brasil, a inserção do bloco ALCA seria totalmente prejudicial a suas exportações e produtos manufaturados, devido a grande competitividade com os Estados Unidos e o Canadá, além dos Estados Unidos ter uma produção forte em grande escala e redução de custos. Porém, se visualizar o México, pode-se dizer

que o bloco foi beneficente, cujo a economia mexicana atualmente é uma das maiores da América Latina.

Na Tabela 4, tem-se a média da participação de exportação brasileira junto com os blocos.

Tabela 4 – Principais mercados de destino das exportações brasileiras – 1985 -2010 (%)

Mercados	Média 1985- 1990	Média 1991-1995	Média 1996-2000	Média 2001-2005	Média 2006-2010
Grupo das 7 maiores economias	50,4	42,1	33,5	39,2	28,4
Nafta	29,1	23,5	23,8	27,8	17,1
EUA	26,0	19,7	20,4	22,5	13,4
União Europeia	29,7	29,8	28,8	25,3	22,9
Aladi (exceto MERCOSUL)	-	9,2	8,7	11,0	10,9
MERCOSUL	-	11,9	15,6	8,7	10,7
Ásia	14,4	16,6	13,1	14,6	20,8
Japão	6,7	6,6	5,1	3,8	3,0
China	2,0	1,7	1,9	5,0	10,0

Fonte: Adaptado de Baumann e Gonçalves (2015, p. 127).

Conforme a tabela acima, a relação das sete maiores economias do mundo demonstra ter uma participação significativa como destino das exportações brasileiras. Chama a atenção na questão da Ásia, conforme Baumann e Gonçalves (2015, p. 127):

[...] nas relações com a Ásia haja duas trajetórias bem marcadas. Enquanto se tem reduzido a importância relativa do mercado japonês, há um novo e intenso aumento nas exportações brasileiras para a China: o aumento de sua importância é relativamente recente, após 2000, mas já absorve 1/10 do valor total exportado pelo Brasil.

2.2. O COMÉRCIO INTERNACIONAL

2.2.1 Contextualização histórica

A partir do século XVIII, a junção do desenvolvimento tecnológico e do liberalismo pôde inserir algumas tecnologias no meio de produção, como a energia a vapor em locomotivas, navios e também em máquinas industriais, e isso fez com que o processo de produção se tornasse mais rápido e eficiente, na época.

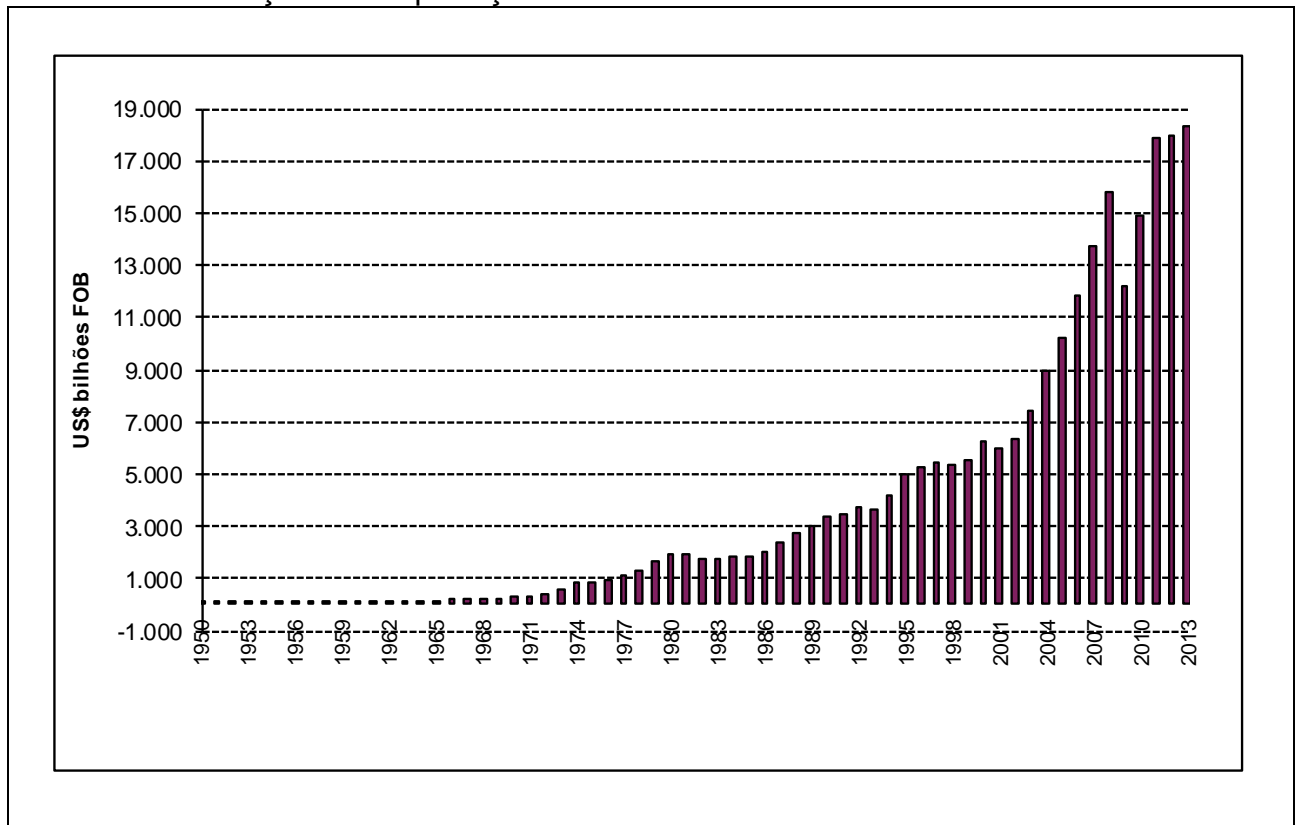
Esses inventos aumentaram bastante a produtividade da produção, o que gerou consequências positivas e negativas. Entre as positivas, destacamos a elevação do padrão de vida dos povos. Entre as negativas, destacamos o desemprego. Os *luddites* da Inglaterra destruíram máquinas, porque achavam que elas destruíam empregos (MAIA, 2013, p.260).

E claramente, que com o tempo, isso foi se modificando cada vez mais, devido a alta intensificação da tecnologia a fim do desenvolvimento nos meios de produção, além da sociedade sentir a necessidade da implementação da tecnologia na indústria, uma vez que, aumentou o padrão de vida. Foi então, após este período da Revolução Industrial, que o desenvolvimento tecnológico foi se intensificando. “Os navios e trens foram aperfeiçoados. A energia a vapor foi substituída pelo petróleo e, posteriormente, pela eletricidade” (MAIA, 2013, p.260).

A época da industrialização foi marcada por Henry Ford, com a criação de linha de montagem em produção, o avião além de realizar o transporte de pessoas, começa a exercer o transporte também de cargas, os artesãos deixam suas atividades para fábrica, época marcada também pelo surgimento das lideranças sindicais para representar os trabalhadores e com todas essas mudanças, a estrutura social também sofre mudanças, conforme destaca Maia (2013).

O Gráfico 1, de acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), mostra a evolução das exportações mundiais entre os anos de 1950 a 2013, evidenciando um novo cenário, estabelecendo assim, uma trajetória de novos acordos comerciais e, dessa forma, aumentando as exportações ao longo desse período.

Gráfico 1 - Evolução das exportações mundiais – 1950 a 2013



Fonte: MDIC (2016).

Observa-se que as exportações a nível mundial, a partir dos anos de 1970, sinalizaram uma crescente evolução, mantendo estabilidade e um ligeiro crescimento na década de 90. A partir dos anos 2000, conforme demonstra o gráfico acima, há um acréscimo significativo das exportações, em parte devido à abertura de novos mercados e o alto volume de tais exportações. Entretanto, no ano de 2009, houve um declínio significativo no registro das transações no comércio internacional, devido à crise econômica no mercado mundial, voltando a crescer e se estabilizar nos anos seguintes.

Para salientar essa evolução das relações comerciais entre os países, Cassano (2002, p.113), destaca a importância da atividade comercial a partir do século XVIII:

A partir da segunda metade do século XVIII a doutrina mercantilista é substituída pelo liberalismo econômico e pelo racionalismo. O comércio com outros países, então, passa a ser tratado como a principal forma de um país obter impulso no seu crescimento econômico - outras atividades externas, como o tráfico de escravos e a colonização de países para a exploração agrícola e mineral também possuíam destaque, mas em escala inferior à atividade comercial.

Nota-se, assim, que a evolução do comércio mundial vem ganhando força desde séculos anteriores, a partir de mudanças na estrutura econômica, que levaram ao crescimento dos países e, conseqüentemente, ao fortalecimento da base industrial.

Este considerável e significativo aumento das exportações mundiais, considerando o final dos anos 90 até 2013, deve-se muito a forte inserção do mercado chinês no comércio internacional. Segundo as considerações de Cunha et al. (2012), a China é quem está a frente das grandes movimentações e negociações no mercado externo, se consolidando como a maior potência econômica. Esse forte crescimento e abertura da economia chinesa impulsionou uma grande demanda por *commodities*, que fez gerar um importante aumento no comércio de recursos minerais e energéticos, e esse fator, contribui para alavancar as exportações brasileiras, já que o Brasil se destaca como um dos grandes exportadores de *commodities* (CUNHA et al., 2012).

2.2.2 As principais teorias do comércio internacional

Entre o século XVI e XVIII, o mercantilismo foi um conjunto de métodos adotado na Europa que possibilitavam as compras daqueles que haviam superávits comerciais, ou seja, uma economia que a riqueza era medida conforme a quantidade de metais preciosos. Segundo Baumann e Gonçalves (2015, p.7):

A posse de terras era vista como fonte de riqueza e poder, sendo considerada um fim em si mesmo, por analogia a acumulação de metais preciosos de curso internacional, decorrente do saldo entre exportações e importações também era considerada um objeto básico.

Esta doutrina mercantilista marca como sendo algo individualista, pois prioriza primeiramente o bem-estar social do próprio país, e também visa favorecer as atividades econômicas a fim de atingir os objetivos. Além de incentivar as vendas internas para evitar a aquisição de produtos externos, eram inseridas formas de proteger os direitos alfandegários (protecionismo) e também promoviam a exploração de novas terras.

Visto que essas as acumulações de metais não supriam suas necessidades, ao final do século XVIII, os autores clássicos visavam objetivos mais amplos que envolviam a satisfação da nação relativa com suas necessidades de consumo. David Hume foi então o primeiro autor clássico a intervir na teoria

mercantilista, em 1752, ele dizia que uma economia poderia acumular indefinidamente divisas (ouro) sem com isso afetar sua própria posição competitiva no mercado internacional, segundo Baumann e Gonçalves (2015). Ou seja, afetava internamente os preços e salários.

Adam Smith inicia sua visão clássica, em 1776, e diz que quando duas economias criam um vínculo, é necessário que ambas tenham um ganho com estas transações, o que significa não é o acúmulo de metais preciosos, mas que haja o uso dos recursos e satisfaça suas necessidades. Essa definição nos leva a teoria do valor-trabalho, desenvolvida também por autores clássicos e diz que a economia depende da quantidade de trabalho, ou seja:

Assim, na ótica clássica, a teoria do valor-trabalho afirma que – como esse é o único fator de produção – em uma economia “fechada” (isto é, sem relações comerciais com o resto do mundo), os preços dos produtos são determinados por seu conteúdo de trabalho (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 9).

Esse fator determina que a relação entre países é relevante, pois cada país consiste em um custo de produção e conseqüentemente, uma forma de produção, tornando o produto com custo baixo. Nas vantagens absolutas, Adam Smith colocava que um país tinha um custo menor em produzir determinado produto à medida que outro país tem um custo de produção menor em outro produto, nesta circunstância, cada país deve se especializar no produto em qual é mais eficiente.

Em 1817, David Ricardo “levantou a questão de que é mais frequente encontrar economias que são mais eficientes na produção de todos os bens” (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 10), criando a teoria das vantagens comparativas. Essa teoria ricardiana foi proposta a fim da uniformização dos preços dos fatores, mas a eficiência continua sendo um fator determinante, segundo o autor.

2.2.3 O Balanço de Pagamentos

O balanço de pagamentos é todos os registros de transações entre residentes e não residentes, a qual um determinado país consegue controlar como está suas transações com os outros países e também ver se as medidas tomadas estão se tornando eficaz. No balanço, podem ser analisados o período, o valor e como que foram feitas essas transações (transações das quais todas são legalmente registradas).

Essa relação do balanço de pagamentos entre residentes *versus* não residentes podem ser feitas também entre grandes empresas ou um conjunto de países, assim:

No Brasil se adotou, entre o início da década de 1970 e o início da década de 1990, um mecanismo de estímulo às exportações, pelo qual as empresas beneficiadas tinham acesso a diversos estímulos fiscais, como isenção de impostos de importação, e se comprometiam com o governo a gerar saldo positivo ao seu BP individual após x anos de operação (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 218).

A estrutura do balanço de pagamentos no Brasil era estruturada em uma forma até dezembro de 2000, recomendado pelo Banco Central, a partir de janeiro de 2001 foi elaborado uma nova estrutura conforme um manual elaborado pelo FMI, modificando totalmente a estrutura.

O equilíbrio do balanço de pagamentos, conforme Baumann e Gonçalves (2015, p. 222):

Uma definição de equilíbrio do balanço de pagamentos mais consistente no ponto de vista econômico dá ênfase a um contexto em que o país pode fazer face aos seus pagamentos externos sem que para isso deva manter a atividade econômica abaixo do nível desejado, e isso seja feito sem intervenções de política econômica, isto é, sem restrições a importações nem incentivos excessivos a exportações, por exemplo.

O equilíbrio depende também dos objetivos do país e da sua situação conjuntural, ou seja, o país pode apresentar equilíbrio nas contas externas mesmo estando em déficit comercial de um período, o que respectivamente, apresenta uma fase intensa nos investimentos, como afirma o autor.

Dentro do balanço de pagamentos, tem-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), desenvolvido principalmente com enfoque no ajuste do balanço de pagamentos.

Seguindo o enfoque monetário, no enfoque do FMI predomina o diagnóstico de excesso de demanda em decorrência da expansão de crédito. Portanto, o foco do processo de ajuste externo é o controle da demanda agregada (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 328).

Este enfoque, diz que a justificativa para o déficit público leva ao desequilíbrio e esse déficit está relacionado com a expansão de crédito. Baumann e Gonçalves (2015, p.329) explicam também sobre o ecletismo do FMI, “significa, na prática, que as decisões em relação aos programas de ajuste são negociadas com os países-membros que recorrem ao Fundo.” São usados então, modelos econométricos a fim de estabelecer metas e assim, conseguir atingir os ajustes do

FMI, através de medidas e controles das políticas: monetária, fiscal, cambial, de rendas (ajuste nos salários e tarifas) e comercial. Outra característica importante do enfoque do FMI é o controle também da parte da oferta.

Nesses programas há evidente viés para o livre funcionamento das forças de mercado, ou seja, há um claro viés liberal nas recomendações de políticas e reformas incluídas nos programas do FMI. Esse viés liberalizante está refletido nas medidas relativas a liberalização comercial, liberalização financeira, privatização, reforma financeira e reformas estruturais (mercado de trabalho, previdência, tributária, administração etc) (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 329).

E por último, o FMI junto com seus programas de ajuste tem a desvalorização cambial como uma forma de compor o desequilíbrio cambial (apreciando a taxa de câmbio) quando são realizadas as negociações. Esses acordos firmados têm suas funcionalidades a critério de desempenho, metas indicativas e parâmetros estruturais que são chamados de condicionalidades dos acordos do FMI.

Para ilustrar, tomemos o exemplo do acordo do Brasil com o FMI assinado em setembro de 2002 e que vigorou até março de 2005. O conjunto de critérios de desempenho incluía: resultado primário das contas públicas; limite para a dívida externa do setor público não financeiro; limite para a dívida externa do setor privado com garantia pública; limite para a dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro; nível mínimo (nível crítico) para as reservas internacionais; proibição de operações do banco central no mercado de derivativos (moeda estrangeira); e compromissos de eliminação do PIS/Confins e de criação do Imposto de Valor Agregado (IVA). As metas indicativas eram o limite para dívida líquida do setor público consolidado, inclusive a base monetária, e a meta de inflação (IPCA) (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 329).

Todo esse conjunto de resultados servia para o monitoramento da economia brasileira e dos indicadores econômicos.

A balança comercial é responsável pelo registro de todo o desempenho de importação e exportação de um país, ou seja, a compra e a venda de produtos. Esses registros acontecem de dois modos: em valores de *Free On Board* (FOB) e valores de *Cost, Insurance and Freight* (CIF).

Os valores em FOB se referem ao valor que não inclui os valores de transporte, ou seja, sem o frete e o seguro, assim o comprador se responsabiliza apenas pelo custo do transporte. Nos valores em CIF, está incluso o valor de todos os custos até a chegada do navio, isso está incluso o valor do frete e seguro durante o transporte. Assim, aborda Baumann e Gonçalves (2015).

Para a balança comercial ser considerada favorável, deve-se analisar a taxa de câmbio. Quando a taxa de câmbio for baixa, os bens estrangeiros serão

mais caros e os bens nacionais serão mais baratos, assim, conseqüentemente, o país tem o poder de exportar mais e tornando a balança comercial favorável para si, com um saldo positivo.

2.2.4 Taxa de câmbio

Segundo Mankiw (2015, p.105), “a taxa de câmbio entre dois países é o preço no qual os residentes desses dois países comercializam um com o outro”. O câmbio tem duas taxas distintas, sendo elas, a taxa de câmbio nominal e a taxa de câmbio real.

A taxa de câmbio nominal é quando se usa o preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira. Por exemplo: “se a taxa de câmbio entre o dólar-americano e o iene japonês é de 80 ienes para cada dólar, você pode então trocar um dólar por 80 ienes, nos mercados de câmbio internacionais.” (MANKIW, 2015, p.105).

Conforme as mudanças que vão ocorrendo em relação às moedas, as taxas cambiais sofrem depreciações ou apreciações. Logo, “a apreciação da moeda nacional é um aumento do preço da moeda nacional em termos de moeda estrangeira.” (BLANCHARD, 2011, p.340). Ou seja, dispendo de um aumento na taxa de câmbio.

A depreciação da moeda nacional acontece de forma contrária, cujo o preço da moeda nacional tem uma diminuição em relação à moeda estrangeira; sendo assim, causando uma diminuição da taxa de câmbio. A taxa de câmbio real, segundo Mankiw (2015, p.106), “é o preço relativo dos bens de dois países. Ou seja, a taxa de câmbio real nos informa a taxa com base na qual pode-se trocar bens de um país por bens de outro país específico.”

A relação entre ambas é bastante significativa, pois, caso a taxa de câmbio seja baixa, o poder de compra dos habitantes do país aumentará, na qual muitos deixarão de importar produtos para comprar produtos nacionais. Caso ocorra ao contrário, a taxa de câmbio ser alta, os habitantes optarão por produtos importados, cujo o custo será menor ao mesmo tempo que estrangeiros irão optar por importar os bens com um custo menor, segundo Blanchard (2011).

2.2.5 A participação do Brasil no comércio internacional

A participação do Brasil no comércio internacional vem desde o período colonial, devido à grande exploração dos recursos naturais, porém, haviam divisas a fim de possibilitar o crescimento, como por exemplo a industrialização.

Pode-se dizer que essa dupla relação (dependência de divisas com mercado interno expressivo) marcou boa parte do debate sobre o desenho da política comercial externa do país no período da Segunda Guerra Mundial, quando a economia brasileira já apresentava um parque industrial de dimensões razoáveis, mas que buscou – ao menos até a década de 1970 – como norte para a sua política econômica intensificar o grau de industrialização, por meio da implementação de setores produtores de insumos e bens de capital (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 125).

Em 1960, a política econômica brasileira era marcada pela visão negativa em cima da capacidade exportadora com variações do preço relativo, mesmo havendo os incentivos à industrialização, isso marcou, pelo fato de que algumas dessas medidas poderia provocar um desequilíbrio externo, mas a partir de 1970, os resultados de exportação se tornaram satisfatórias, e em 1990, “o processo de abertura comercial alterou essa relação, e a forma da política comercial mudou de modo substantivo” (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 126).

Durante as duas últimas décadas, as exportações brasileiras tiveram expressividade juntamente com os blocos econômicos, a qual foi um período de participação diversificada e com características, conforme Baumann e Gonçalves (2015, p. 127) “com relações pulverizadas com todas as demais áreas do mundo, ao mesmo tempo que se intensificou o intercâmbio com as economias vizinhas da América Latina.”

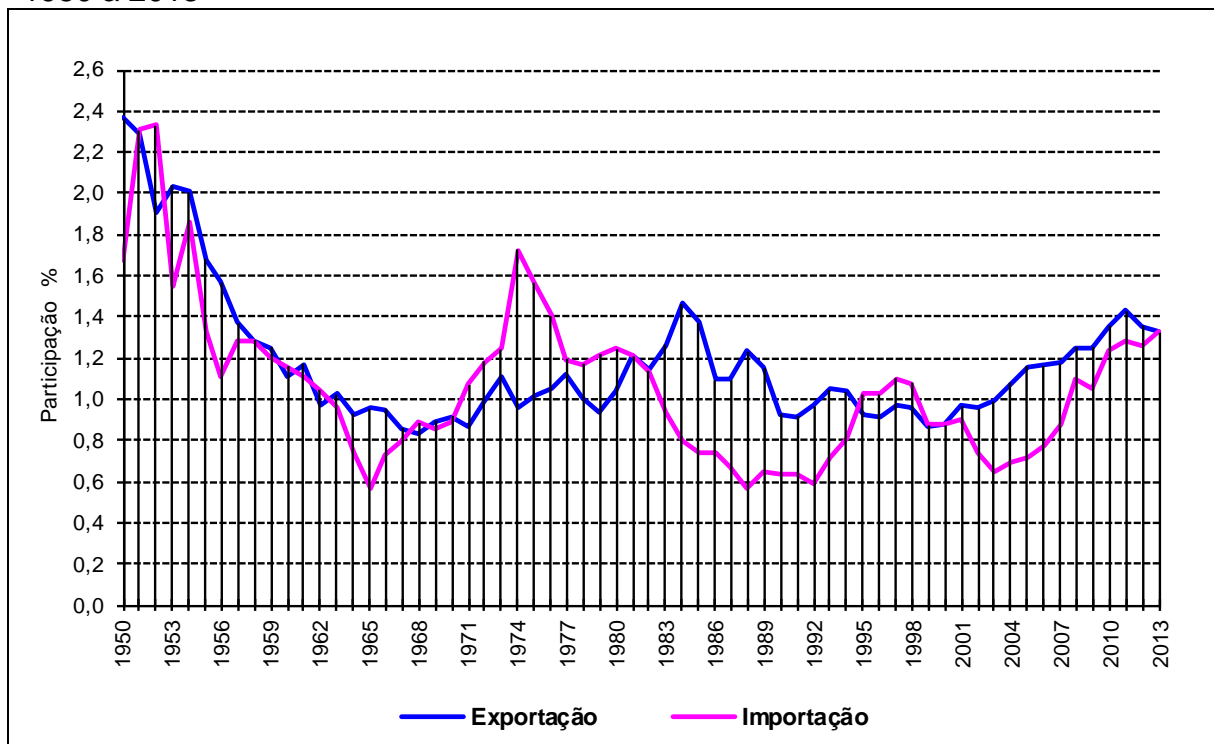
A economia brasileira tinha uma política comercial voltada externamente, ou seja, o que era essencial a proteção de produtos nacionais contra os produtos importados, mas isso ocorreu devido a tendência de desequilíbrio externo. A maneira ideal para reduzir essa tendência de desequilíbrio seria diminuir a dependência de importado através de barreiras ao comércio e incentivar o a produção interna, substituindo estes mesmos produtos.

A partir de 1965, os primeiros incentivos às exportações começaram a ser concedidos sob forma de isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Imposto sobre Produtos Industrializados na atividade exportadora. A partir daí, uma variedade crescente de tipos de estímulos passou a ser adotada, em benefício do setor exportador (BAUMANN; GONÇALVES, 2015, p. 125).

Estes incentivos foram se intensificando no ano de 1980 na necessidade de gerar superávits comerciais e intervir sob a dívida externa, em 1990, esses incentivos desaceleraram devido a redução das barreiras tarifárias; mesmo assim, os incentivos continuaram estáveis, e era defendido pela necessidade de neutralizar os produtos exportados e ainda os setores que utilizavam produtos com valor adicionado tinham privilégios.

No Gráfico 2, a seguir, o MDIC (2016) apresenta a participação do Brasil em dados percentuais, nas exportações e importações mundiais. Apesar dos números significativos na elevação das exportações, nas últimas décadas, dos diversos produtos brasileiros, ocorreu uma queda na participação mundial, conforme se verifica.

Gráfico 2 - Participação (%) do Brasil nas exportações e importações mundiais – 1950 a 2013



Fonte: MDIC (2016).

Conforme se observa no Gráfico 2, o processo de exportação e importação é visto como um fator preponderante para a estabilidade e equilíbrio financeiro da economia dos diversos países. Assim, uma vez que representam variáveis relacionadas a soma do consumo, investimentos e gastos de um governo, definem o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país (COELHO; MANOLESCU, 2007).

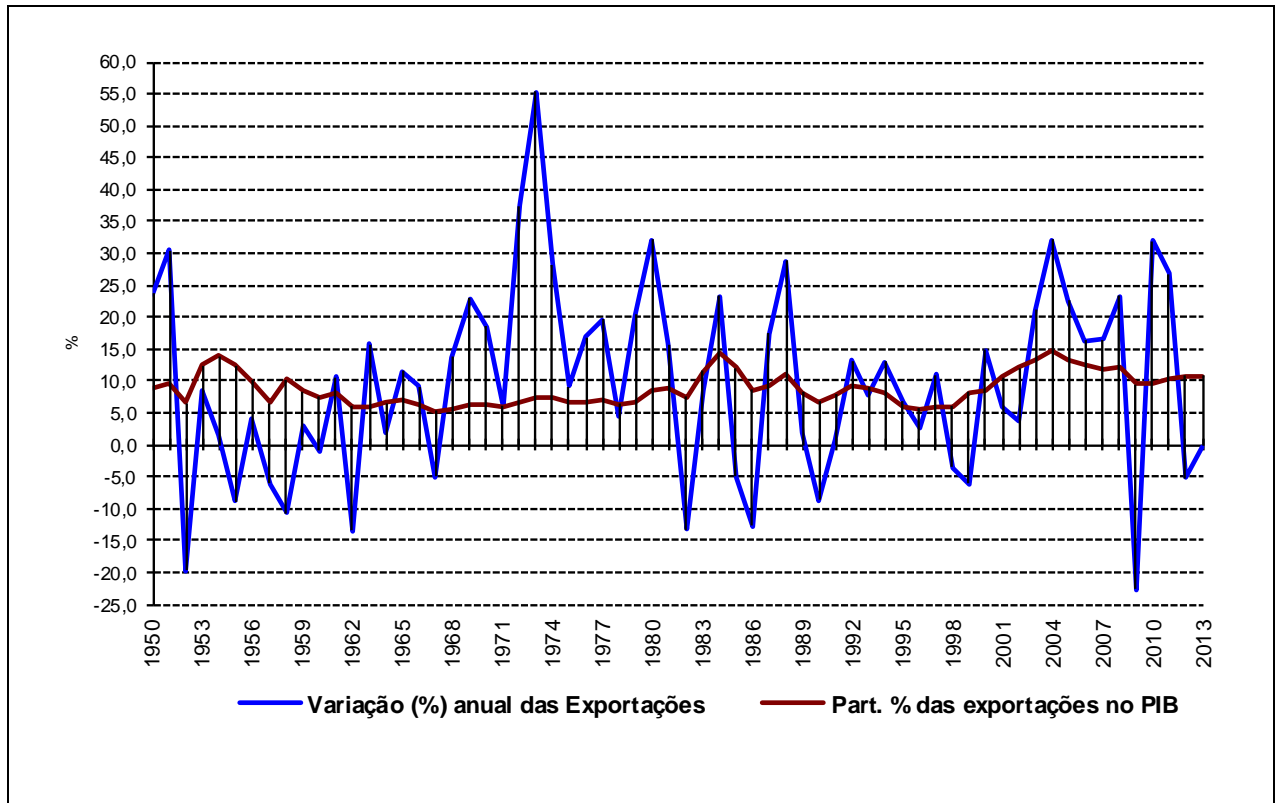
De acordo com o Gráfico 2, ocorreu uma oscilação, tanto nas exportações como nas importações brasileiras ao longo do período de 1950 a 2013. No início de 1950, a participação do Brasil nas exportações estava na casa dos 2,4%, caindo ao longo das décadas, e registrando uma participação de 1,3% no ano de 2013. Conseqüentemente, a ascensão de economias como a da China e de Hong Kong provocou mudanças na estrutura do comércio mundial modificando, inclusive, a participação do Brasil nas exportações. Em relação às importações, também ocorreu uma oscilação ao longo dos anos, porém, no começo dos anos 2000 até 2013, ocorreu uma contínua elevação, registrando um percentual de 1,3%, mantendo-se no mesmo patamar das exportações. Pode-se dizer que esse aumento das importações, de acordo com a análise do Gráfico 2, caracterizou uma provável diminuição na industrialização brasileira, diminuindo a diferença entre as vendas e compras do país.

Apesar disso, ou seja, do crescimento das importações frente às exportações, a balança comercial brasileira vem registrando, ao longo do seu desempenho histórico, saldo positivo. A exemplo disso, a balança comercial brasileira em 2016 registrou um superávit de US\$47, 692 bilhões. Assim, foram US\$185, 244 bilhões em exportações e US\$137,552 bilhões em importações (MDIC, 2017).

Em relação à variação anual das exportações e sua participação no PIB, desde a década de 50 até o ano de 2013, o Gráfico 3 ilustra tal situação.

Conforme se observa, considerando o começo dos anos 2000, o comportamento das exportações brasileiras se deu de forma positiva, com uma considerável elevação em 2004, e mostrando uma certa estabilidade e equilíbrio entre 2005 a 2008.

Gráfico 3 - Variação (%) anual das exportações e participação (%) das exportações no PIB – 1950 a 2013



Fonte: MDIC (2016).

Após esse período, registrou-se uma forte retração no comércio internacional, especialmente em 2009, com o aparecimento da crise financeira mundial. A partir de 2010, com a recuperação da economia, as exportações voltaram a crescer em um patamar semelhante ao ano de 2004 (IEA, 2012). Porém, em 2012, as exportações novamente apresentam uma significativa queda, voltando a apresentar um leve crescimento no ano seguinte.

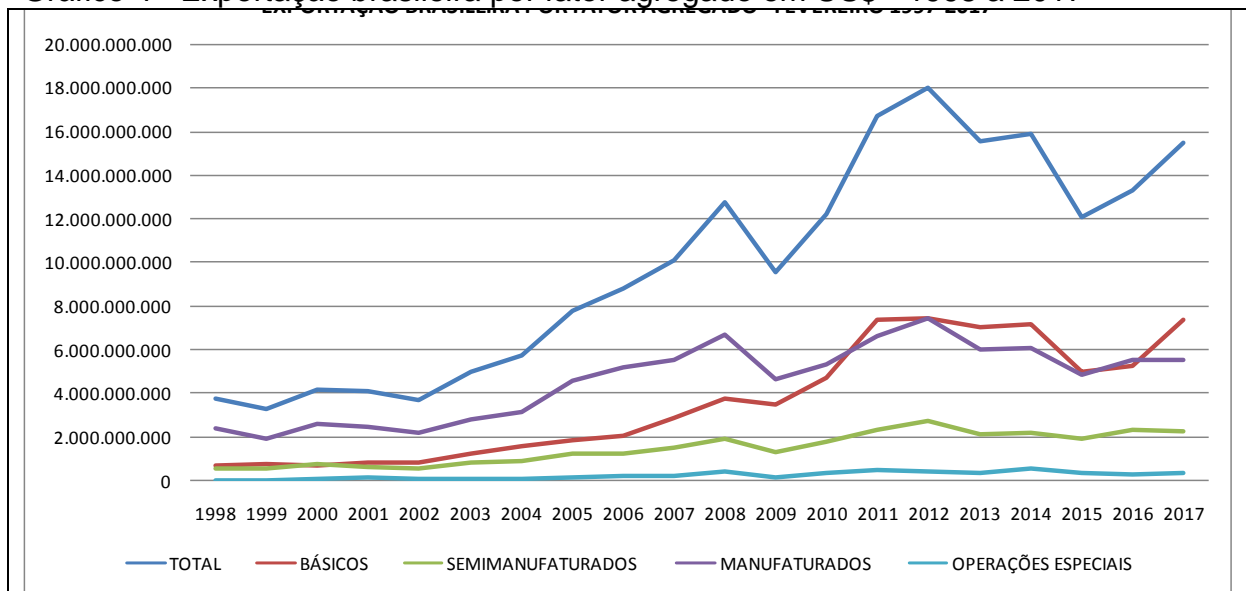
Até o ano de 2013, conforme mostra o Gráfico 3, a participação das exportações brasileiras correspondia a um percentual de 10% na composição e formação do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Conforme lembra Tremea (2011, p.2), o PIB representa a “soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período de tempo, geralmente um ano, dentro dos limites territoriais de um país.”

Percebe-se que, ao longo dos anos de 1950 a 2013, segundo os dados apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, ocorreu um desempenho significativamente variado quanto à participação das exportações na formação do PIB brasileiro. Assim, no começo dos anos 50, as vendas para o exterior representavam quase 15% na composição do PIB,

apresentando uma queda e oscilação nos anos seguintes, votando a apresentar o mesmo percentual (em torno de 15%) em meados da década de 80 e no ano de 2004.

Em relação às exportações brasileiras por fator agregado, o Gráfico 4 apresenta, com valores na casa dos bilhões de dólares e considerando o período de 1998 a 2017, a evolução deste quadro. O fator agregado, nesse caso, é conceituado como o agrupamento de mercadorias exportadas em três classes principais: básicos, semimanufaturados e manufaturados.

Gráfico 4 - Exportação brasileira por fator agregado em US\$ - 1998 a 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (1998-2017).

Conforme as informações do Gráfico 4, os produtos considerados como básicos, ao longo do período registrado, apresentaram uma importante evolução. Conforme a Associação de Comércio Exterior do Brasil (2012), os produtos básicos, formados essencialmente por *commodities*, vêm apresentando um contínuo crescimento. Nesse período, ocorreu uma pequena queda em 2009 no volume exportado devido à crise financeira que se abateu no comércio mundial porém, nos anos seguintes, a exportação voltou a crescer, mantendo-se estável até 2014, voltando a apresentar diminuição na comercialização dessa categoria de produtos no ano seguinte e, novamente, apresentando evolução em 2016 no volume exportado.

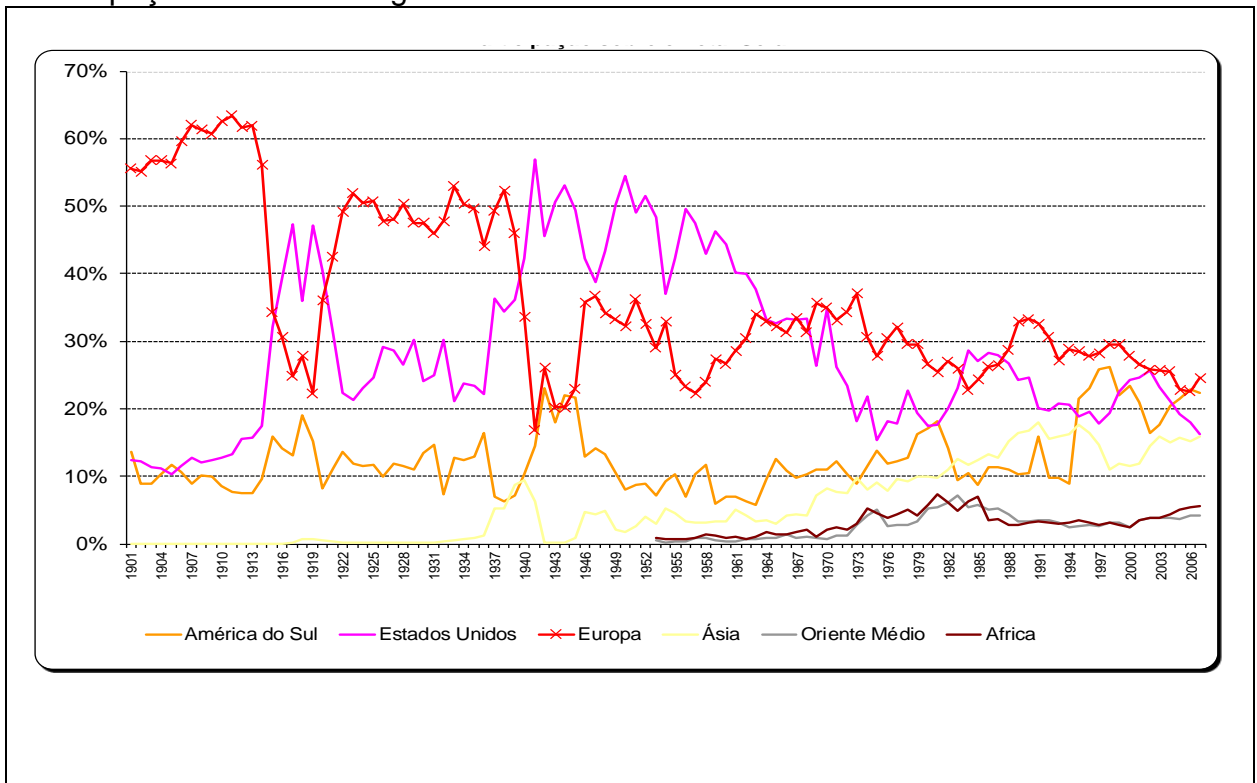
Em relação à exportação de produtos semimanufaturados, segundo o Gráfico, ocorreu um pequeno crescimento nos últimos anos, chegando nos primeiros

meses de 2017 com um volume de exportação acima de 2 bilhões de dólares. Tais produtos são considerados industrializados, pois passaram por algum tipo de transformação, no entanto, ainda deverão passar por outros processos produtivos para entrarem no grupo de mercadorias manufaturadas (COSTA, 2015). Conforme se observa, tais produtos estão consideravelmente abaixo das exportações referente aos produtos básicos e manufaturados.

Quanto à categoria dos manufaturados, os chamados produtos finais e que “já passaram por todos os processos de transformação necessários”, segundo as considerações de Costa (2015, p.21), entre o período de 1998 a 2010 apresentaram um crescimento maior nas exportações em relação aos chamados produtos básicos, porém, a partir de 2012 a exportação dos manufaturados sofreram uma ligeira queda, mantendo-se abaixo do volume de exportações dos produtos básicos.

A seguir, de acordo com o Gráfico 5, apresenta-se a dinâmica do mercado brasileiro no comércio internacional, verifica-se a relação do Brasil com os diversos blocos econômicos.

Gráfico 5 - Exportação brasileira por bloco econômico 1901 a 2007 (Janeiro/Junho) – Participação sobre o total geral



Fonte: MDIC (2016).

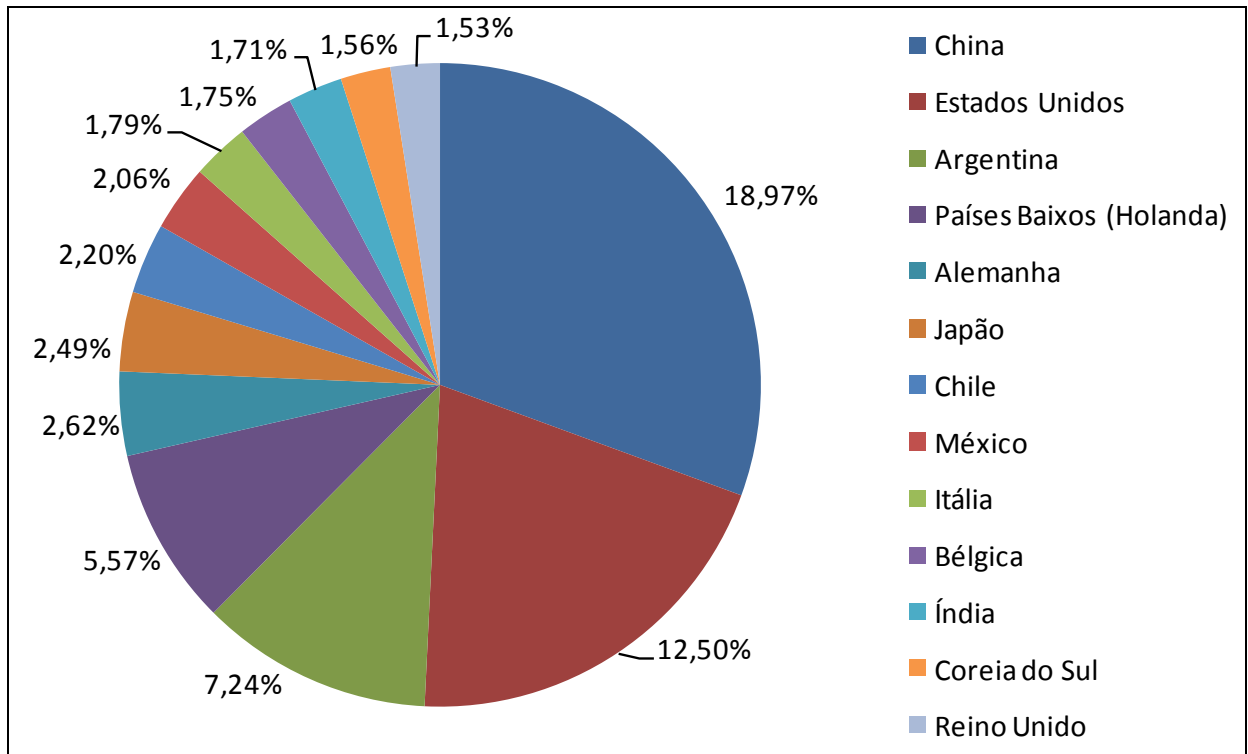
Observa-se que o Brasil, no início do século XX, conforme os dados do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mantinha uma acentuada relação com o mercado europeu, com exportações a um percentual superior a 60%. Em meados de 1915 até o início de 1920, ocorreu uma significativa queda nas vendas para a Europa, sendo que, no mesmo período, registrou-se uma importante elevação nas exportações para o mercado norte-americano. Nos anos seguintes, as vendas para o mercado europeu voltaram a crescer, mantendo-se estável até o início da década de 40, em patamares superiores a 50%, enquanto que as exportações para os Estados Unidos caíram nesse período, demonstrando certa instabilidade. Até meados dos anos de 1960, a maior parte das exportações brasileiras era destinada para o mercado europeu, variando em 40% até aproximadamente 55% das exportações, seguida pelo mercado norte-americano.

Já a exportação para os mercados da América do Sul, conforme se observa no Gráfico 5, sempre oscilou entre 10% a 20%, apresentando uma crescente demanda a partir da metade dos anos 90, tornando-se um bloco econômico cada vez mais relevante para as exportações brasileiras, alcançando um patamar semelhante ao mercado europeu e Estados Unidos. Quanto às vendas destinadas ao mercado asiático, este se tornou um importante parceiro para o Brasil, em especial pelo extraordinário crescimento da economia chinesa, elevando as exportações para esse mercado.

Segundo os dados do Gráfico 5, entre a metade dos anos de 1990 até 2007, a destinação das vendas brasileiras para os mercados mencionados passou a ser mais equilibrada, devido à ascensão dos mercados da América do Sul e Ásia. Para o Oriente Médio e África, as exportações brasileiras, ao longo dos anos, foram pouco representativas, com as vendas girando em torno de 10%, somados os dois mercados.

Considerando as principais economias que mantêm relações comerciais com o Brasil, o Gráfico 6 apresenta a participação percentual dos 13 países que mais se relacionam com o mercado brasileiro.

Gráfico 6 - 13 maiores países destinos das exportações brasileiras – até 3 bi US\$ 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2016).

Segundo o Gráfico 6, a China é o principal destino das exportações brasileiras com uma participação de quase 19%, posicionando-se a frente dos Estados Unidos e, assim, se configurando como o maior parceiro comercial do Brasil.

De acordo com a afirmação de Costa (2015, p.6):

A exemplo do que ocorre no cenário internacional, a China vem ocupando um papel progressivamente mais importante nas relações comerciais com o Brasil. O forte crescimento do intercâmbio comercial entre os dois países pode ser observado uma vez que, segundo dados da Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto o Comércio do Brasil com o Mundo dobrou entre 1995 e 2005, as relações comerciais entre Brasil e China aumentaram cinco vezes no mesmo período, refletindo um forte dinamismo tanto das importações quanto das exportações bilaterais brasileiras.

Este crescimento do mercado chinês ao longo das últimas décadas tem gerado um forte impacto no sistema produtivo de muito países, principalmente nas nações da América Latina, em especial no mercado brasileiro, por ser um dos principais produtores de *commodities* agrícolas e minerais (COSTA, 2015).

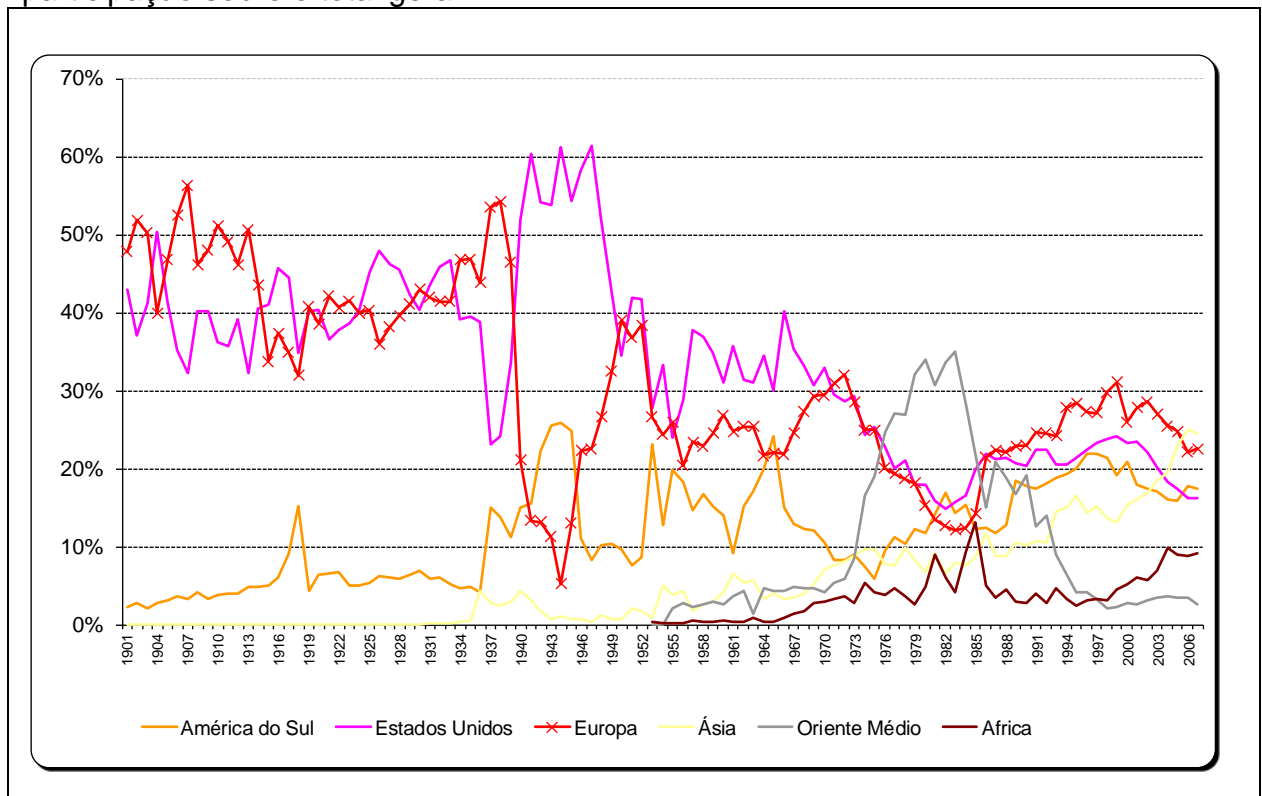
O mercado estadunidense aparece em segundo lugar na pauta das exportações brasileiras, com 12,50% de participação, conforme as informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por muito tempo, os Estados Unidos foram o principal mercado consumidor dos produtos brasileiros,

perdendo a posição devido à forte ascensão do mercado chinês. Apesar disso, no quesito “importação de produtos industrializados”, os Estados Unidos é o principal importador do mercado brasileiro (AACE, 2016).

Cabe destacar, também, o mercado argentino, responsável por 7,24% das exportações do Brasil. Apesar da Argentina ter adotado nos últimos anos medidas protecionistas em relação ao mercado brasileiro, destaca-se por ser um dos grandes parceiros comerciais do Brasil (TREMEA; CONSOLMAGNO; MACHOSKI, 2014).

Referente às importações brasileiras, o Gráfico 7 apresenta a relação do Brasil com cada um dos blocos econômicos já citados. Conforme se verifica a seguir, o predomínio das importações restringia-se, até a metade do século XX, ao mercado europeu e também aos Estados Unidos.

Gráfico 7- Importação brasileira por bloco econômico 1901 a 2007 (Janeiro/Junho) – participação sobre o total geral



Fonte: MDIC (2016).

Por meio da análise Gráfico 7, o mercado brasileiro sempre manteve uma forte relação com os Estados Unidos e Europa. Entre o começo do século XX até a metade dos anos de 1950, constata-se que os países formadores do bloco europeu juntamente com o mercado estadunidense, eram os principais responsáveis pelas

importações brasileiras. Apesar do crescimento dos demais blocos econômicos frente às relações comerciais com o mercado brasileiro, a União Europeia ainda “é o maior parceiro comercial individual do Brasil (THORSTENSEN et al., 2013, p.2).

Segundo os dados do Gráfico 7, em 2007, o mercado europeu representava mais de 20% das importações brasileiras. Entretanto, a participação da União Europeia no comércio brasileiro vem diminuindo em termos percentuais, uma vez que, no ano de 2000, 26% das importações do Brasil eram de origem europeia. Nota-se que essa queda advém da ascensão do mercado chinês, que representa o principal motor do crescimento do comércio asiático, e que vem absorvendo por parte das importações, nas apenas do mercado brasileiro, mas também de todo o comércio internacional (THORSTENSEN et al., 2013).

Observa-se também que, nos últimos 20 anos, registrou-se um acentuado aumento das importações em relação ao comércio com os demais países da América do Sul. Desde o começo do século XX, as compras oriundas dos países sul-americanos por parte do Brasil oscilavam consideravelmente, entretanto, a partir da década de 1970, a relação do comércio brasileiro com tais países se estreitaram, o que provocou um crescimento e estabilidade das importações brasileiras diante desse mercado.

Em relação ao Oriente Médio, as importações brasileiras foram muito significativas entre a década de 1970 até meados dos anos 1980, em grande parte devido ao petróleo advindo do Iraque. Naquela época, a econômica brasileira dependia muito do petróleo importado (FARES, 2007). Após esse período, as importações brasileiras advindas do Oriente Médio caíram drasticamente, principalmente na medida em que o mercado brasileiro tornou-se autossuficiente em relação ao petróleo.

Quanto às importações do mercado africano, registrou-se um leve aumento nos últimos, pois o Brasil vem tentando intensificar as relações comerciais com tal continente, entretanto, as importações advindas da África representam menos de 10%, sendo que o principal produto importado é o petróleo, além de outros como os adubos e o cacau (ROSSI, 2015).

2.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL

2.3.1 Conceitos e breve histórico

O desenvolvimento econômico tem sido um assunto de interesse da sociedade atual, a qual não existe um conceito definitivo. Um grupo de economistas neoclássicos, como Meade e Solow, acreditam em uma tradição mais tradicional, na qual o desenvolvimento é sinônimo de crescimento. Enquanto o outro grupo, como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurske, acreditavam em uma teoria empírica e elaboravam modelos próximos da realidade de economias subdesenvolvidas, como explica Souza (1999, p.20).

Para os economistas que associam crescimento com o desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora possua recursos ociosos, como terra e mão-de-obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

Essa relação entre desenvolvimento e crescimento nem sempre mostra ser viável, pois conforme explica Souza (1999, p. 20), “o desenvolvimento econômico não pode ser confundido com crescimento, porque os frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população.” Pois, mesmo tendo indicadores econômicos elevados, pode-se levar em consideração que a tendência de crescimento da informatização é ainda mais rápida. Referente ao crescimento econômico, tem-se alguns efeitos que é destacado conforme Souza (1999, p.21):

- a. transferência do excedente de renda para outros países, reduzindo a capacidade de importar e de realizar investimentos;
- b. apropriação de parcelas crescentes desse excedente por poucas pessoas no próprio país, aumentando a concentração da renda e da riqueza;
- c. salários básicos extremamente baixos limitam o crescimento dos setores que produzem alimentos e outros bens de consumo mais popular;
- d. empresas tradicionais não conseguem desenvolver-se pelo pouco dinamismo do setor de mercado interno;
- e. dificuldades para implantação de atividades interligadas às empresas que mais crescem, exportadoras ou de mercado interno;

O desenvolvimento visto como mudança da estrutura faz parte das estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais que visam a produtividade e esse método mais estrutural tem o intuito de melhorias em algumas estruturas, como, por exemplo, os pontos de estrangulamento do desenvolvimento.

O subdesenvolvimento, “define-se pela insuficiência do crescimento econômico anual, em relação ao crescimento demográfico ($g < g^*$), por sua intermitência e pela concentração de renda e da riqueza” (SOUZA, 1999, p.23).

Ocorre ainda quando há o dualismo estrutural, mesmo sendo uma economia de subsistência, e essa forma dual se enquadra também no modo de vida da população conforme a concentração de renda, pois o setor público se torna insuficiente para a arrecadação de impostos e assim, conseqüentemente, realizar investimentos na infraestrutura. Isso acontece também com empresas privadas, pois devido a desigualdade regional, há um crescimento devagar na geração de empregos, assim o poder público aumenta o quadro de funcionários, ocasionando um déficit público em consequência ao crescimento de despesas públicas.

Desse modo, cresce ainda mais o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, concomitantemente com a industrialização e a modernização da agricultura. Expande-se também a população que se acotovela nas cidades, formando favelas, aumentando os gastos públicos, que não se mostra, contudo, suficiente para o atendimento das pessoas de mais baixa renda. Por conseguinte, aumentam os seqüestros, os assaltos a bancos, a prostituição, os menores de rua, a subnutrição, o analfabetismo e os demais índices de subdesenvolvimento (SOUZA, 1999, p.23).

Além da instabilidade econômica e falta de recursos tecnológicos, há também a insuficiência da exportação, que nem muitas vezes causam impactos positivos para o mercado interno e isso se torna ainda mais incapaz quando relacionado com os países competitivos.

2.3.2 Teorias do desenvolvimento econômico

Os economistas clássicos abordam principalmente a questão do mercantilismo, que dá a ideia que riqueza depende da expansão dos metais preciosos, e a fisiocracia que “combatiam a doutrina mercantilista ao propor uma conduta liberal por parte do Estado e ao transferir a atenção da análise da órbita do comércio para a da produção.” (SOUZA, 1999, p. 91).

O economista Adam Smith vinha com uma ideia contrária, em que a riqueza era fruto do trabalho. “O volume de produto obtido por trabalhador, em um dado período de tempo, depende da intensidade do capital, da tecnologia e da divisão de trabalho, possibilitada pela dimensão dos mercados” (SOUZA, 1999, p. 93).

Para Adam Smith, o produto ao ser vendido deveria ter um valor maior do valor de custo médio, devido a isso, ele reconhece que o trabalho só gera valor a

partir do modo que não está incluso na agricultura, pois exige maior produtividade física, ou seja, a importância que ele dá consiste na produtividade do valor ao invés da produtividade física. A economia de Smith reflete na liberdade de agentes econômicos igualmente aos fisiocratas, como por exemplo, a interferência do Estado “que teria como funções precípuas a defesa, a justiça e a manutenção de certas obras públicas.” (SOUZA, 1999, p. 94). Porém, de acordo com algumas necessidades ao longo do tempo, Smith concordou com algumas intervenções do Estado, como destaca o autor:

[...] na formulação de leis de navegação (em nome da defesa), na fixação da taxa mínima de juros em 5% (a fim de evitar desvio de poupança para especulação), na educação pública (“para a instrução do povo”), no estabelecimento de certos monopólios temporários (como os de navegação de alto risco), na restrição de exportação de trigo, sob certas condições (SOUZA, 1999, p. 94).

Enquanto os fisiocratas apoiavam uma ideia mais liberalista e pensando em um todo, inclusive na harmonização das leis da natureza, Adam Smith tinha uma ideia mais individualista, pois os interesses deixam de ser coletivos a partir de cada particularidade no interesse próprio. Conforme coloca o autor, “o interesse na exportação beneficia a coletividade, pela ampliação dos mercados, aumento da divisão do trabalho e maior eficiência produtiva” (SOUZA, 1999, p. 94).

E isso coloca exatamente o individualismo, em que as pessoas visam as vantagens em cima de si próprio, porém, mesmo assim, existindo um pensamento coletivo em função do aumento de produto e bem estar social.

A concepção para Malthus decorre em cima do princípio da população, a qual a população tem um crescimento geométrico e os meios de subsistência tem uma progressão aritmética; ele também tinha uma visão na qual o aumento da população era um fator que dependia da disponibilidade de alimentos, mas também haveriam outros estímulos, conforme Souza (1999, p.148):

- a. possibilidade de importar alimentos mais baratos;
- b. a Lei dos pobres (lei existente na Inglaterra, segundo a qual as paróquias deveriam ajudar a alimentar os pobres);
- c. os casamentos precoces (estimulados pelos nobres, para aumentar a oferta de soldados); e
- d. o aumento dos “vícios”, isto é, a prática do sexo antes do casamento, a promiscuidade e a prostituição;

Porém, existiam alguns meios para impedir demasiadamente o crescimento populacional, como por exemplo, causas consideradas naturais

mundialmente, ou seja, pode-se considerar a falta de alimentos, epidemias, guerras e a insalubridade dos locais de trabalho e das cidades, como destaca o autor.

Do lado da produção, a teoria malthusiana da população fundamenta-se na lei dos rendimentos decrescentes da agricultura, segundo a qual, mantendo-se uma área fixa de terra, os acréscimos de fatores variáveis (trabalho e capital, como adubo e máquinas), gera acréscimos menos do que proporcionais do produto total (SOUZA, 1999, p.148).

Com isso, os trabalhadores tinham salários maiores e tinham suas quantias de alimentos menores. A teoria malthusiana, contudo, consistia na questão da população, mas após algum tempo, ele centrou seu estudo na natureza das crises capitalistas, na qual “sustentava que a redução gradual dos salários reais deprime tanto a demanda como a oferta” (SOUZA, 1999, p. 149). Com isso, se tem o início da demanda efetiva, a qual é formada pelo consumo agregado (C), gastos com investimento (I), gastos do governo (G) e exportações menos importações (X – M), e assim, a demanda equivale aos bens e serviços que depende da capacidade de pagamento, sendo menor ou igual da demanda da população e suas necessidades, isto é, quando as pessoas tem seu poder de compra reduzido, conseqüentemente a procura por bens diminui e as atividades econômicas diminuem, como esclarece o autor.

Já o desenvolvimento de David Ricardo foi um aperfeiçoamento das ideias de Adam Smith, e assim como Smith, sua preocupação estava na agricultura sendo um problema para o crescimento econômico.

[...] incapaz de produzir alimentos baratos para consumo dos trabalhadores, o que gerava elevações dos salários nominais e do valor dos fundos de salários, necessários para contratar trabalhadores produtivos, adquirir meios de produção e aumentar o nível do produto (SOUZA, 1999, p. 101).

Ricardo via a necessidade de estabelecer as leis de regulamentação da distribuição dos produtos entre os proprietários, capitalistas e trabalhadores como forma de renda, lucros e salários, mas essa distribuição depende da fertilidade dos solos, da acumulação de capital e do crescimento demográfico (SOUZA, 1999).

Isso, para os clássicos, a produção tinha uma relação da acumulação de capital com a contratação de trabalhadores, pois seria necessária mais matéria prima para poder pagar os fundos salariais dos trabalhadores. Este caso para Ricardo foi um pouco diferente, conforme explica Souza (1999, p. 102) “se o custo da alimentação se elevar, os salários sobem e o fundo de salários aumenta mais do

que proporcionalmente ao emprego, comprimindo a taxa de lucro e a acumulação de capital.”

A relação que Ricardo tinha da produção ainda era smithiana, o valor de um produto era atribuído a intensidade de trabalho, e quando depende da tecnologia, ocasionalmente, afeta o valor desse produto. Porém, há uma diferença entre Ricardo e Smith, “pois incorpora a hipótese de que o volume da produção está sujeito à produtividade marginal decrescente.” (SOUZA, 1999, p.102). Ou seja, conforme o aumento da população, mais escasso está sendo a produção de alimentos devido aos solos menos férteis.

A teoria principal de David Ricardo baseava-se principalmente na concentração de renda pelos capitalistas, pois eram os capitalistas que geravam a riqueza (através de empregos e acúmulo de capital) e conseqüentemente, gerava o desenvolvimento econômico. Conforme a produção de alimentos ia sem expandindo para alimentar os trabalhadores, os salários aumentavam e o lucro diminuía, tudo isso por causa do crescimento demográfico e a baixa produtividade das terras que se tornavam menos férteis. Contudo, essas características fizeram com que formassem os povoados, na qual um grande grupo de pessoas escolhiam os lugares com os melhores solos, após esse crescimento demográfico demasiado, a produtividade das terras era afim de subsistência.

Como explica o autor, nas terras do tipo A havia uma fertilidade uniforme, onde surgiam os povoados.

Nessas terras, dada a maior produtividade e proximidade do mercado, há um incentivo natural para uso intensivo de capital, como máquinas e equipamentos, fertilizantes e corretivos, aumentando ainda mais o rendimento e o lucro do produtor. Essa é a margem intensiva de cultivo. (SOUZA, 1999, p.103).

As terras do tipo B localizavam-se mais longe do mercado e menos férteis, com isso, os preços de aluguéis eram mais caros do que as terras do tipo A, e por fim, tem-se as terras de tipo M, que eram consideradas as piores terras, por ser longe do mercado e pouco férteis, enquanto essas terras eram inferiores, as melhores terras eram mais valorizadas.

A abordagem marxista consiste na teoria do valor-trabalho, na qual, o trabalho compõe o valor de troca de um bem.

Marx diferenciou valor quantitativo do valor qualitativo. Desse modo, a força de trabalho considerado no valor é homogênea, representando a produtividade média da economia. O trabalho, expressando o valor, implica

que as rendas que não derivam do trabalho são condenáveis por ser fruto da “exploração da classe operária” (SOUZA, 1999, p.125).

Marx denomina relações de produção as técnicas de produção e a organização econômica, a qual integra como acontece a produção, as formas que organizam esses meios de trabalho, os conhecimentos sobre as técnicas, mas o caso do sistema capitalista geram algumas disputas e mudanças.

Há então uma relação entre evolução e crescimento, que para Marx, gera desequilíbrio, pois as modificações nas técnicas de produção trazem esses desequilíbrios e acabam gerando conflitos nos agentes econômicos, influenciando futuramente na economia, como expõe o autor.

As contradições do capitalismo, materializadas na tendência à queda da taxa de lucro, à medida que a acumulação avança, dará origem, na visão de Marx, a um novo sistema: o socialismo (SOUZA, 1999, p.126).

O capital constante é constituído por C e o capital variável por V, formando o capital total, cujo, este capital variável abrange os salários dos trabalhadores sendo considerado através de termos que equivalem a força de trabalho, por exemplo, a alimentação, educação, vestuário etc. Já o capital constante compreende na depreciação de capital fixo e nas matérias primas empregados no processo de produção, e é constante pois não agrega nenhum outro valor perdido do processo produtivo, assim destaca o autor.

Keynes tinha sua abordagem voltada para o pleno emprego, nas causas do crescimento de investimento e também de como acontece a influência sobre a renda e o emprego, sua análise tinha como fundamentação sob o princípio da demanda efetiva.

Segundo a teoria keynesiana, variáveis atuando no curto prazo, como deficiência da demanda efetiva, rigidez de preços e salários e baixa propensão a investir, geram taxas de crescimento econômico, no longo prazo, de magnitudes insuficientes para manter o produto efetivo no nível do produto potencial de pleno emprego (SOUZA, 1999, p.155).

A ideia de Keynes era contrária dos clássicos, quando defendiam que havia um encadeamento entre a produção e o aumento do consumo, além de acreditarem que o mercado se regulava sozinho, entrando em equilíbrio instantaneamente com auxílio da mão invisível. Há também a crítica de Keynes quanto a lei de Say, a qual, ele diz que “as pessoas não gastam a sua renda total em consumo e não investem o resto necessariamente, impedindo o caminho em direção ao pleno emprego (SOUZA, 1999, p.156). Os clássicos acreditavam que a lei

de Say era responsável pela flexibilidade dos salários, mas não era o que a teoria keynesiana acreditava, a qual era exposto que a flexibilidade de salários não acontecia, pois no curto prazo, devido a fins de contrato e leis, os salários não podem ser reduzidos.

A evidência de que Keynes tinha sobre o desemprego era dividido em três tipos, há o desemprego friccional, aquele na qual as pessoas ficam desempregadas por estarem procurando outro emprego, e o desemprego voluntário, quando as pessoas não são satisfeitas com o salário que recebem e por isso não aceitam; e por último, o desemprego involuntário, no caso, quando não conseguem emprego aos salários dispostos no mercado. Essa questão do desemprego involuntário “é uma indicação da rigidez de salários e preços e, portanto, de equilíbrio com desemprego” (SOUZA, 1999, p.156), ocorrendo o não funcionamento da lei de Say, pois a produção cresce desproporcional ao poder de compra dos trabalhadores.

A poupança realizada se ajusta ao investimento realizado pelo nível de renda corrente e a economia atinge um equilíbrio com desemprego. O volume de emprego da economia, portanto, determina-se pela demanda efetiva: o ponto de equilíbrio deixa de ser único para comportar uma série indefinida igualmente admissível (SOUZA, 1999, p.156).

Kalecki foi também um economista essencial para o entendimento da demanda efetiva, na qual, segundo ele, são os investimentos, o consumo do capitalistas, os gastos do governo e as exportações que compõe variáveis a fim de determinar a atividade econômica. “Como o consumo dos capitalistas e, de certo modo, os gastos do governo e as exportações, dependem do nível do investimento anterior, a variável investimento também assume importância fundamental na análise kaleckiana” (SOUZA, 1999, p.165), esses investimentos dependem de como funciona a empresa, ou seja, os recursos próprios, o lucro e a variação do estoque de capital fixo, mas caso o investimento for superior aos recursos próprios, a empresa pode procurar por créditos internos ou externos, e Kalecki chama isso de problema de financiamento de investimento, na qual, é uma decisão importante para uma economia em desenvolvimento.

Schumpeter, assim como os clássicos, tem sua visão no dinamismo da oferta como fator no desenvolvimento econômico, propondo “novos produtos e novos processos de produção estiverem sendo adotadas pelo empresário inovador, com o auxílio do crédito bancário, a economia estará em crescimento” (SOUZA, 1999, p.174), e não há preocupação com as taxas salariais e na demanda efetiva.

Ou seja, é uma visão concentrada nas maneiras de expansão de produção e redução de custos, pois quando há produtos com menor preço, será acrescentado uma nova demanda, portanto, uma demanda adicional.

Como Kalecki, Schumpeter dedicou atenção especial ao papel do crédito bancário na realização do investimento. Para ele, a poupança não limita o investimento. Este fica determinado pela existência de projetos rentáveis, pelo estoque de conhecimentos e pela disponibilidade de homens aptos a tornar-se empresários (SOUZA, 1999, p.174).

A economia schumpeteriana dispõe do fluxo circular, em uma economia sem desenvolvimento, está relacionada com o sistema circular de equilíbrio de lucros normais. “O fluxo circular constitui um sistema de equilíbrio geral a qual as relações entre as variáveis ocorrem em condições de crescimento equilibrado e determinadas pelo ritmo da expansão demográfica”, conforme Souza (1999, p.175). Diante desse fluxo exposto, o equilíbrio acontece com a economia em pleno emprego nos mercados de bens e capitais e do trabalho, e este equilíbrio influencia diretamente no nível de acumulação de capital, quando poupança a nível de investimento acontece de forma constante da expansão da renda.

O crédito ao produtor não desempenha nenhum papel, uma vez que as próprias receitas do fluxo circular financiam a produção. O crédito apresenta-se mais como um substituto eventual para o dinheiro nas transações. Ele se efetua na forma de títulos de curto prazo, como os certificados de depósito bancários e as letras de câmbio, que passam de um empresário para outro, como se fossem dinheiro ou cheque. O próprio dinheiro no fluxo circular é apenas “um véu monetário” (SOUZA, 1999, p.175).

E também há a questão das novas combinações, a qual o desenvolvimento econômico é visto de outra maneira, composto por combinações como, por exemplo, fatores de produção e mudanças revolucionárias, como expõe o autor. “O desenvolvimento econômico define-se, portanto, como uma mudança espontânea e descontínua nos canais de fluxo, uma perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SOUZA, 1999, p. 176).

Foram então, inseridas mudanças no meio de produção, na qual Schumpeter não visa o gosto dos consumidores a fim da mudança de produção e sim uma organização na produção que geram novos produtos devido a certas combinações e assim, com um custo menor.

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento pode ser definido por uma análise mais profissional quanto em debates públicos, na qual, muitas das vezes

pode ser considerado uma mudança feroz e também vista como frouxas, a importância do desenvolvimento está na questão de identificar as dificuldades institucionais e o favorecimento de direitos. O autor aborda o desenvolvimento como instrumento de liberdade e divide em dois meios: papel constitutivo e papel instrumental.

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como por exemplo ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração (SEN, 2000, p.52).

Esse ponto de desenvolvimento é baseado em crescimentos, como por exemplo, do PNB ou da industrialização. O processo de desenvolvimento como liberdade não pode privar alguém de expor suas decisões, pois esse desenvolvimento foca na ideia de que as pessoas podem se expressar livremente e participar de debates, sendo eles políticos ou públicos.

O papel instrumental da liberdade concerne ao modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim para a promoção do desenvolvimento. Não se trata aqui meramente da óbvia inferência de que a expansão de cada tipo de liberdade tem de contribuir para o desenvolvimento, uma vez que ele próprio pode ser visto como um processo de crescimento de liberdade humana em geral (SEN, 2000, p.54).

O autor expõe também a ideia das facilidades econômicas em que as pessoas usam dessas facilidades para o consumo, na produção ou em trocas (dependendo das condições). Ou seja, a medida que um país vai se desenvolvendo, a renda e conseqüentemente, a riqueza do país aumentam, esses fatores expandem os indicadores do país.

A teoria de Heckscher e Ohlin, ambos economistas, desenvolve-se, a partir de:

A teoria enfatiza a inter-relação entre as proporções em que os fatores de produção diferentes estão disponíveis em diferentes países e as proporções em que eles são utilizados na produção de diferentes bens, ela é também chamada de teoria das proporções fatores (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005, p.49).

Ou seja, o que difere não é a tecnologia empregada, pois são equivalentes, mas sim os fatores de produção que agregam são terras, mão de obra e capital.

2.3.4 Estratégias de desenvolvimento setorial

O desenvolvimento da industrialização no Estado de Santa Catarina foi se expandindo na economia brasileira após o ano de 1990 de forma positiva.

Os processos de abertura, desregulamentação econômica e privatização conduziram empresas industriais a respostas rápidas, no sentido de não perderem posição alcançada no mercado, ainda que custosas em aspectos sociais. Um dos aspectos deste procedimento está relacionado à modernização da estrutura tecnológica, bem como adentraram a novos formatos organizacionais através de adesão a técnicas e procedimentos hodiernos (CARIO et al., 2008, p.546).

Porém, como cada setor possui seu meio de produção e tecnológico diferente, este processo não ocorreu de forma homogênea, na qual, alguns setores puderam ter seu desenvolvimento com mais relevância do que outros.

Assim como, no interior de cada segmento, empresas com maiores recursos financeiros, portadoras de capacidade gerencial, estabelecidas no mercado há mais tempo, etc. tiveram melhores condições de promover mudanças estruturais que as micro e pequenas empresas (MPEs), ainda que houvessem exceções (CARIO et al., 2008, p.546).

Em razão a isso, as estruturas tecnológicas dos setores podem ser divididas em dois blocos, o de alto grau de atualização e o bloco de médio e baixo grau de atualização. O bloco de alto grau de atualização é composto pela indústria têxtil-vestuário, eletrometal-mecânica, móveis, cerâmica de revestimento, plástico industrial, informática, suínos e aves, e o segundo bloco, sendo composto pela indústria de plástico descartável, calçados, maçã, fumo e papel e celulose. E as empresas, com o decorrer do tempo, visam melhorar as máquinas e equipamentos que utilizam, pois a inserção desse controle moderno agiliza o processo de produção.

Apesar de alguns segmentos, como o plástico industrial, em maior proporção, e de móveis, em menor proporção, adquirirem máquinas e equipamentos no mercado nacional, quando se trata de obter as de fino conteúdo tecnológico, estas são adquiridas no exterior (CARIO et al., 2008, p. 546).

Ressalta também que as empresas que aderem, com mais ou menos intensidade as novas técnicas que maximizam e controlam sua produção, os resultados são sempre favoráveis, com a alta produtividade e além de serem inseridas no mercado externo, como é detalhado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Principais características de segmentos industriais com alto grau de atualização tecnológica presentes em arranjos e cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina - 2005

SEGMENTOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	ARRANJOS PRODUTIVOS
Têxtil – Vestuário da Região do Vale do Itajaí	Máquinas e equipamentos alinhados com o padrão internacional, sobretudo nas médias e grandes empresas (MGEs) com extensão nas micro, porém, com distinção; Há descontinuidade operacional ao longo da cadeia; Introdução de técnicas modernas de gestão possibilitando melhor controle sobre o processo produtivo e operacional.
Eleto-metal-mecânica da Região de Joinville	Máquinas e equipamentos atualizados tecnologicamente, sobretudo nas pequenas, médias e grandes empresas (PMGEs); Aquisição de software, licenças e transferência tecnológica razoável nas PMGEs; Adoção de programas de gestão de produção e de técnicas organizacionais modernas.
Móveis da Região de São Bento do Sul	Máquinas e equipamentos atualizados segundo padrão tecnológico setorial; Empresas realizam investimentos em novas técnicas de gestão – gerenciamento, qualidade total, selo ambiental, etc.
Cerâmica de Revestimentos da Região Sul	Máquinas e equipamentos atualizados tecnologicamente segundo padrão mundial; Relações fortes com fornecedores de coloríficos – acompanhamento das tendências de design ditadas pelos principais concorrentes internacionais; Utilização de técnicas de gestão/produção modernas – <i>Just in time</i> , <i>kan-ban</i> , CCQ, etc.
Plástico Industrial da Região Nordeste	Máquina e equipamentos com maior conteúdo tecnológico são importados, mas quase a totalidade das máquinas produzidas no Brasil; Grandes empresas (GEs) capacitadas para atender as especificidades técnicas e padrões de qualidade exigidos e parte significativa das micro e pequenas empresas (MPEs) defasadas em termos de uso de tecnologia e técnicas organizacionais; Receptor de tecnologia – montante/equipamentos e models – jusante/peças dedicadas; Práticas organizacionais avançadas nas GEs e defasadas nas pequenas empresas (PEs).
Informática das regiões de Blumenau, Joinville e Florianópolis	Presença de várias incubadoras tecnológicas, algumas localizadas junto às próprias instituições de ensino; Processo de <i>spin off</i> a partir de empresas de médio e grande portes que geram futuros empresários no setor; Arcabouço institucional de apoio –n associações, centros tecnológicos e órgãos do governo.
CADEIAS PRODUTIVAS	
Suínos	Sistema de integração produtiva – pacote tecnológico; Grandes empresas seguem padrão tecnológico mundial e competem nos mercados nacional e internacional; PMEs realizam abates e/ou processamentos para atender os mercados regional e nacional; Uso de tecnologias avançadas na genética, nutrição, medicamentos e produção; Empresas adotam modernas técnicas gerenciais e agilidades nos processos decisórios.

Aves	Sistema de integração produtiva – pacote tecnológico; Máquinas e equipamentos atualizados segundo o padrão tecnológico setorial; Abatedouros tecnificados e em condições de higiene adequadas; Melhorias em linhagem de corte e postura, nutrição e sanidade avícola; Fornecimento de insumo principal – linhagem/criação de aves – por empresas multinacionais com presença no Brasil; Adoção de técnicas organizacionais modernas.
------	---

Fonte: Adaptado de CARIO et al.(2008, p. 547).

No Quadro 2, pode-se notar que a inserção de novas técnicas de produção são expressamente mais relevantes. Como destaca CARIO et al. (2008, p. 548):

Ressalta-se, também, que, tanto nos arranjos como nas cadeias produtivas expressas acima, ocorre a introdução de mudanças organizacionais relevantes. Sem distinção, empresas adotam em maior ou menor proporção, novas técnicas organizacionais e formas de controle de produção, tais como: *just in time*, *kan-ban*, círculo de controle de qualidade, *set-up*, célula de produção, grupo de trabalho, caixa de sugestão, controle estatístico de processo, entre outras.

A seguir, no Quadro 3, está exposto as cadeias produtivas de cada setor produtivo no Estado no bloco de médio e baixo grau de atualização.

Quadro 3 – Principais características de segmentos industriais com médio/baixo graus de atualização tecnológica presentes em arranjos e cadeias produtivas do estado de Santa Catarina - 2005

SEGMENTOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	ARRANJOS PRODUTIVOS
Plástico Descartável da Região Sul	Máquinas e equipamentos de maior conteúdo tecnológico convivem com outras com menor expressão tecnológica nas MGEs; Máquinas e equipamentos de menos conteúdo tecnológico nas MPEs; Técnicas de gerenciamento modernas utilizadas nas MGEs e de baixa utilização nas MPEs.
Calçados da Região do Vale de Tijucas	Máquinas e equipamentos mostram-se defasadas em comparação aos existentes nos APLs calçadadistas do Vale dos Sinos (RS) e Franca (SP); Investimentos em máquinas e equipamentos recentes estão mudando o perfil das plantas industriais lentamente; Processo de implementação de novas técnicas de gestão – controle de produção, <i>marketing</i> e comercialização.
CADEIAS PRODUTIVAS	
Maçã	Produção integrada de maçã – certificação e obediência às normas técnicas; Cultivares de maçã – variedades de sabor, qualidade, resistência a pragas e doenças; Uso de máquinas e equipamentos para a produção e manejo agrícolas de médio/baixo estágios tecnológicos; Equipamentos para a classificação e embalagem automatizados; Armazenagem – câmaras de atmosfera controladoras para manter frutas no tempo; Grandes empresas utilizam técnicas de gestão moderna, sem a mesma proporção nas médias e cooperativas agrícolas.
Papel e Celulose	Máquinas e equipamentos – PEs/de geração anteriores; MGEs/ de penúltima e última geração com algumas de procedência estrangeira; Ocorrência de realização de upgrade tecnológico com incorporação de peças e equipamentos à estrutura principal; Avanços tecnológicos na atividade florestal – melhoramento genético – e tratamento de efluentes – sólidos, líquidos e gasosos;

	Adoção de técnicas modernas de gestão empresarial segundo o padrão setorial.
Fumo	Sistema integrado definido pelo pacote tecnológico – técnica, crédito, seguro, compra; Desenvolvimento genético da planta, variedade, pureza genética, e equilíbrio químico; Técnicas de secagem na propriedade agrícola estufa/galpão – ventiladores e sistema de ar forçado; Mudanças técnicas de produção visando reduzir o impacto no meio-ambiente; Sistema de avaliação e controle da produção geram dúvidas sobre sua eficiência.

Fonte: Adaptado de CARIO et al.(2008, p. 549).

Considera-se esses setores com baixo nível tecnológico e seu segmento principal é voltado para a agricultura, a qual “grande parte do processo produtivo realizado de forma manual e com extensas jornadas de trabalho” (CARIO et al., 2008, p. 549).

2.3.5 Desenvolvimento regional

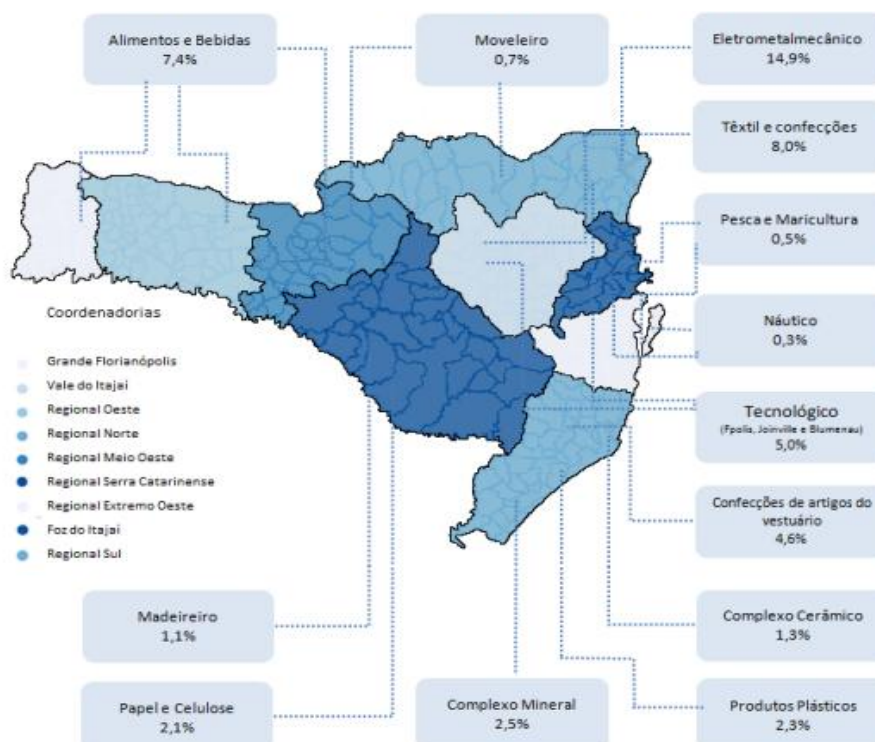
O estado de Santa Catarina está localizado na região Sul do Brasil, sendo povoado principalmente, por imigrantes europeus (portugueses, italianos, alemães e poloneses), composto por 295 municípios, sendo um Estado misto entre praias paradisíacas e serras com temperaturas abaixo de zero e sua capital é Florianópolis.

Na economia, estes contrastes se repetem. Uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do Estado a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto de 2009 (SEBRAE, 2013, p. 10).

Cada região catarinense é predominada por algum tipo de serviço, como o Oeste, Meio Oeste e Extremo Oeste o que se destaca é a agroindústria, no Planalto Catarinense tem-se o papel e celulose, e o complexo madeireiro, no Sul o que predomina é a indústria cerâmica, extração mineral, indústria metal-mecânica e as confecções, no Vale do Itajaí tem o complexo têxtil e ao Norte, há a composição da indústria eletro metal-mecânico, complexo moveleiro e tecnológico, nos pólos de Blumenau, Joinville e Florianópolis, segundo o SEBRAE (2013).

A questão do turismo também se mostra significativa para o Estado, pois as belas paisagens atraem muitos turistas tanto no verão, nas praias como também no inverno, na serra catarinense.

Mapa 1- Território catarinense segundo divisão territorial e principais concentrações produtivas com representatividade do Valor Adicionado de Santa Catarina, no ano de 2012



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012 - Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado do Planejamento, Dados Estatísticos Municipais, 2012 (apud SEBRAE, 2013, p.11).

Devido a essa diversificação na economia do Estado, se tem altos índices que por muitas vezes, se mostram maiores que a média brasileira. De acordo com SEBRAE (2013, p. 11) “toda essa pujança econômica de Santa Catarina se encontra pulverizada pelas suas regiões, promovendo o equilíbrio da distribuição da renda e também configurando importantes arranjos produtivos.”

Na Tabela 5, são apresentados indicadores demográficos e sociais do Estado de Santa Catarina.

Tabela 5 - Indicadores demográficos e sociais do município Estado de Santa Catarina (1991-2010)

	1991	2000	2010
Pop total	4.541.994	5.356.360	6.248.436

Pop > 14 anos	1.503.582	1.619.895	1.392.333
Pop 15-64 anos	2.840.347	3.453.250	4.425.459
Pop idosa	198.065	283.215	430.644
IDHM	0,543	0,674	0,774

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (apud Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil) e FIESC (2015).

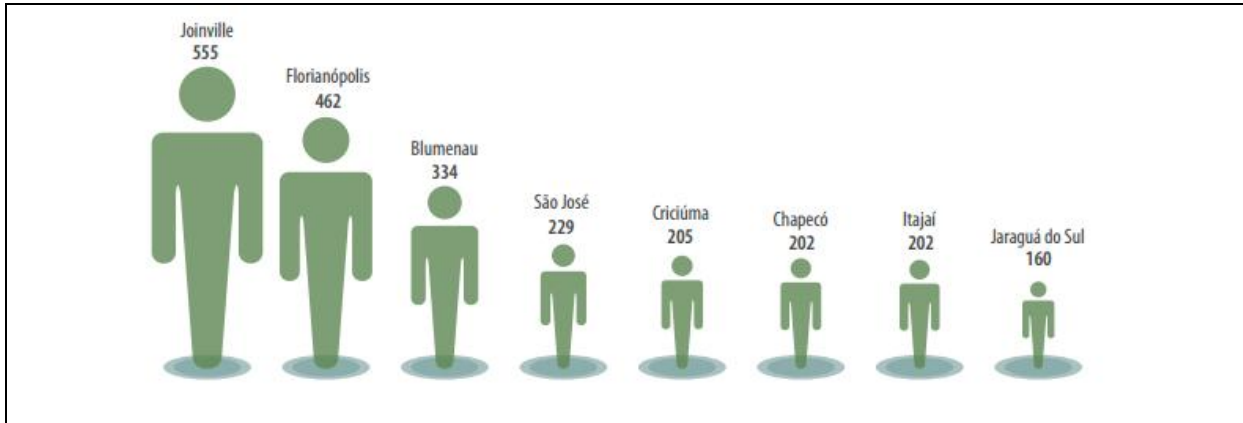
A Tabela 5 apresenta o crescimento populacional por faixa etária, na qual, no ano 1991 apresentou uma população de 4.541.994 habitantes e para o ano de 2010, teve um crescimento populacional de 37,57%. Em relação ao Brasil, o Estado apresenta uma representatividade de 3,12% na população do país, referente aos dados do censo de 2010, cujo, a população total brasileira era de 199.755.799 habitantes. Em seguida tem-se a definição do IDH, conforme o PNUD:

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Apresentou índices positivos, na qual, nos mostra um crescimento de 42,54% de 1991 para o ano de 2010, ou seja, o Estado de Santa Catarina teve progresso nos três índices básicos do IDH, pois quanto mais próximo de 1, melhor é o índice de desenvolvimento da região. O Estado em relação ao Brasil esteve 2,51% acima do IDH brasileiro, na qual, no ano de 2010, conforme o IBGE foi de 0,755.

Os municípios que concentram os maiores pólos industriais (Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul, Criciúma, Chapecó, Videira etc) são os que possuem maior IDH, desenvolvendo também os municípios de suas regiões. As regiões do Oeste e planalto catarinense apresentam IDH abaixo, pois dependem muito da agricultura familiar e possuem baixos investimentos, como explica dados da FIESC.

Figura 7 – Municípios mais populosos de Santa Catarina (mil habitantes), no ano de 2014.



Fonte: IBGE (apud FIESC, 2015).

A Figura 7 mostra as cidades mais populosas no ano de 2014 no Estado, destaca-se também pelo fato de a maioria serem também os polos industriais, atraindo mais pessoas devido as oportunidades no mercado de trabalho.

2.4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUA PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A participação no mercado externo é uma atividade tradicional entre as empresas e os principais setores. A cadeia produtiva avícola está presente com maior participação no Oeste Catarinense, contudo, Santa Catarina mantém-se como maior exportador nacional destinado ao mercado externo (ABEF, 2004, apud CARIO et al. 2008) e o que é mais representa no mercado é a forma como a exportação tem sua representatividade, pois conforme Cario et al (2008, p. 389) “[...] a atividade de algumas empresas que não produzem a matéria-prima, mas transformam-na agregando valor e exportando o produto.” A produção intensa dos produtos catarinenses, como o frango inteiro, cortes e industrializados foram se intensificando através da inserção e evolução da tecnologia, na qual, a demanda sofre um processo de inovação.

Segundo Cario et al (2008, p. 390), “cada vez mais o posicionamento competitivo das empresas avícolas nacionais no comércio internacional tem sido influenciado por políticas protecionistas adotadas por alguns países.” Ou seja, essas políticas podem ser resumidas em três grupos: as barreiras tarifárias, barreiras não tarifárias, barreiras técnicas e especificamente para a avícola, há as barreiras sanitárias.

De modo geral, o que se percebe é que há um protecionismo atuante no mercado internacional para o setor exportador de carne de aves, sendo definidor da capacidade de exportação e fator desfavorável para as

empresas exportadoras. Cabe ressaltar que Santa Catarina se encontra em condições bastante dependentes destes alcances com países como Japão e União Europeia, cujos volumes comercializados giram em torno de 75% das exportações do Estado (CARIO et al, 2008, p. 391).

Os países que são inseridos no mercado de importação precisam ter cuidado no produto que é inserido, pois é preciso que haja incentivos a fim da competitividade local.

O mercado do fumo concentra-se 30% na Região Sul, 25% no Vale do Itajaí e em seguida, as regiões Norte e Oeste são responsáveis pela produção catarinense de fumo. A exportação do fumo inclui-se desde o produto em folha até o produto final, e em relação a produção interna, o faturamento é revertido em tributos no Brasil. “Apesar disso, a exportação do produto em folhas é isenta de ICMS e demais taxas, fazendo com que seja vantajoso finalizar a manufatura do produto em outros países, ou naqueles próximos aos maiores mercados consumidores.” (CARIO et al, 2008, p. 421). No ano de 2004, foram aproximadamente 500 toneladas de exportação de folhas de fumo, o que na maioria da vezes, a folha do fumo tem maior representatividade.

Além disso, a isenção de impostos para a exportação de produtos primários e semi-elaborados trouxe ganhos excepcionais para as multifuncionais instaladas no Brasil, que passaram a exportar fumo em folha para beneficiamento em seus países de origem. Os principais destinos para o fumo em folha brasileiro são os EUA, a Alemanha, Bélgica-Luxemburgo, China, Filipinas e África do Sul (CARIO et al, 2008, p. 422).

Atualmente, há muitas campanhas antitabagistas que decresce o consumo do fumo, porém, mesmo com estas campanhas, a produção entre 1992 a 2003, teve um aumento expressivo.

A cadeia produtiva da maçã está localizada na Serra Catarinense e a produção está focada principalmente no atacado, ou seja, em empresas de grande porte que exigem um padrão do produto, além da maior flexibilidade dos preços. Nas pequenas empresas, não há a padronização e são dispostas maçãs de menos qualidade, isso ocorre também quando o produto é adquirido diretamente com o produtor. Conforme Cario et al (2008), em 2004 as importações tiveram uma queda de aproximadamente 5%, devido a substituição da maçã importada pela maçã de produção nacional.

O significativo crescimento da produção e a boa aceitação das variedades nacionais consolidaram a queda das importações. À medida que o consumo aparente foi crescendo ao longo dos anos, este foi suprido cada vez mais pela produção nacional, diminuindo a participação percentual no abastecimento pela maçã importada, que foi se moldando às condições

internas, assumindo características de produto complementar (CARIO et al, 2008, p. 455).

No período entre 1990 a 2004, a produção brasileira passava por uma fase de protecionismo e foi um dos determinantes que ocasionou o déficit na produção, o que tornou a Argentina o principal fornecedor de maçã para o Brasil.

As exportações brasileiras de maçã iniciaram-se em meados dos anos 1980, viabilizadas através de um *pool* de exportação. Estas se incrementaram devido ao alto crescimento da produção interna, qualidade da fruta (sabor) bem aceita pelo consumidor externo e pelo preço atrativo. As quantidades somente atingiram um volume mais significativo a partir do início dos anos 1990, chegando, em 2004, em torno de 15% da produção nacional (CARIO et al, 2008, p. 391).

A produção interna teve um avanço devido a inserção tecnológica, na qual resultou em uma produção qualificada e o produto foi bem aceito pelo mercado interno, conseqüentemente, aumentando o consumo interno e as exportações sofreram uma redução, mas isso também teve como consequência após a inserção do Plano Real.

A indústria do papel e celulose distribui-se em microrregiões na área central do Estado e na Região Oeste, segundo Cario et al (2008), no ano de 2003, no Estado, a exportação de papel e celulose ocupava a oitava posição e o principal bloco de vendas catarinenses era o MERCOSUL. “Tal fato deve-se aos menores custos de transporte para os países que participam do bloco, devido à proximidade em relação a Santa Catarina, bem como às menores tarifas de importação vigentes no bloco.” (CARIO et al, 2008, p. 496).

O destino de produção depende de qual tipo de papel produzido e o porte da empresa, a qual, a maior porcentagem se direciona para o mercado interno e a outra parcela se distribui entre o mercado externo (blocos econômicos).

Para o escoamento da produção das principais empresas produtoras de papel e celulose de Santa Catarina, as rodovias BR 280, BR 282, BR 470, BR 101, BR 116 e SC 302 assumem um importante papel devido ao posicionamento geográfico das mesmas por permitirem o acesso aos mercados consumidores ou aos portos. As condições de trafegabilidade das rodovias afetam o custo do transporte, assim como a velocidade de circulação de veículos, sendo, portanto, necessário que as estradas apresentem um bom estado de conservação e consigam suportar o fluxo de veículos sem a ocorrência de congestionamentos (CARIO et al, 2008, p. 496).

A suinocultura está localizada no Oeste e Meio Oeste. A exportação da suinocultura se concentra em mais de 60 países, na qual o mercado europeu lidera,

outros países que tem uma participação significativa são também os países do Oriente Médio e Ásia.

Os corredores para a exportação são os portos, cujo, o principal porto para a exportação da suinocultura é de Itajaí, que embarca mais de 70% da carne suína.

Nos *sites* portuários, a exportação de carne suína se dá na forma de carga *reefer*, que são contêineres refrigerados, adequados ao transporte de produtos com valor agregado. Os portos de Itajaí e São Francisco do Sul têm potencial para expansão em contêineres, sendo que o primeiro seria beneficiado com a construção do Portonave, especializado em cargas frigorificadas, e o segundo enfrentaria restrições apenas em 2010. O Porto de Imbituba tem o maior potencial de crescimento, cujo o acesso para o escoamento da produção de carnes da região Oeste é dificultado pela existência de trechos não pavimentados na BR-282 entre São José do Cerrito e Campos Novos e na SC-439 entre Urubici e Grão Pará (CARIO et al, 2008, p. 514).

Outro fator que mostrou modificação no mercado da suinocultura foram as incorporações e a presença de empresas estrangeiras

A Sadia adquiriu a Granja Rezende da área de genética de suínos e aves, a Aurora absorveu o frigorífico da Cooperjacuí de Sarandi, além de ter criado uma nova indústria de sucos, e a Perdigão adquiriu o Frigorífico Batávia. Além disso, o grupo Cargill (americano) incorporou o grupo Seara, pertencente ao grupo Bunge (argentino) (CARIO et al, 2008, p. 514).

A indústria cerâmica localiza-se na região de Criciúma e Tijucas. O trajeto exportador concentra-se nas duas maiores empresas da Região Sul: Eliane e Cecrisa, na qual, juntas são responsáveis pelo maior volume de exportação, segundo Cario et al. (2008). Na região de Tijucas, está localizada a empresa Portobello, com destaque também na exportação no Estado. “O crescimento do volume exportado local está aumentando em uma proporção menor que o nacional, demonstrando que concorrentes estão aumentando a participação das vendas externas.” (CARIO et al, 2008, p. 168).

No contexto do mercado externo, as empresas cerâmicas deste APL seguem o padrão tradicional de comercialização de produtos, tais como a contratação de representantes comerciais e de prestação de serviços de *trading*. Além destes canais de comercialização e distribuição, existem empresas com subsidiárias comerciais em mercados consumidores importantes com a finalidade de promover as vendas e facilitar a distribuição interna dos produtos (CARIO et al, 2008, p. 169).

O setor de indústria eletrometal-mecânico concentram-se nas regiões de Criciúma, Blumenau e Joinville, sendo o município de Joinville que apresenta índices maiores em relação as outras regiões. O destino de vendas, no início dos anos 90, grande parte da produção era vendido para fora da região e o restante era

direcionado à exportação. A capacidade do dinamismo das empresas catarinenses está relacionado a inovação e da constante interação com os agentes internos e externos , na qual, contribuem para a inserção no mercado competitivo.

O movimento de ampliação da inserção internacional das empresas catarinenses se confunde com o das principais empresas líderes instaladas na região de Joinville, por exemplo, a WEG e a Embraco, onde o processo de reestruturação já mencionado levou a primeira a ser um dos maiores fabricantes mundiais de motores elétricos. Não obstante, a Embraco adotou a estratégia de internacionalização da produção e distribuição, sendo atualmente o maior fabricante mundial de compressores herméticos para refrigeração, destacando-se pela instalação de unidades fabris e subsidiárias comerciais em inúmeros países, revelando que sua estratégia a posicionou próxima dos seus clientes em mercados importantes (CARIO et al, 2008, p. 214).

Outra empresa que mostra representatividade é a Tupy, com grande concentração na produção de peças para a indústria automobilística e bens de capital com destino para América Latina, UE e EUA. As empresas WEG e Embraco lançam “mão de sua capacidade de estruturar a própria comercialização e distribuição de produtos.” (CARIO et al, 2008, p. 215).

Por outro lado, as empresas de menores portes enfrentam grandes dificuldades de se inserir no mercado internacional. O sistema de distribuição própria apresenta-se seriamente dificultoso e ainda não se tornou realidade para a maioria das MPEs e médias empresas eletrometalmecânicas catarinenses, sendo que estas acabam se inserindo no mercado externo através das determinações e demandas por fornecimento das empresas líderes, pois não apresentam a mesma estrutura logística, financeira e organizacional disponível (CARIO et al, 2008, p. 216).

Em Santa Catarina, as regiões que se concentram a indústria de plástico localizam-se na região Nordeste e Sul. Os insumos para a produção dessa indústria destacam-se nos principais produtos importados, porém, o comércio internacional dessa indústria ainda é muito deficitário, sobretudo, as importações e exportações se destacam no MERCOSUL.

É importante destacar que o consumo relativo de PVC em Santa Catarina é superior ao existente no país, devido à atividade produtiva no segmento de tubos e conexões de PVC, expressiva em nível nacional, que está concentrada na região Nordeste do Estado (CARIO et al, 2008, p. 304).

Contudo, o consumo nacional ainda é relevante na produção da indústria de plásticos em Santa Catarina.

A indústria têxtil-vestuário localiza-se na região do Vale do Itajaí, cujo, o setor tem destaque em nível nacional, nos segmentos de produtos para cama, mesa e banho. “O faturamento provém de vendas em mercados internos, essencialmente. Como de resto na indústria têxtil-vestuarista operando em escala de Brasil, em que a

produção para consumo doméstico é amplamente predominante.” (CARIO et al, 2008, p. 347). Para a exportação, está voltado a produção em cama, mesa e banho, na qual, a produção ainda é em grande escala.

Em 2004, as roupas de toucador/cozinha, cama, banho figuraram entre os grupos de produtos mais exportados por Santa Catarina, em sétimo lugar, atrás somente de carne de frango e suína, de móveis de madeira, de motocompressores, de motores e geradores elétricos e de produtos cerâmicos (CARIO et al, 2008, p. 347).

No entanto, a exportação não se limita apenas às grandes indústrias, ainda que as grandes indústrias se destacam nas vendas e produção, porém, isso se difere pela estrutura das indústrias e pela inserção no comércio internacional.

O centro da indústria moveleira situa-se na região Nordeste, mais precisamente pela região de São Bento do Sul. A produção da indústria moveleira da região baseia-se na exportação, cuja, a maior produtividade tem como destino às vendas externas, e a dinâmica de produção está associada principalmente a competitividade.

O sentido que se atribui à capacidade comercial inclui atividades como canais de distribuição e marketing, mecanismos de financiamento e alianças estratégicas. Apesar da importância da capacitação tecnológica das firmas exportadoras, para o caso específico do APL de Santa Catarina, tem sido destacado o papel dos canais de comercialização no desempenho empresarial (CARIO et al, 2008, p. 274).

Portanto, o uso dos canais de comercialização se diferencia com a inserção de pequenas, médias e grandes empresas. Conforme CARIO et al. (2008, p. 275), “as médias e grandes empresas utilizam mais os agentes de exportação em virtude da maior participação na exportação, e as pequenas empresas utilizam mais o representante comercial (mercado interno).” Porém, mesmo que as grandes e médias empresas dirigem sua produção para a exportação, há também um canal de comercialização para o mercado interno.

A seguir, a Tabela 6, mostra o valor do PIB, o PIB per capita, o endividamento em relação a dívida pública e qual a participação dessa dívida no valor do PIB.

Tabela 6 – Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Santa Catarina.

Ano	PIB (a preços correntes R\$ 1.000)	PIB per capita (R\$ 1,00)
2002	54.481.893,22	-
2003	64.098.474,68	-
2004	73.618.965,92	-

2005	81.549.243,68	-
2006	91.063.448,62	-
2007	103.728.092,25	-
2008	121.477.257,85	-
2009	129.098.535,04	-
2010	153.726.007,37	5.742.000
2011	174.068.321,73	6.511.671
2012	191.794.652,14	7.041.678
2013	214.512.241,57	7.968.346
2014	242.553.370,86	8.411.189

Fonte: IBGE (2002-2014).

Conforme Tabela 6, pode-se notar o forte crescimento do PIB do Estado na análise de 2002 a 2014, a qual houve um crescimento acumulado de 345,19% e o PIB per capita, a partir do ano de 2010, teve um crescimento de 46,48%.

Referente a participação do emprego no Estado, segue a Tabela 7, mostra a participação do emprego nos principais setores que destacam-se no Estado.

Tabela 7 – Participação do emprego (%) no Estado de Santa Catarina – 2002 a 2015

Ano	Indústria	Comércio e Serviços	Agricultura	Const. Civil
2002	35,24%	58,38%	2,92%	3,46%
2003	34,69%	59,05%	3,09%	3,16%
2004	35,45%	58,28%	3,15%	3,12%
2005	34,60%	59,05%	2,99%	3,36%
2006	34,41%	59,62%	2,66%	3,30%
2007	34,97%	58,79%	2,52%	3,71%
2008	34,13%	59,19%	2,41%	4,27%
2009	33,20%	60,25%	2,41%	4,14%
2010	33,27%	60,02%	2,19%	4,52%
2011	32,54%	60,58%	2,12%	4,76%
2012	31,78%	61,53%	1,98%	4,71%
2013	32,02%	61,34%	1,96%	4,68%
2014	31,35%	62,04%	1,97%	4,63%
2015	30,53%	63,16%	1,98%	4,32%

Fonte: RAIS (2002-2015).

Conforme Tabela 7, o setor que mais emprega no Estado durante o período analisado foi o setor de comércio e serviços. O setor de comércio e serviços se destaca por abranger o setor de comércio (varejo e atacado) e a prestação de serviços, na qual, conforme os dados da RAIS, no ano de 2015, a geração de empregos do setor foi de 63,16%, seguindo pelo setor industrial, com 30,53% na participação do emprego. Segundo a FIESC (2015, p.13):

Santa Catarina possui um importante parque industrial, ocupando posição de destaque no Brasil. A indústria de transformação catarinense é a quarta do País em quantidade de empresas e a quinta em número de trabalhadores. Os segmentos de artigos do vestuário e alimentar são os que mais empregam, seguidos pelo setor de artigos têxteis. Em 2014 nossa

indústria foi líder na geração de empregos entre os estados do País, registrando 5 mil novos postos de trabalho.

A Tabela 8 apresenta a participação setorial do Estado, na qual mostra os grandes setores e o setor que mostra maior representatividade é o setor de comércio e serviços.

Tabela 8 - Participação setorial (%) no Estado de Santa Catarina no período de 2002 a 2014

Ano	Indústria	Comércio e Serviços	Agricultura
2002	27,09%	50,91 %	8,91%
2003	26,98 %	50,43 %	9,19 %
2004	28,85 %	50,12 %	8,23 %
2005	27,37 %	51,41 %	7,21 %
2006	27,84 %	52,16 %	6,36%
2007	29,87 %	50,10 %	6,32%
2008	27,98 %	50,79 %	6,89%
2009	26,66 %	52,89 %	6,65 %
2010	27,72 %	51,34 %	5,82%
2011	28,48 %	50,80 %	5,14 %
2012	27,30 %	52,55 %	4,64 %
2013	25,97 %	52,74 %	5,65 %
2014	25,61 %	53,61 %	5,23 %

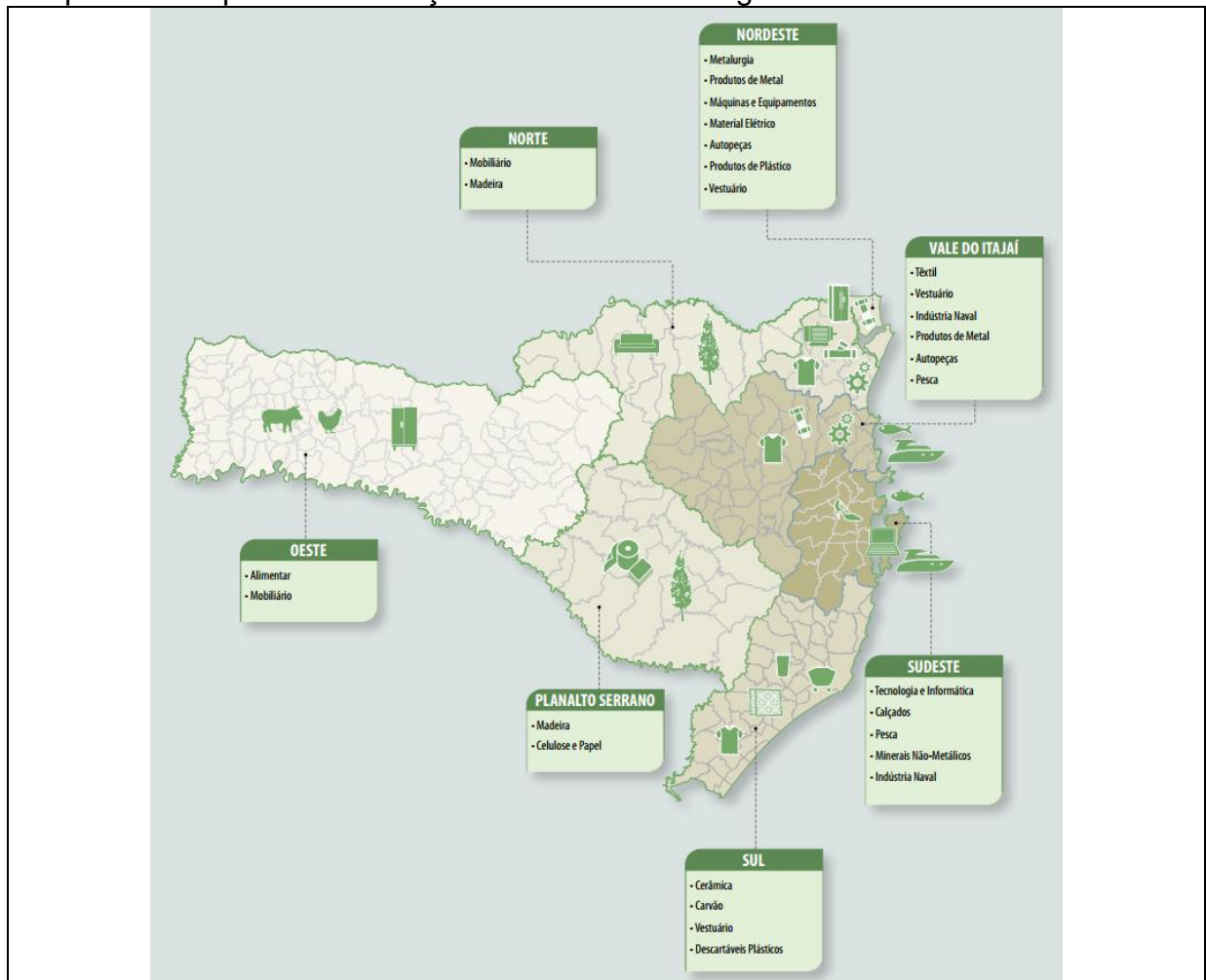
Fonte: IBGE (2002-2014).

Como mostra a Tabela 8, o setor de maior representatividade no Estado de Santa Catarina é o setor de comércio e serviços, seguido da indústria e por final, a agricultura.

O setor de serviços mostra uma participação crescente, na qual alcança 53,61% em 2014 da participação dos grandes setores no Estado, diferente dos outros setores que apresentaram queda durante o período analisado.

Conforme mostra no Mapa 2, observa-se as principais concentrações industriais em cada região do Estado de Santa Catarina. A economia catarinense destaca-se pela sua diversidade, assim, de acordo com a FIESC (2015, p.13), “a economia industrial de Santa Catarina é caracterizada pela concentração em diversos pólos, o que confere ao Estado padrões de desenvolvimento equilibrado entre suas regiões.”

Mapa 2- Principais concentrações industriais nas regiões de Santa Catarina



Fonte: FIESC (2015, p.14).

Analisando os dados da FIESC (2015), a região Sul destaca-se por apresentar um importante parque industrial voltado aos setores da cerâmica, carvão, vestuário e a indústria de descartáveis plásticos. Já na região Oeste, predomina as indústrias do setor alimentar e de móveis. No Vale do Itajaí, observa-se que o setor têxtil, a indústria naval, pesca e autopeças ganham destaque. Em relação à região Norte/Nordeste do Estado, os setores metalúrgico, de máquinas e equipamentos, de materiais elétricos, plástico, autopeças, confecção e mobiliário aquecem a economia local, gerando a maior fatia de empregos e renda da região. O setor madeireiro predomina na região serrana, enquanto na grande Florianópolis, a área de tecnologia vem se destacando, além de outras indústrias conforme mostra o Mapa 2.

Assim, segundo a FIESC (2015, p. 13):

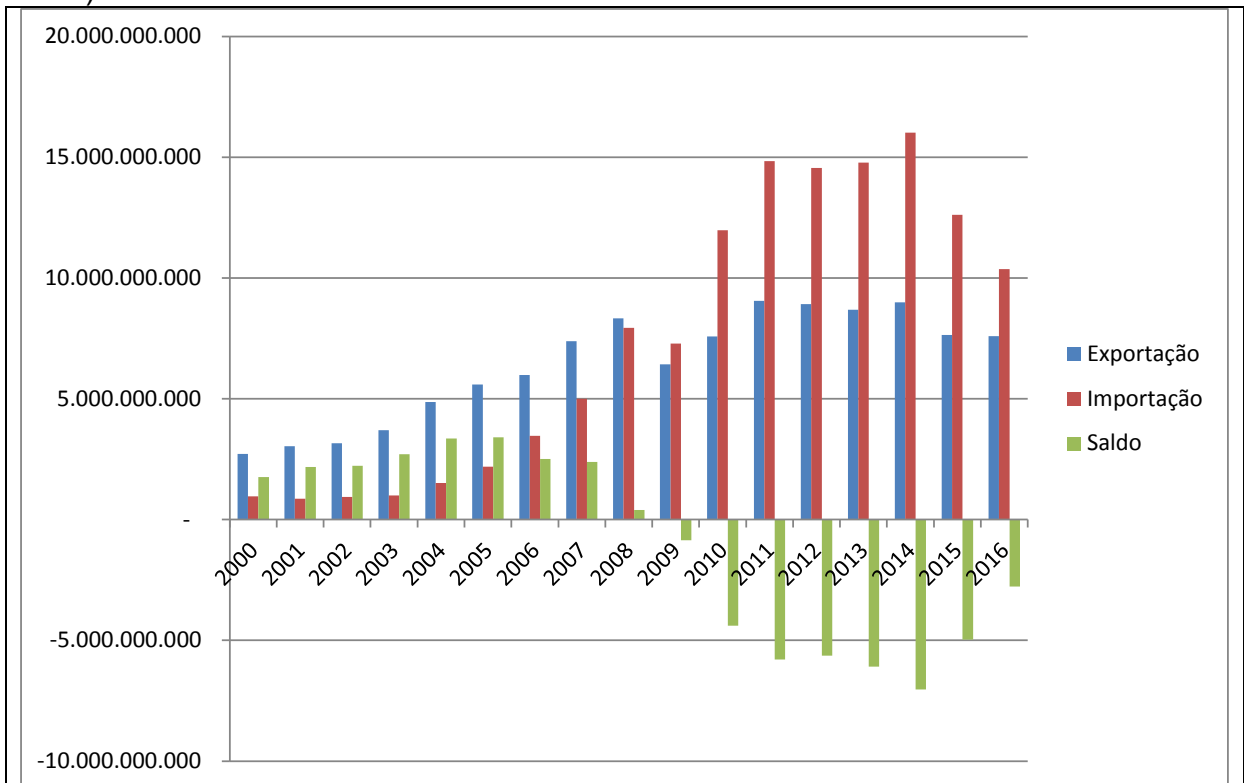
O segmento alimentar é o mais representativo na economia industrial do Estado. Santa Catarina é o maior produtor de suínos e o segundo de frangos do país. É líder também em pescados. Na indústria têxtil e do vestuário é o segundo maior pólo do país. Produtos de maior valor

agregado fazem parte de seu portfólio podendo-se citar geradores, transformadores e motores elétricos, motocompressores, blocos e cabeçotes para motor, eletrodomésticos, soluções em telecomunicações, redes e segurança. A indústria aeronáutica e automotiva se desenvolve, atraindo novos investimentos para o Estado.

Nota-se que a diversidade industrial de Santa Catarina coloca o Estado como uma das principais economias do Brasil, impulsionando as exportações e o desenvolvimento de todas as regiões citadas.

Ainda em relação ao desenvolvimento da economia catarinense, o Gráfico 8 apresenta informações referente a balança comercial do Estado entre os anos 2000 a 2016.

Gráfico 8 - Balança comercial do Estado de Santa Catarina de 2000 a 2016 (US\$ FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2000-2016).

Verifica-se um crescimento das exportações e importações de Santa Catarina desde o ano 2000. Até o ano de 2008, a balança comercial catarinense era superavitária, entretanto, a partir do ano de 2009, as importações passaram a superar as exportações, em parte devido a incentivos fiscais e o desempenho favorável dos portos de Santa Catarina, o que ocasionou um favorecimento para as empresas importadoras que se instalaram no Estado. Além disso, com a crise

econômica daquele ano, ocorreu uma significativa redução nas exportações brasileiras e, conseqüentemente, impactou as vendas externas de Santa Catarina (NETO; ZILLI, 2014).

Zanella, Bortoluzzi e Orłowski (2010) destacam que nesse período o processo de importação chamou muita atenção. A participação da economia catarinense na balança comercial brasileira em relação ao processo de importação era de 1,71% no ano de 2000, saltando para 4,59% em 2008. Quanto às exportações, considerando o mesmo período, o percentual de participação era de 4,92% em 2000, caindo para 4,17% em 2008.

Conforme o Gráfico 8, as importações vêm crescendo a taxas superiores frente às exportações. Para exemplificar tal situação, em 2013, de acordo com o Sebrae (2013, p.19), “as exportações encerram o ano com valor de US\$ 8,7 bilhões e as importações, com US\$ 14,8 bilhões.” Entretanto, apesar do déficit comercial desde 2009, observa-se uma queda significativa das importações catarinenses nos últimos dois anos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

A natureza da pesquisa foi de caráter descritiva, na qual “as pesquisas descritivas têm como objetivo básico descrever as características de populações e de fenômenos.” (GIL, 2003, p.133). Adota-se o estudo de pesquisa bibliográfica e documental, na qual, segundo Gil (2002, p.44):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

E a pesquisa documental é muito semelhante a pesquisa bibliográfica.

A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2002, p.45).

Nesta pesquisa, além de fontes bibliográficas, foram utilizadas também fontes estatísticas que permitem o melhor entendimento da pesquisa e essenciais para a análise.

3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para o delineamento da pesquisa, faz-se necessário analisar o método utilizado para coleta de dados. Neste trabalho, na qual, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, a coleta de dados foi feita através do procedimento com análise estatística com as bases de dados: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) na qual, se obteve dados da balança comercial, população, dados econômicos e sociais, dados também em relação aos setores e empregados, do período de 2000 a 2016.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

O procedimento adotado para a análise de dados é a análise quantitativa, conforme coleta de informações e técnicas estatísticas, segundo Richardson (1999), “descrições numéricas e estatísticas dos dados”.

A análise quantitativa tem como técnica descritiva, segundo Gil (2002, p.90) “nos estudos de natureza quantitativa, após o tratamento estatístico dos dados, têm-se, geralmente, tabelas elaboradas manualmente ou com o auxílio de softwares.”

4 A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL 2000 A 2016

4.1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE CRICIÚMA

4.1.1 O município

O município de Criciúma veio a ser colonizado no início do século XIX, com a chegada de imigrantes italianos vindos da região da Veneza e Treviso, a qual construíram casas, escolas e estradas; a renda era provinda da agricultura. No início de 1890, começaram a chegar as famílias polonesas, e logo após, os alemães e portugueses vindos de Laguna. Foi criado como um distrito, denominado como Cresciuma (vegetação que predominava a região) e pertencente ao município de Araranguá; em 1925, passou a desmembrar-se do município de Araranguá, e em 1948, passou a se chamar Criciúma, segundo o IBGE.

Ao trazer o debate para o aspecto municipal, observa-se que Criciúma teve um razoável setor primário (agricultura, pecuária) antes de emancipar seus três distritos, mas sua história econômica registra quase 50 anos de pleno domínio da indústria extrativa mineral (carvão), com uma diversificação industrial iniciada nos anos 60 (FABRE, 2016, p.119).

O município está localizado no extremo sul-catarinense, sendo um dos municípios da Região Carbonífera, distante 187 quilômetros da capital Florianópolis.

A população do município, conforme o censo de 2010 (IBGE), era de 192 mil habitantes e atualmente, a população está estimada em 209 mil habitantes.

A economia do município conta como maior atividade econômica, a indústria cerâmica, exploração do carvão, indústria de plástico, além da agricultura e o setor de serviços. Devido a isso, Criciúma se destaca na região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera) com o maior produto interno bruto (PIB), conforme SEBRAE (2013).

Criciúma evoluiu de uma pequena cidade mineira de 8 mil residentes, no ano de 1950, com economia alicerçada nas atividades de extração mineral, pequeno comércio e diminuta participação dos serviços, para um contingente urbano com mais de 170 mil moradores nos dias de hoje, oferecendo alguns serviços que atendem a quase todos os municípios do Sul (FABRE, 2016, p.168).

Na Tabela 9, são apresentados indicadores demográficos e sociais do município de Criciúma, conforme os censos.

Tabela 9 - Indicadores demográficos e sociais do município de Criciúma - SC

	1991	2000	2010
Pop. Total	147.043	170.621	192.308
Pop > 14 anos	49.980	56.356	41.545
Pop. 15-64 anos	92.446	107.110	139.411
Pop. Idosa	4.617	7.155	11.352
IDHM	0,584	0,703	0,788

Fonte: IBGE (1991-2010).

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população de Criciúma apresentou um aumento de 30,78%, referente ao ano de 1991 a 2010, a qual em 2010, a população atual era de 192.308 habitantes. E hoje, a estimativa que se tem para o ano de 2016 é de 209.153 habitantes.

O IDH do município apresentou um crescimento de 34,93% do ano de 1991 para o ano de 2010, o que mostra um crescimento significativo, e esteve acima da média do perfil do Estado, na qual, no ano de 2010, foi de 0,774, conforme o IBGE.

4.1.2 A economia de Criciúma

A Tabela 10, apresenta o PIB do município de Criciúma juntamente com o PIB per capita.

Tabela 10 - PIB do município de Criciúma – SC – 2002 a 2014

Ano	PIB (preços correntes R\$ 1.000)	PIB per capita
2002	1.492.601	-
2003	1.687.204	-
2004	1.922.944	-
2005	2.119.512	-
2006	2.357.832	-
2007	2.570.339	-
2008	2.873.156	-
2009	3.261.862	-
2010	3.870.771	20.136
2011	4.758.666	24.531
2012	5.016.311	25.644
2013	5.496.582	27.158
2014	6.480.936	31.666

Fonte: IBGE (2002-2014).

Conforme o IBGE, a Tabela 10, o PIB apresentou um crescimento acumulado de 334,20%, e o PIB per capita, em 2014, possuía um PIB per capita na ordem de R\$ 31.666, na qual, no período, mostrou uma evolução de 57,26%.

A Tabela 11 apresenta a participação do emprego nos principais setores do município de Criciúma.

Tabela 11- Participação do emprego (%) no município de Criciúma no período de 2002 a 2015

Ano	Indústria	Comércio e serviços	Agropecuária	Const. civil
2002	33,56%	59,10%	0,38%	6,96%
2003	31,58%	61,27%	0,27%	6,88%
2004	31,35%	61,96%	0,25%	6,44%
2005	33,17%	60,78%	0,17%	5,88%
2006	30,09%	65,72%	0,12%	4,07%
2007	29,65%	66,05%	0,14%	4,16%
2008	30,05%	64,56%	0,14%	5,25%
2009	28,67%	65,51%	0,12%	5,70%
2010	29,91%	64,92%	0,10%	5,07%
2011	29,73%	64,62%	0,07%	5,58%
2012	29,28%	65,51%	0,05%	5,16%
2013	28,51%	64,74%	0,05%	6,69%
2014	28,42%	65,34%	0,09%	6,14%
2015	28,11%	65,45%	0,06%	6,37%

Fonte: RAIS (2002-2015).

Conforme a Tabela 11, no que se refere ao recorte setorial em 2015, o setor comércio e serviços era o mais representativo, cujo, a participação deste setor no município é de 65,45%, seguido pelo setor industrial com 28,11%.

A Tabela 12, refere-se à participação setorial dentro do município de Criciúma no período analisado.

Tabela 12 - Participação setorial (%) no município de Criciúma no período de 2002 a 2014

Ano	Indústria	Comércio e Serviços	Agropecuária
2002	32,47 %	66,67%	0,86%
2003	31,75%	67,24%	1,01%
2004	32,08%	66,98%	0,93%
2005	32,39%	66,86%	0,75%
2006	31,48%	67,64%	0,88%
2007	33,02%	66,40%	0,58%
2008	30,15%	69,09%	0,76%
2009	28,40%	70,92%	0,68%
2010	29,82%	69,62%	0,56%
2011	35,22%	64,31%	0,47%
2012	34,18%	65,40%	0,42%
2013	32,00%	67,31%	0,68%
2014	30,77%	68,70%	0,53%

Fonte: IBGE (2002-2014).

Segundo a análise da Tabela 12, o setor que mostra maior participação referente ao período analisado foi o setor de comércio e serviços, devido ao município ser amplo no comércio de varejo e na prestação de serviços. Conforme explica Fabre (2016, p.119):

Nos dias de hoje, o município registra o crescimento do setor de serviços, com certa estagnação do setor industrial. Daí surge o questionamento se vale a pena ter o setor de serviços crescendo enquanto o industrial marcha a passos lentos. [...] o setor de serviços (terciário) não deve substituir, mas complementar o setor industrial, o qual, à medida que se expande, passa a demandar mais serviços. Outro fator de crescimento do terciário é o papel de polo micro ou, até mesmo, mesorregional que a cidade passou a exercer nos últimos anos, função essa desempenhada, sobretudo, pelo comércio e por uma gama de serviços do terciário.

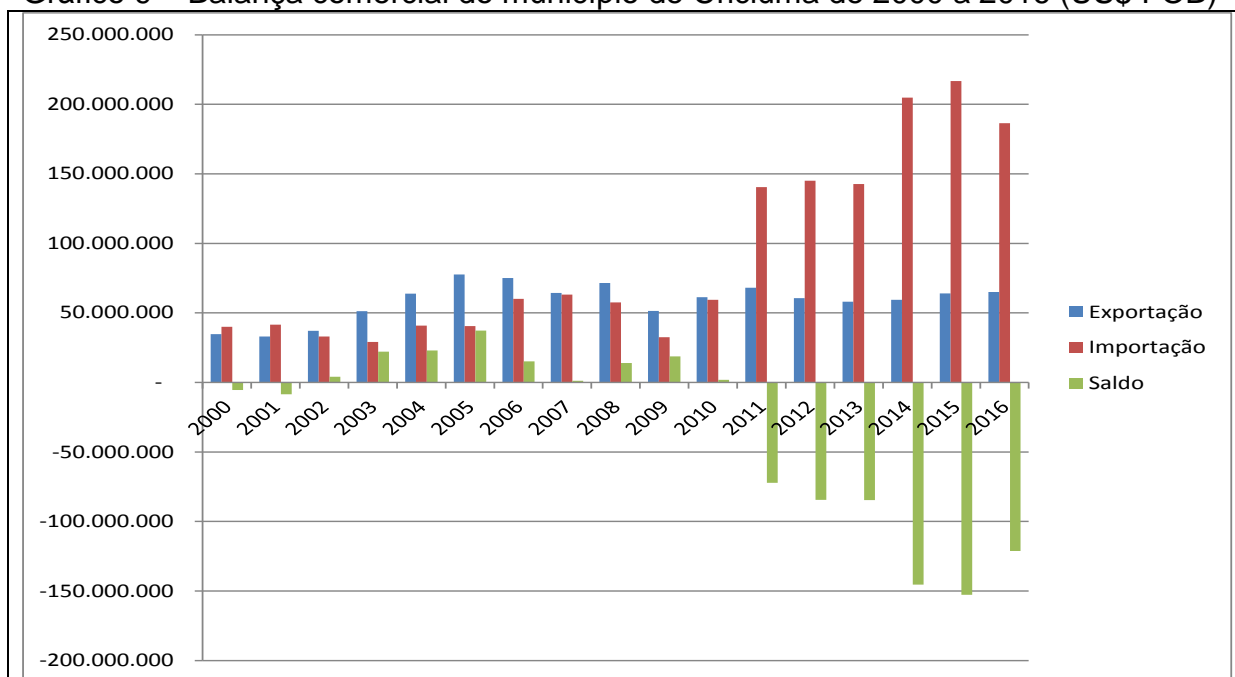
O fato da participação do setor industrial de Criciúma ser menor que a participação do setor de comércio e serviços deve-se pela falta de incentivos fiscais e econômicos do poder público.

4.2 VOLUMES DO COMÉRCIO EXTERIOR DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA NO NO PERÍODO DE 2000 A 2016

Em relação à balança comercial do município de Criciúma (SC), o Gráfico 9, mostra a evolução, bem como os números relacionados ao comércio internacional do referido município.

Observa-se, de acordo com o período mencionado, ou seja, de 2000 a 2016, como se desenvolveu os processos de importação e exportação de Criciúma (SC) e a sua conseqüente participação no comércio exterior.

Gráfico 9 – Balança comercial do município de Criciúma de 2000 a 2016 (US\$ FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

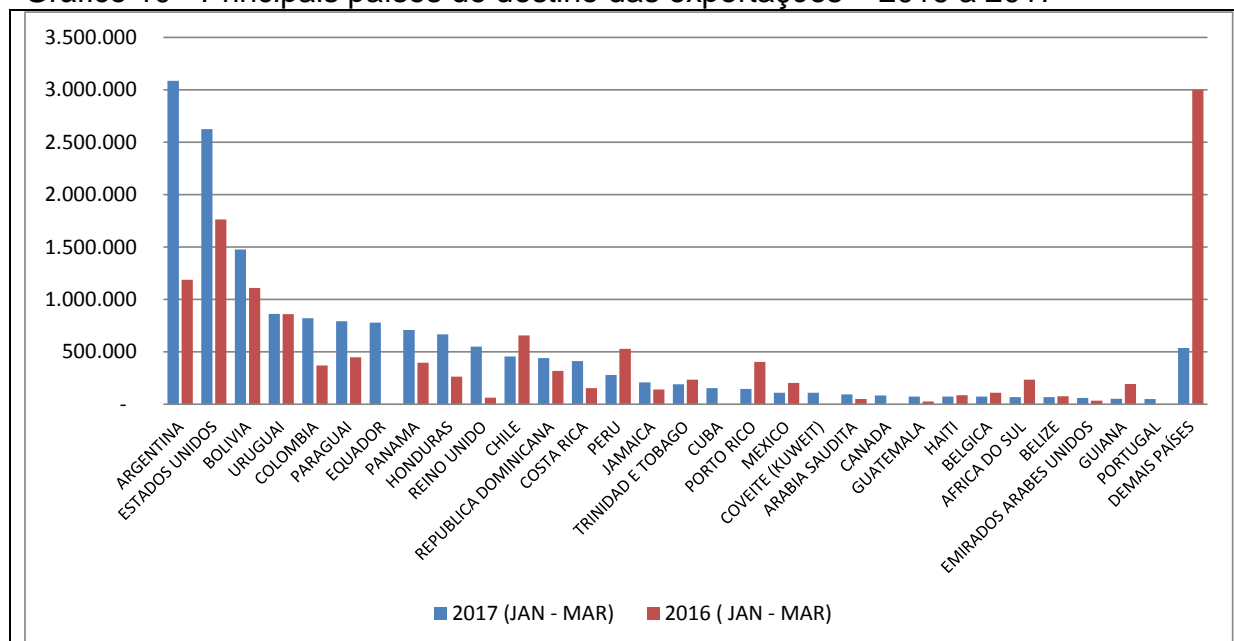
O município de Criciúma (SC) destaca-se no cenário catarinense e nacional por ser um polo de referência nos setores da indústria cerâmica, de plástico, na produção de carvão e indústria de vestuário, demonstrando assim, sua relevância para a economia de Santa Catarina.

Conforme o Gráfico 9, até o ano de 2010, a economia cricumense apresentava superávit em sua balança comercial, ou seja, as vendas externas superavam as importações. No entanto, a partir de 2011, a situação se inverteu, com um acentuado crescimento das importações, apresentando déficit no saldo comercial. Para exemplificar, segundo informações do SEBRAE (2014, p.41), “em 2011, a balança comercial de Criciúma apresentou um saldo negativo de US\$ - 55.052.264,00. No período compreendido entre 2004 e 2011, as suas exportações apresentaram crescimento de 6,2% e as importações, crescimento de 200,6%”.

Assim como ocorreu com a balança comercial de Santa Catarina, incentivos fiscais e as vantagens oferecidas pelo mercado chinês impulsionaram, também, as importações de indústrias instaladas em Criciúma, o que provocou, nos últimos anos, saldo negativo na balança comercial.

Em relação aos principais parceiros comerciais do município de Criciúma (SC), o Gráfico 10 ilustra o destino das exportações das indústrias que compõem a economia cricumense.

Gráfico 10 - Principais países de destino das exportações – 2016 a 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

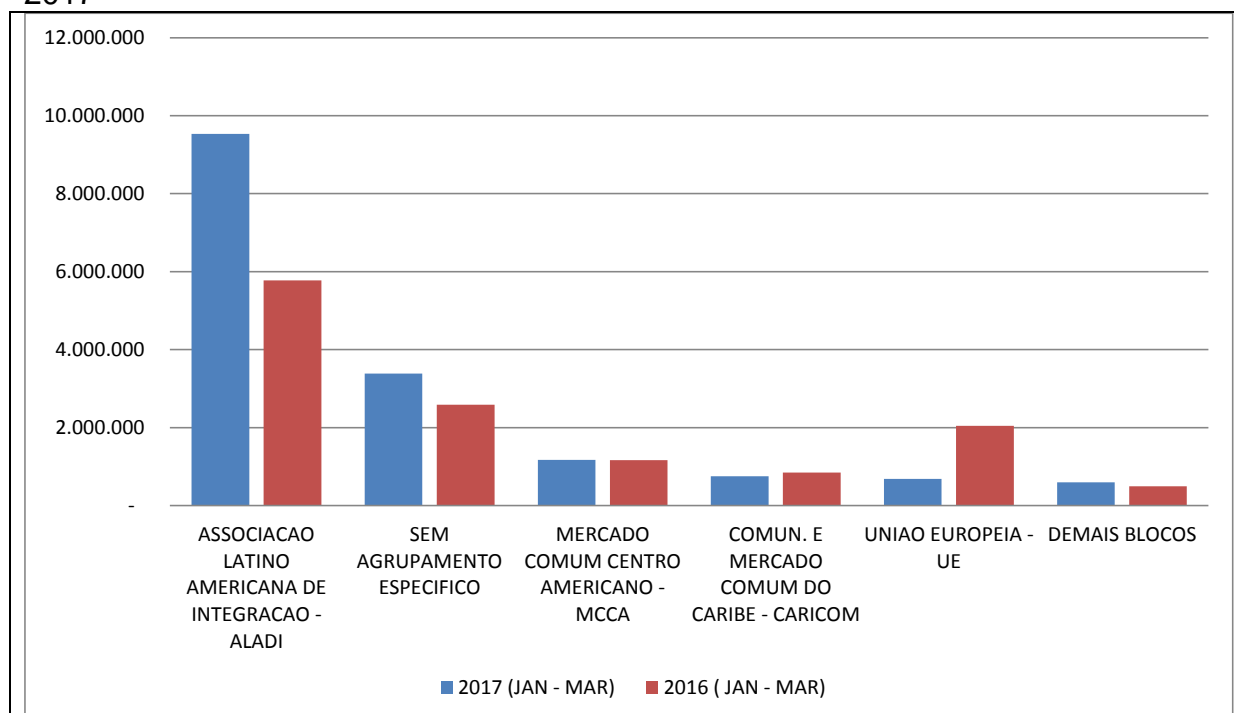
Observa-se que os países que integram a Associação Latino Americana de Integração (ALADI), juntamente com os Estados Unidos, concentram a maior parte da importação de produtos provenientes do município de Criciúma (SC). Conforme a análise do gráfico, no primeiro trimestre de 2017, o principal importador foi a Argentina, seguida dos Estados Unidos, Bolívia e Uruguai. Em 2016, no mesmo período, os Estados Unidos representaram o principal mercado para as exportações, seguidos da Argentina e Bolívia, respectivamente.

A Argentina e os Estados Unidos sempre estiveram na ponta, entre os principais destinos das exportações dos produtos fabricados em território criculumense. Para constatar, “os três principais países de destino das exportações de 2008 do município foram: Estados Unidos, Argentina e Costa Rica” (SEBRAE, 2008, p.38).

Já em 2011, a maior parte das exportações do município de Criciúma destinou-se para a Argentina. Naquele ano, as vendas para esse país representaram mais de 22%, seguida dos Estados Unidos e Bolívia (SEBRAE, 2014). Nota-se que neste ano, comparando com o primeiro trimestre de 2016, que ocorreu uma evolução significativa do volume das exportações para os países citados. Para alguns outros países, também ocorreu crescimento no volume exportado, é o caso de Colômbia, Paraguai e Panamá, por exemplo. Somado os demais países, que não estão listados no Gráfico 11, nos três primeiros meses do

ano as exportações sofreram queda, comparando a situação com o mesmo período de 2016.

Gráfico 11 - Principais Blocos Econômicos de Destino das exportações – 2016 a 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2016-2017).

Conforme mostra o Gráfico 11, o volume exportado no primeiro trimestre de 2017 foi superior em relação ao mesmo período de 2016, considerando as vendas para a ALADI, e a Argentina, é um dos principais responsáveis por esse bloco ser o principal destino das exportações de Criciúma.

Conforme informações da FIESC (2016), considerando apenas o primeiro bimestre de 2016, as exportações de Santa Catarina para a Argentina foram de US\$ 75.701,985, e o município de Criciúma (SC) destaca-se por ser um importante parceiro comercial da Argentina, conforme se constatou nas informações referente ao gráfico 10 (principais países de destino das exportações).

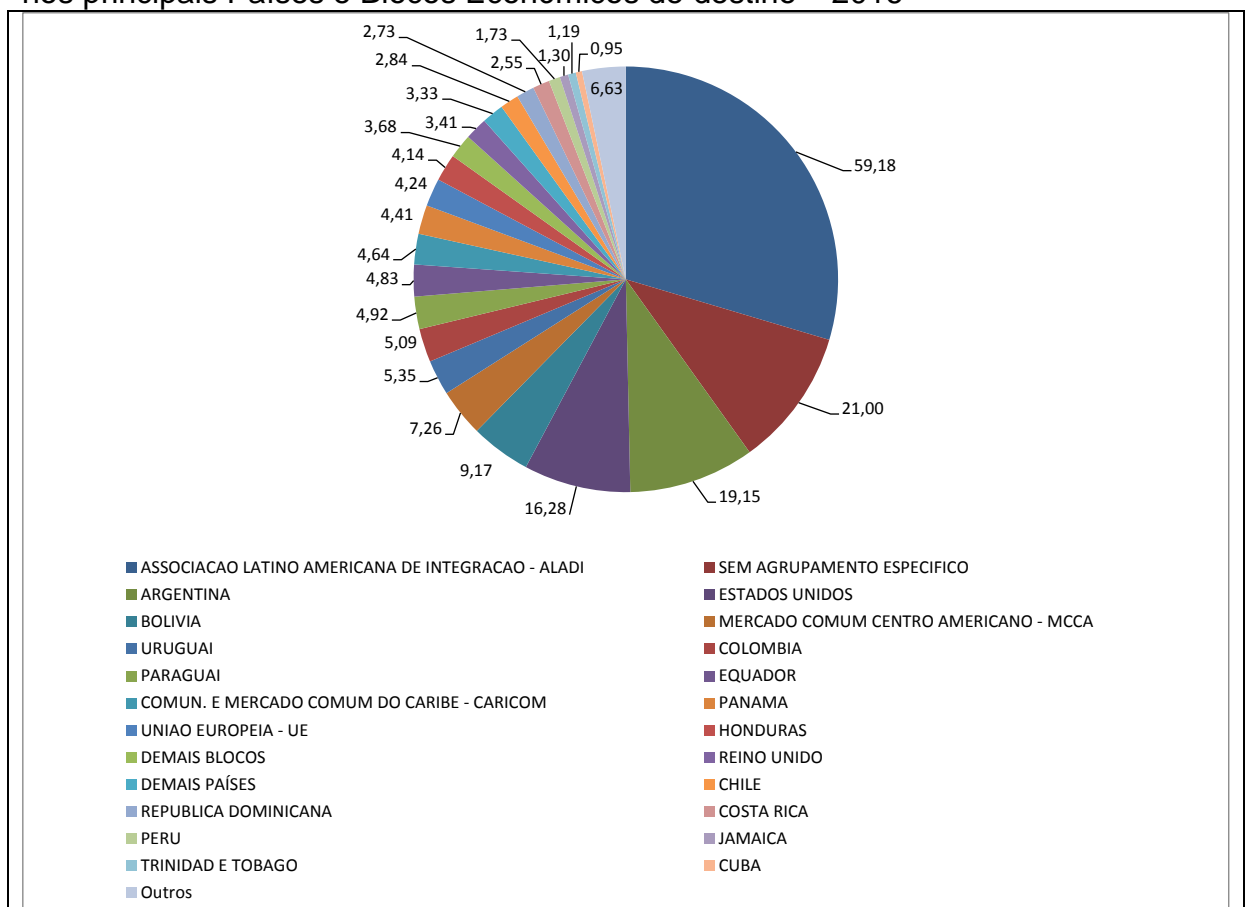
Em segundo lugar, em relação ao destino das vendas do município de Criciúma para o mercado exterior, estão aquele conjunto de países que não formam um bloco econômico específico. Para estes, o volume exportado nos primeiros meses de 2017, foi levemente superior em relação ao ano anterior.

Em relação às exportações destinadas à União Europeia, nota-se que ocorreu uma queda nas vendas para os países formadores desse bloco econômico

referente ao primeiro trimestre de 2017, comparado com o volume exportado no mesmo período de 2016.

Em termos percentuais das exportações, o Gráfico 12 relaciona a participação dos principais países e blocos econômicos que mantêm relações comerciais com o município de Criciúma (SC), como base em informações obtidas por meio do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), e tendo como referência o primeiro trimestre de 2017.

Gráfico 12 – Participação em percentuais nas exportações do município de Criciúma nos principais Países e Blocos Econômicos de destino – 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Conforme já se constatou, atualmente os países que compõem a maior fatia das importações das indústrias instaladas em Criciúma são: a Argentina, com 19,15%, os Estados Unidos, com 16,28%, Bolívia, com o percentual de 9,17% e o Uruguai, com 5,35% de participação.

Em relação às vendas por bloco econômico, o percentual das exportações para a Associação Latino Americana de Integração (ALADI) foi de 59,18%, ou seja, mais da metade das vendas são destinadas a esse bloco, que tem como principal

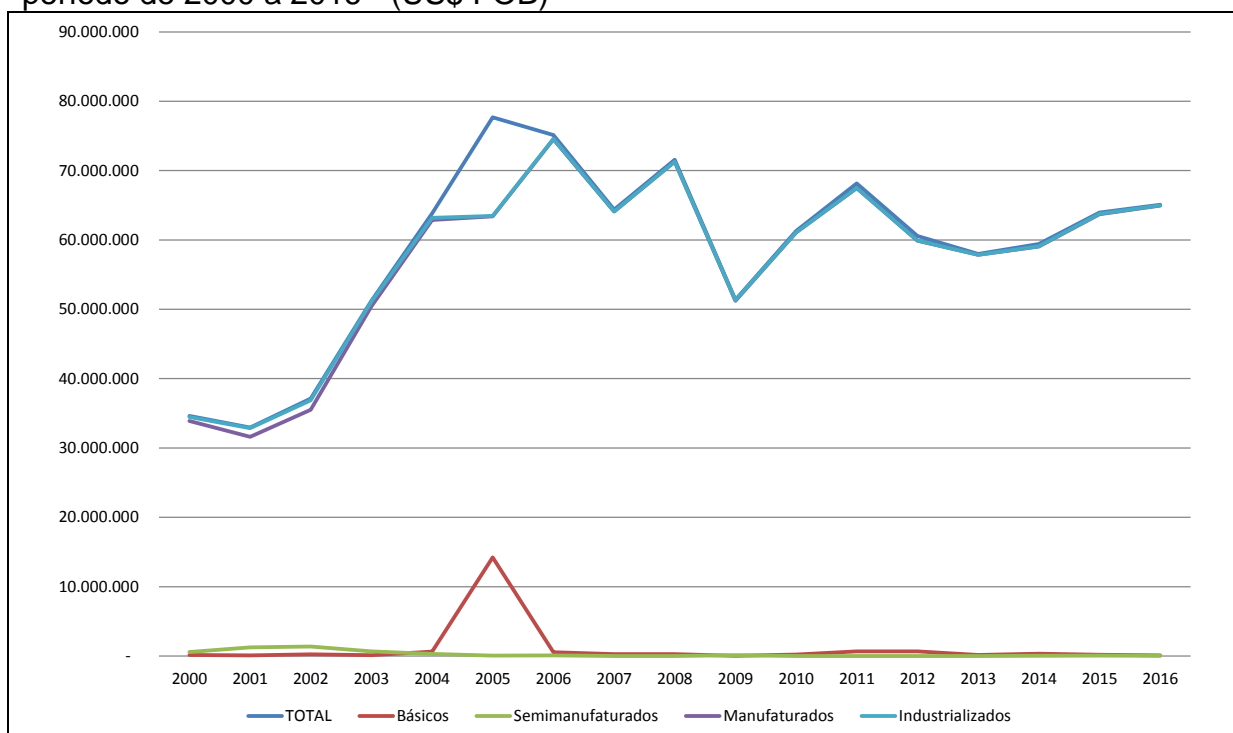
parceiro econômico do município, o mercado argentino. Com 21% de participação, estão aqueles países que formam um bloco econômico não especificado, sendo os Estados Unidos o principal mercado. Para o Mercado Comum Centro Americano (MCCA) que tem como integrantes, a Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador, a participação na compra de produtos oriundos do município de Criciúma, foi de 7,26%.

Outro destaque, conforme mostra o Gráfico 12, diz respeito à queda nas exportações para a União Europeia. No primeiro trimestre de 2017, a participação desse bloco econômico frente aos produtos das indústrias de Criciúma, foi de 4,24%

4.3 A PARTICIPAÇÃO SETORIAL DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

O Gráfico 13, mostra as exportações do município de Criciúma considerando os números por fator agregado compreendido entre os anos de 2000 a 2016. Relaciona, assim, a exportação dos produtos básicos, semimanufaturados, manufaturados, industrializados e o total dessa comercialização com o mercado externo.

Gráfico 13 – Exportações do município de Criciúma totais por fator agregado no período de 2000 a 2016 - (US\$ FOB)



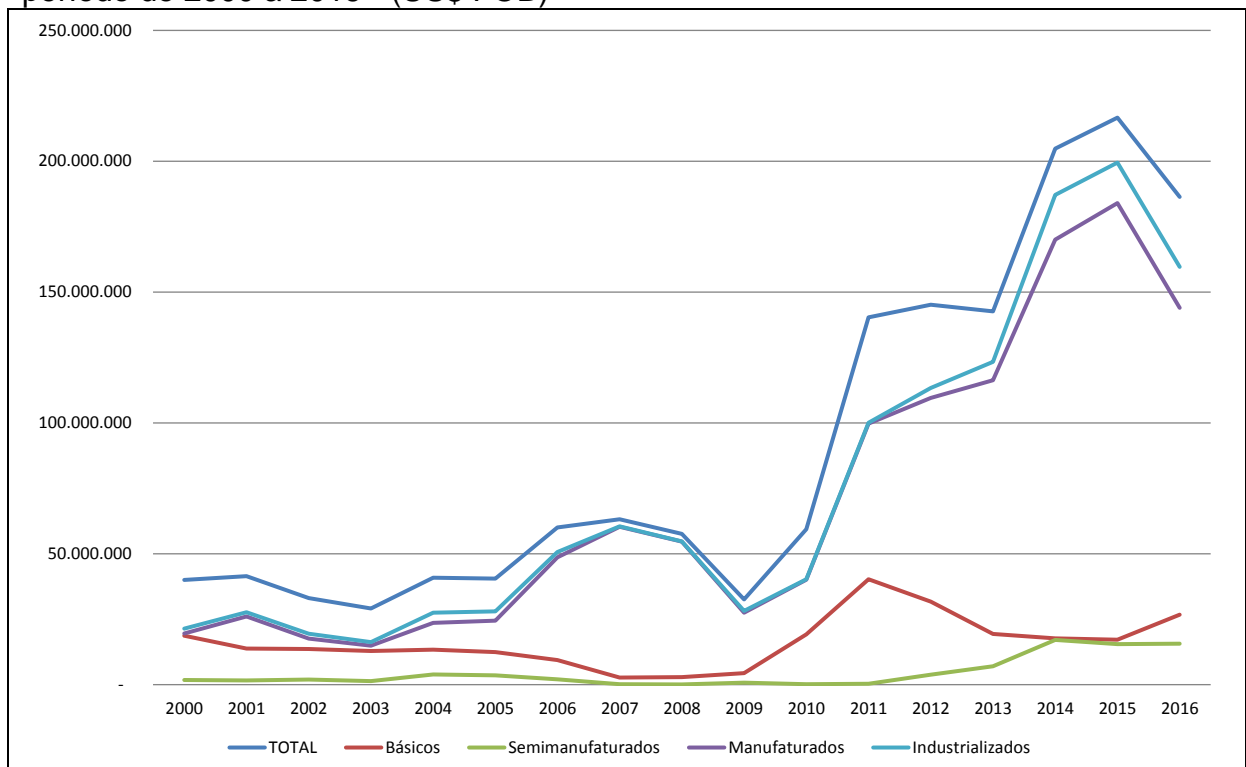
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Conforme apresenta o Gráfico 13, os produtos industrializados representam a maior fatia das vendas ao mercado internacional, o que evidencia que o município de Criciúma possui um importante parque industrial, com destaque para as indústrias de vestuário, cerâmica e plástico (FIESC, 2015). Em 2000, mais de R\$30.000.000 das exportações do município foram de produtos industrializados; já em 2016, esse volume mais que dobrou, chegando próximo da casa dos R\$70.000.000.

Referente às exportações dos produtos básicos, o maior volume exportado, conforme o período recorrido no gráfico ocorreu no ano de 2005, chegando aproximadamente no valor de R\$15.000.000, apresentando queda nos anos seguintes. Quanto aos semimanufaturados, desde o ano 2000, as exportações vêm mantendo-se no mesmo patamar, tendo pouca participação no total das exportações do município.

No Gráfico 14 é possível verificar os números relacionados às importações do município de Criciúma, por fator agregado, considerando também, o período entre 2000 a 2016.

Gráfico 14 – Importações totais do município de Criciúma por fator agregado no período de 2000 a 2016 - (US\$ FOB)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Conforme se observa no Gráfico 14, as importações relacionadas aos produtos industrializados (a soma dos valores relativos aos produtos manufaturados mais os semimanufaturados), com destaque para os manufaturados, cresceram consideravelmente nos últimos anos, com forte ascendência a partir do ano de 2009. Entre 2000 a 2005, as importações desses produtos, com base nas informações do MDIC, ficavam abaixo da casa dos R\$50.000.000. De 2006 a 2008, ocorreu um aumento das compras do município no mercado exterior, entretanto, ocorreu uma pequena queda no ano seguinte, devido à crise no comércio internacional. Após este período, houve um sucessivo crescimento da importação dos produtos industrializados, chegando em 2015 ao maior volume importado, segundo apresenta o Gráfico 14.

Quanto aos chamados produtos básicos, o município de Criciúma importou valores um pouco acima dos R\$10.000.000 entre 2000 e 2006. O maior pico de crescimento foi registrado no ano de 2011, com um volume de importação perto de R\$50.000.000. A importação dos semimanufaturados teve um leve crescimento em 2016, mantendo-se no mesmo patamar nos últimos dois anos.

Comparando-se com o Gráfico 13 (exportação por fator agregado), as importações vêm registrando um aumento superior ao das exportações do município de Criciúma. Conforme se observa as importações em 2016 atingiram um valor de aproximadamente R\$200.000.000, contra aproximadamente R\$70.000.000 em exportações no mesmo ano.

O Quadro 4 mostra a situação das exportações e importações referente ao primeiro trimestre de 2017, relacionando os setores de contas nacionais do comércio exterior do município de Criciúma (SC), assim sendo: os bens de capital, bens de consumo, bens intermediários e o setor de combustíveis e lubrificantes.

Quadro 4 - Setores de Contas Nacionais do Comércio Exterior de Criciúma, SC

Descrição	Exportações		Importações	
	2017 (JAN - MAR)		2017 (JAN - MAR)	
	US\$ FOB	Part %	US\$ FOB	Part %
TOTAL DA ÁREA	16.109.116	100,00	53.165.054	330,03
BENS DE CAPITAL	4.004.712	24,86	7.353.456	45,65
BENS DE CAPITAL (EXC.EQUIP.DE TRANSPORTE USO INDUSTR.)	4.004.712	24,86	7.353.456	45,65
BENS DE CONSUMO	461.922	2,87	8.765.237	54,41
BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	460.824	2,86	8.727.350	54,18
BENS DE CONSUMO DURAVEIS	1.098	--	37.887	0,24
BENS INTERMEDIARIOS	11.606.002	72,05	36.672.369	227,65
INSUMOS INDUSTRIAIS	11.604.725	72,04	36.176.138	224,57
ALIMENTOS E BEBIDAS DESTINADOS A INDUSTRIA	1.255	--	386.185	2,40
PECAS E ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	22	--	110.046	0,68
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	36.480	0,23	373.992	2,32
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	36.480	0,23	373.992	2,32

Fonte: Adaptado da base nos dados de MDIC (2017).

Observa-se, conforme os números apresentados, que a participação das importações é superior em relação às exportações, em todos os setores descritos no quadro. No período registrado, as vendas ao mercado internacional registraram US\$16.109.116,00 e as importações, o valor de US\$53.165.054,00.

Os chamados **bens intermediários** (como os insumos industriais e peças de equipamentos de transporte), forma os produtos que tiveram o maior destaque no intercâmbio comercial do município de Criciúma com o resto do mundo nas atividades do comércio exterior. Esses produtos totalizaram a maior fatia das exportações com US\$11.606.002,00 seguidos pelos bens de capital, com US\$4.004.712,00. Nas importações, os bens intermediários alcançaram o valor de US\$36.672.369,00 seguidos pelos bens de consumo (US\$8.765.237,00).

Em relação aos insumos ou produtos intermediários, Pinheiro (2014, p.35) afirma o seguinte:

Ter acesso restrito a insumos intermediários importados implica desvantagem competitiva importante, especialmente num ambiente em que empresas instaladas em outros países se valem da fragmentação produtiva como ferramenta para ganhar competitividade.

Esse comportamento poderia indicar uma fraqueza e dependência externa da indústria local. Contudo, diversos autores quando analisam a integração dos países nas cadeias globais de valor, ressaltam a importância do acesso aos insumos para a produção em qualquer parte do mundo, a qual esses sejam de

qualidade e tecnologias mais elevadas, ao menor custo, através do mercado internacional (PEREIRA, 2014; PINHEIRO, 2014; THORSTENSEN; FERRAZ; GUTIERRE, 2014).

Nesse sentido, afirma-se que a forte participação dos bens intermediários na economia do município de Criciúma é um fator importante para o desenvolvimento das indústrias, levando o município a integrar-se nas cadeias globais de valor através de sua indústria de transformação. Somado a isso, vê-se que a cidade também absorve tecnologia no mercado internacional e vantagem competitiva, inclusive com a importação de bens de capital que, no primeiro trimestre de 2017, foi de US\$7.353.456,00.

Os dados do mostram uma participação importante no intercâmbio comercial de bens de capital. Todavia, as importações representam quase o dobro das exportações. Outro fator de destaque nesse intercâmbio é o que diz respeito aos bens de consumo, na qual as exportações são pouco representativas diante do montante das importações.

No Quadro 5 estão relacionados os principais produtos que estão na pauta das exportações do município, também referente aos três primeiros meses de 2017.

Quadro 5 – Principais produtos exportados pelo município de Criciúma, 2017(Jan-Mar, em US\$ FOB)

SH4	Descrição (SH4)	2017 (JAN - MAR)		
		US\$ FOB	Part %	Kg
	TOTAL GERAL	16.109.116	100,00	35.894.739
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	15.935.435	98,92	35.844.098
6907	Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte	8.235.527	51,12	30.389.856
8436	Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura	3.265.684	20,27	487.531
4409	Madeira (incluídos os tacos e frisos para soalhos, não montados) perfilada (com espigas, ranhuras, filetes, entalhes, chanfrada, com juntas em V, com cercadura, boleada ou semelhantes) ao longo de uma ou mais bordas, faces ou extremidades, mesmo aplainada	1.222.303	7,59	723.644
6908	Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, vidrados ou esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, vidrados ou esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte	1.055.418	6,55	2.403.793
8480	Caixas de fundição; placas de fundo para moldes; modelos para moldes; moldes para metais (exceto lingoteiras), carbonetos metálicos, vidro, matérias minerais, borracha ou plástico	365.321	2,27	33.812
2839	Silicatos; silicatos dos metais alcalinos comerciais	237.538	1,47	516.760
8413	Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos	140.767	0,87	5.532
1806	Chocolate e outras preparações alimentícias contendo cacau	134.101	0,83	11.606
3923	Artigos de transporte ou de embalagem, de plástico; rolhas, tampas, cápsulas e outros dispositivos destinados a fechar recipientes, de plástico	129.706	0,81	18.814
6811	Obras de fibrocimento, cimento-celulose e produtos semelhantes	115.471	0,72	547.189
7326	Outras obras de ferro ou aço	96.352	0,60	50.939
8474	Máquinas e aparelhos, para seleccionar, peneirar, separar, lavar, esmagar, moer, misturar ou amassar terras, pedras, minérios ou outras substâncias minerais sólidas (incluídos os pós e pastas); máquinas para aglomerar ou moldar combustíveis minerais sólidos	92.024	0,57	2.017
2905	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	84.600	0,53	45.000
6204	Fatos de saia-casaco, conjuntos, casacos, vestidos, saias, saias-calças, calças, jardineiras, bermudas e calções (shorts) (exceto de banho), de uso feminino	70.893	0,44	630
7318	Parafusos, pernos ou pinos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos ou troços, anilhas ou arruelas (incluídas as de pressão) e artefactos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	60.843	0,38	26.471
6902	Tijolos, placas (lajes), ladrilhos e peças cerâmicas semelhantes, para construção, refractários, que não sejam de farinhas siliciosas fósseis nem de terras siliciosas semelhantes	52.880	0,33	256.756

Fonte: Adaptado da base nos dados de MDIC (2017).

Conforme o Quadro 5, os produtos que lideraram as exportações no 1º trimestre de 2017 foram do setor cerâmico (ladrilhos e placas para lajes; cubos, pastilhas e artigos semelhantes para mosaicos), com US\$8.235.527,00, representando 51,12% de participação no total das exportações do município.

Conforme Novaes, Santos e Pascoali (2013, p.24):

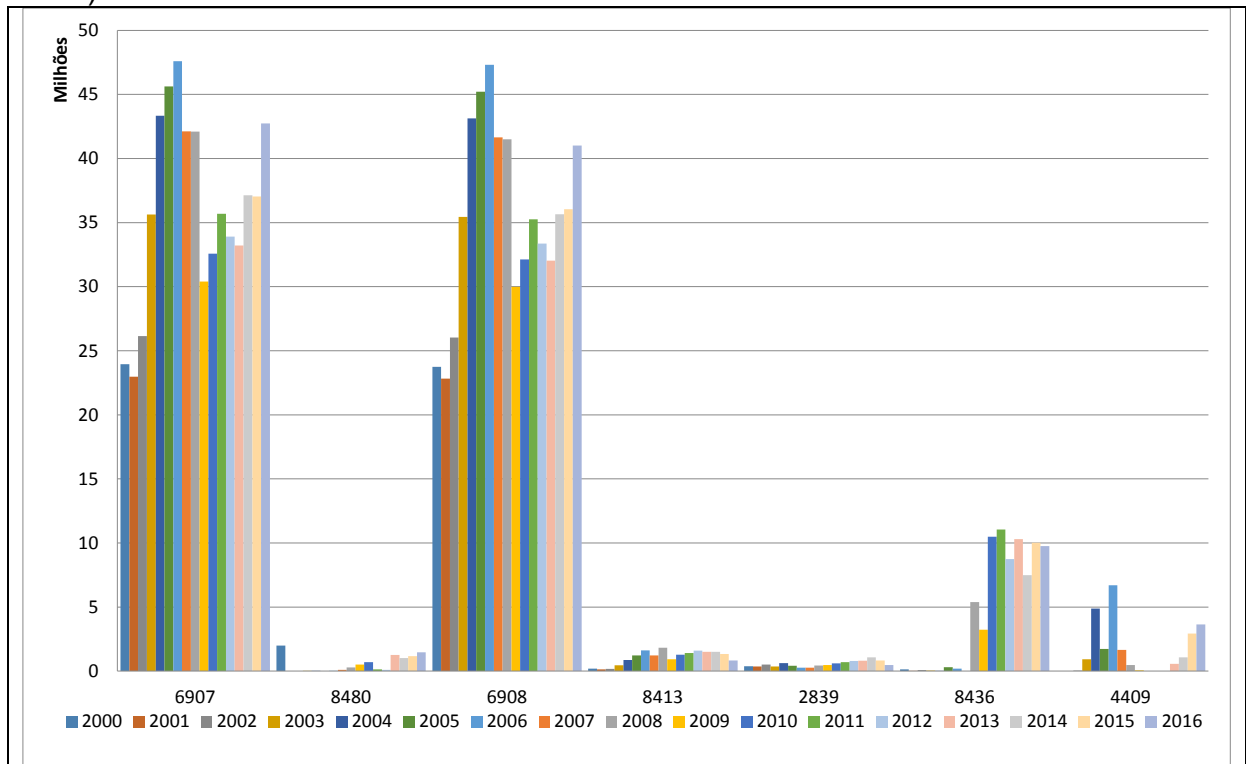
A indústria cerâmica no Brasil tem dois complexos, um no Estado de São Paulo e outro no Sul de Santa Catarina, com fabricantes de renome como Cecrisa e Eliane. O complexo do sul, que comparado com a do sudeste, é mais voltado para o mercado externo, portanto, foi fortemente afetado pela reestruturação produtiva que iniciou na década de 90 e caminha ao longo do século XXI, porém hoje é o principal setor de toda a Mesorregião Sul Catarinense.

Desse modo, observa-se a grande relevância que tal setor tem para a economia local e também para a economia nacional. A inserção do município de no comércio exterior, principalmente para o processo de exportação, depende fortemente do setor, pois como se verificou, os produtos de cerâmica representam mais da metade das vendas ao mercado externo.

Aparelhos específicos para o setor agropecuário e outros tipos de máquinas representaram, de acordo com o período mencionado, 20,27% das exportações, com um volume de US\$3.265.684,00, seguidos pelo setor madeireiro, 7,59% de participação, com um volume de US\$1.222.303,00.

O Gráfico 15 apresenta a evolução dos sete principais produtos da pauta de exportações do município de Criciúma, entre os anos de 2000 a 2016.

Gráfico 15 - 7 principais produtos exportados do município de Criciúma (mil US\$ FOB) 2000 – 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Nota: Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte (6907); Caixas de fundição; placas de fundo para moldes; modelos para moldes; moldes para metais (exceto lingoteiras), carbonetos metálicos, vidro, matérias minerais, borracha ou plástico (8480); Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, vidrados ou esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, vidrados ou esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte (6908); Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos (8413); Silicatos; silicatos dos metais alcalinos comerciais (2839); Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura,

incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura (8436); Madeira (incluídos os tacos e frisos para soalhos, não montados) perfilada (com espigas, ranhuras, filetes, entalhes, chanfrada, com juntas em V, com cercadura, boleada ou semelhantes) ao longo de uma ou mais bordas, faces ou extremidades, mesmo aplainada (4409).

Observa-se no Gráfico 15 que a base das exportações do município se concentram em dois produtos principais: Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte (6907), representando 62,75% na exportação total e Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, vidrados ou esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, vidrados ou esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte (6908), o qual representa 65,42% do total das exportações. Conforme mostram os dados do MDIC (2017), é notório o forte crescimento desses produtos entre os anos de 2000 e 2008, na qual o crescimento superou os 100% em US\$. Todavia, observa-se forte queda em 2009. Esta queda coincide com a crise financeira global de 2008, que afetou diretamente as exportações brasileiras no ano de 2009, principalmente aquelas relacionadas a produtos industrializados e com destino principal aos mercados europeu e dos EUA.

Outro destaque da pauta é o produto "Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura (8436)". Além desse, o produto "Bombas para líquidos, mesmo com dispositivo medidor; elevadores de líquidos (8413)", permanece na pauta ao longo da série histórica com uma participação pouco variada ao longo dos anos. Mesmo que sua participação em valores não seja a mais expressiva, significa que este produto tem conseguido garantir as suas vendas no mercado exterior.

Os produtos: Madeira (incluídos os tacos e frisos para soalhos, não montados) perfilada (com espigas, ranhuras, filetes, entalhes, chanfrada, com juntas em V, com cercadura, boleada ou semelhantes) ao longo de uma ou mais bordas, faces ou extremidades, mesmo aplainada (4409); Silicatos; silicatos dos metais alcalinos comerciais (2839); e Caixas de fundição, placas de fundo para moldes, modelos para moldes, moldes para metais (exceto lingoteiras), carbonetos metálicos, vidro, matérias minerais, borracha ou plástico (8480), tem uma participação ao longo dos anos de forma irregular, variando em valores e até

deixando de vender em alguns anos. Estes setores deveriam ser analisados com maior profundidade para se conhecer as razões dessas variações, se isso está relacionado ao comportamento do exportador, considerando que a exportação seja apenas uma saída de oportunidade momentânea ou se são dificuldades estruturais para a atividade.

No que se refere aos principais produtos importados pelo município de Criciúma, o Quadro 6 considera o primeiro trimestre de 2017. Destaca-se o volume total das importações, com US\$88.969.616,00, consideravelmente superior ao das exportações, registrado no Quadro 5, no valor de US\$16.109.116,00.

Quadro 6 - Principais produtos importados pelo município de Criciúma, 2017(Jan-Mai, em US\$ FOB)

SH4	Descrição (SH4)	2017 (JAN - MAI)		
		US\$ FOB	Part %	Kg
	TOTAL GERAL	88.969.616	100,00	63.463.035
	TOTAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS	73.234.273	82,31	50.681.632
3903	Polímeros de estireno, em formas primárias	7.561.187	8,50	5.147.750
3207	Pigmentos, opacificantes e cores preparados, composições vitrificáveis, engobos, esmaltes metálicos líquidos e preparações semelhantes, dos tipos utilizados nas indústrias da cerâmica, do esmalte e do vidro; fritas de vidro e outros vidros, em pó, em grân	6.649.104	7,47	1.585.323
7601	Alumínio em formas brutas	6.255.718	7,03	3.193.469
6907	Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com	4.266.052	4,79	12.116.694
3902	Polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias	3.834.450	4,31	2.983.375
3206	Outras matérias corantes; preparações indicadas na Nota 3 do presente capítulo, exceto das posições 3203, 3204 ou 3205; produtos inorgânicos dos tipos utilizados como luminóforos, mesmo de constituição química	3.530.897	3,97	1.593.260
0406	Queijos e requeijão	2.865.998	3,22	646.679
8436	Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura	2.636.066	2,96	233.003
3204	Matérias corantes orgânicas sintéticas, mesmo de constituição química definida; preparações indicadas na Nota 3 do presente capítulo, à base de matérias corantes orgânicas sintéticas; produtos orgânicos sintéticos dos tipos utilizados como agentes de aviv	2.447.310	2,75	296.840
3901	Polímeros de etileno, em formas primárias	2.424.962	2,73	1.897.789
5503	Fibras sintéticas descontínuas, não cardadas, não penteadas nem transformadas de outro modo para fiação	2.177.857	2,45	940.553
2905	Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	2.127.270	2,39	1.767.916
8443	Máquinas e aparelhos para impressão por meio de caracteres tipográficos, clichês, blocos, cilindros e outros elementos de impressão da posição 8442; máquinas de impressão de jacto de tinta, exceto as da posição 8471; máquinas auxiliares para impressão	1.918.435	2,16	32.460
2823	Óxidos de titânio	1.808.541	2,03	1.150.000
1006	Arroz	1.740.277	1,96	3.825.200
3920	Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias	1.639.819	1,84	531.925

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Conforme o Quadro 6, os polímeros de estireno, em formas primárias, representaram US\$7.561.187,00 das importações do município, com participação de 8,50%. Em seguida, com 7,47% de participação nas importações, estão as mercadorias relacionadas à pigmentação, cores preparadas, esmaltes metálicos líquidos, etc., com um volume total de US\$6.649.104,00. Em terceiro lugar, na pauta das importações, aparece o alumínio em formas brutas com um total de US\$6.255.718,00, representando 7,03%.

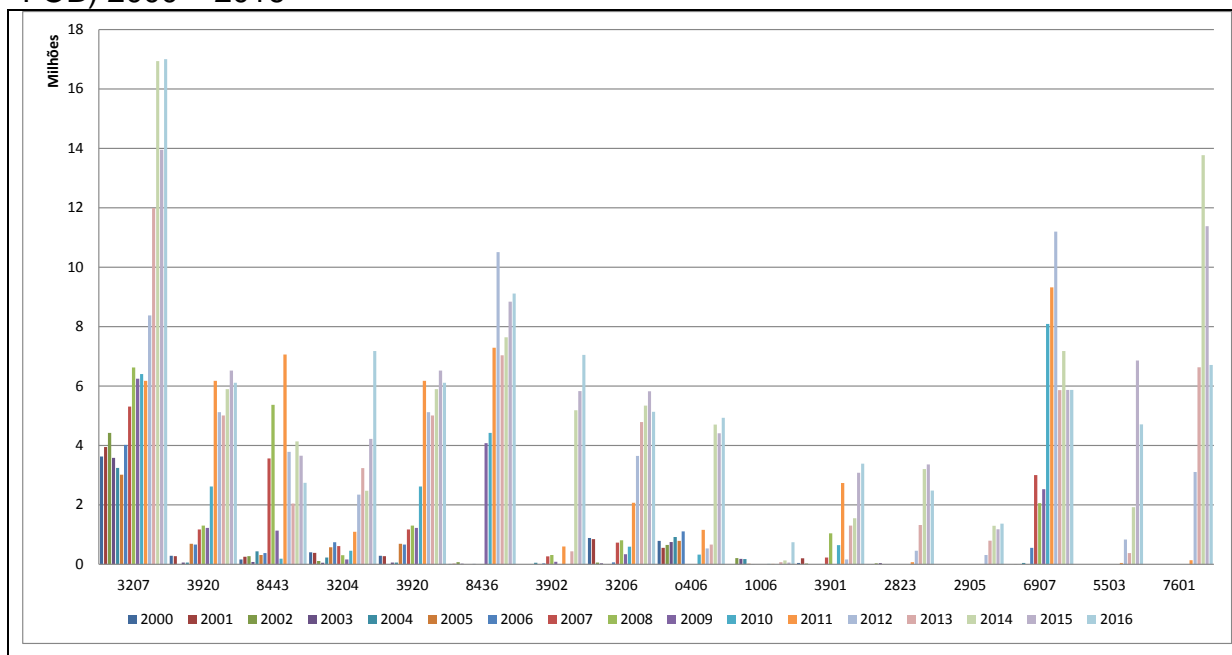
Nota-se, segundo as descrições do Quadro 6, que boa parte das importações do município de Criciúma, referente aos números do 1º trimestre de 2017, foram de insumos voltados aos setores da indústria química e de plástico (**Setor de Bens Intermediários**). Assim, segundo Novaes, Santos e Pascoali (2013), na Mesorregião Sul Catarinense, o setor de descartáveis plásticos é a mais representativa do Brasil, por ser responsável pela maior parte da fabricação de copos, pratos e bandejas plásticas, correspondendo a 80% da produção a nível nacional.

Observa-se, também, a importação de máquinas e equipamentos ligados ao setor gráfico, tais como as máquinas e aparelhos para impressão, correspondendo a 2,16% das importações do município (**setor de Bens de Capital**). Destaca-se, inclusive, a importação de queijos/requeijão e arroz (**setor de Bens de Consumo Não Durável**), que tiveram, respectivamente, um volume de US\$ 2.865.998,00 e US\$1.740.277,00, conforme o Quadro 6.

O

Gráfico 16 apresenta os 16 principais produtos que mostram representatividade nas importações do município de Criciúma, entre os anos de 2000 a 2016.

Gráfico 16 - Principais produtos importados pelo município de Criciúma (mil US\$ FOB) 2000 – 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de MDIC (2017).

Nota: Pigmentos, opacificantes e cores preparados, composições vitrificáveis, engobos, esmaltes metálicos líquidos e preparações semelhantes, dos tipos utilizados nas indústrias da cerâmica, do esmalte e do vidro; fritas de vidro e outros vidros, em pó (3207); Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias (3920); Máquinas e aparelhos auxiliares por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras; partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principal (8448); Matérias corantes orgânicas sintéticas, mesmo de constituição química definida; preparações base de matérias corantes orgânicas sintéticas; produtos orgânicos sintéticos dos tipos utilizados como agentes (3204); Outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plástico não alveolar, não reforçadas nem estratificadas, sem suporte, nem associadas a outras matérias (3920); Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura (8436); Polímeros de propileno ou de outras olefinas, em formas primárias (3902); Outras matérias corantes; preparações; produtos inorgânicos dos tipos utilizados como luminóforos, mesmo de constituição química definida (3206); Queijos e requeijão (0406); Arroz (1006); Polímeros de etileno, em formas primárias (3901); Óxidos de titânio (2823); Álcoois acíclicos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (2905); Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica; cubos, pastilhas e artigos semelhantes, para mosaicos, não vidrados nem esmaltados, de cerâmica, mesmo com suporte (6907); Linhas para costurar, de fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, mesmo acondicionadas para venda a retalho (5508); Alumínio em formas brutas (7601).

Conforme pode-se analisar, a série histórica dos volumes dos principais produtos ilustrada no

Gráfico 16 mostra que há uma variedade nos produtos importados ao longo dos anos pelo município de Criciúma, SC e todos, à exceção do produto "Máquinas e aparelhos auxiliares por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras; partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principal (8448)", apresentam tendência

de crescimento das importações na série, como já mostrava a tendência de saldo negativo da balança comercial no Gráfico 9 a partir do ano de 2011. Reforça-e contudo, como já mencionado acima, que a maior contração em valores importados está nos insumos para a indústria (**Setor de bens intermediários**).

Observa-se no

Gráfico 16, que as importações do município se distribuem em variados produtos, porém a participação de polímeros e insumo para a indústria de plástico equivalem a 2,23% da importação total. Segundo dados da FIESC (2015, p.15):

Santa Catarina destaca-se na produção de tubos e conexões de PVC, embalagens, descartáveis plásticos (copos, pratos etc.), utilidades domésticas, cordas e fios de PET reciclado e produtos de EPS (isopor). No estado está situada a empresa que é líder na fabricação de tubos, conexões e acessórios em PVC e a segunda no ranking nacional na produção de descartáveis plásticos (copos, pratos, etc).

Como mostra o

Gráfico 16, em segundo lugar vem a importação de produtos para pigmentação e corantes de cerâmica, com a participação de 10,17% nas importações. Nos últimos três anos outro destaque é a participação de alumínios em formas brutas, com uma participação de 2,72%.

As máquinas e aparelhos auxiliares, por exemplo: maquinetas, mecanismos Jacquard, quebra-urdiduras e quebra-tramas, mecanismos troca-lançadeiras; partes e acessórios reconhecíveis como exclusiva ou principal (8448) teve forte crescimento nos anos de 2007, 2008 e 2011, porém a partir de 2012 apresenta acentuada nas vendas ao exterior. Esse comportamento de queda pode ser um reflexo da desaceleração da economia e dos investimentos na atividade produtiva a partir do ano de 2012. Sugere-se aqui, que sejam feitas análises do setor em confronto com a conjuntura econômica do período para se chegar a um melhor entendimento desses fatores e das suas relações.

Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, silvicultura, avicultura ou apicultura, incluídos os germinadores equipados com dispositivos mecânicos ou térmicos e as chocadeiras e criadeiras para avicultura (8436) começa a ser importado em 2003 e, a partir daí, tem crescimento acentuado até 2016, atingindo um pico em 2012, na qual passa dos 10 US\$ FOB milhões de dólares. Importante frisar que este produto entra no mercado das exportações de Criciúma a partir de 2008, continuando em tendência e crescimento. Ressalta-se, portanto, a importância de se estudar esse setor mais profundamente, para que se possa

entender a sua dinâmica produtiva e mercadológica e os seus fundamentos na economia local.

Nota-se que os produtos de consumo Queijos e requeijão (0406) e Arroz (1006) entram na pauta de importações no período analisado. O destaque fica para o código 0406, que nos anos de 2008, 2009 e 2010 ultrapassam os 4 US\$ FOB milhões de dólares nas importações. Esse comportamento pode refletir a alta da renda das famílias no período, contudo necessita-se de análises mais detalhadas do comportamento do mercado e da conjuntura econômica do período para se ter conclusões mais precisas.

4.4 A REPRESENTATIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR NO DESENVOLVIMENTO DE CRICIÚMA

Referente a representatividade dos dados, bem como, destaca-se a participação do setor terciário, de Comércio e Serviços, e em segundo plano, o setor secundário, a Indústria. O setor terciário no município concentra-se na de forma a complementar o setor secundário, pois, devido a expansão das indústrias, o setor de serviços passa a demandar equivalente ao desenvolvimento de outros setores, em principal, o da indústria.

No comércio exterior, o município de Criciúma se insere através da representatividade das exportações da indústria cerâmica, vestuário e de plástico, além da indústria extrativa, que mesmo não tendo grande representatividade no comércio exterior, acaba influenciando no setor de Comércio e Serviços e da Indústria. O setor de vestuário influencia na capacidade de produção, pois “estão muito aquém do potencial produtivo do setor, cabendo ações/medidas eficazes a respeito, explorando o chamado turismo de negócios, com vantagens para toda a economia da região.” (FABRE, 2016, p.125).

A pauta do município de Criciúma em relação ao Estado destacam-se as exportações do setor cerâmico, dependendo fortemente do setor. Outro produto que também ganha destaque é o maquinário para o setor agropecuário. A importação tem como pauta os produtos primários para a indústria plástica (polímeros, pigmentações e corantes), ou seja, a importação tem pauta voltada para os insumos no setor industrial. A localização do município de Criciúma tem certa dificuldade para

torná-lo um polo industrial e inserir-se no mercado, levando em conta o mercado da Região Sudeste. Além da falta de incentivos, conforme explica Fabre (2016, p.120):

Na verdade, a par de algumas carências estruturais (escassez de terrenos, de investimentos) e infraestruturais (BR 101, aeroporto) houve também um certo grau de acomodação, para não dizer relaxamento do poder público, que não tem tido uma política forte de industrialização, com leis de incentivos fiscais e econômicos para atrair investimentos de fora, uma vez que os excedentes econômicos internos acham-se um tanto comprometidos pelo estágio de pouco crescimento dos setores tradicionais, que lideraram a economia municipal nas três últimas décadas.

Esta insuficiência está relacionada também a falta de dinamismo e se caracterizar apenas nos setores tradicionais. E o que reserva para o futuro é o crescimento da população, estima-se que no ano de 2025, a população criciუმense será de aproximadamente 260 mil habitantes e urbanas, com esse aumento da população, conseqüentemente, a indústria irá se expandir (principalmente pelas concretizações da infraestrutura, como o anel viário que dará acesso a BR 101), e visto que há o Novo Plano Diretor, que poderá dar condições efetivas a fim de fazer o município voltar a crescer.

Finalmente no setor produtivo, esforço especial deverá dispensar a municipalidade no sentido de dotar o município de uma legislação moderna e dinâmica, capaz de oferecer incentivos econômicos-fiscais, a fim de incentivar os empresários locais a implantar novos empreendimentos, entre eles os de alta tecnologia e/ou outros com potencial de oferecer produtos médios e alto valor agregado, tendo presente a escassez de terrenos/espacos para grandes concentrações de mão de obra (FABRE, 2016, p.247).

A relação que Criciúma tem com o desenvolvimento regional é que atrai outros municípios que constituem a região AMREC devido a concentração forte de comércio e indústria da região.

O Estado de Santa Catarina, assim como o município de Criciúma, a participação do emprego ganha destaque no setor de comércio e serviços, e em seguida, no setor industrial. A participação dos setores na exportação que se destacam: setor de alimentos com a produção de carne e miudezas, outra produção com representatividade é a indústria eletrometal-mecânico, na produção de motocompressores, o setor madeireiro e móvel além da indústria cerâmica, que são as principais pautas inseridas no comércio internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a participação do município de Criciúma no comércio internacional, no período de 2000 a 2016, o trabalho buscou analisar a pauta de exportação e importação, os principais países de destino e blocos econômicos. No referencial teórico, estudaram-se as teorias de comércio internacional, as definições de balanço de pagamentos, balança comercial, taxa de câmbio e toda e a contextualização histórica de, através do uso de fontes bibliográficas. Por fim, analisou-se o levantamento de dados da balança comercial, através de bases de dados oficiais do MDIC.

A economia internacional abrange as exportações e importações, prestação de serviços, transferências unilaterais e os movimentos de capitais e, conforme os dados da exportação e importação foram feitos levantamentos e realizadas as análises.

O presente estudo apresenta a balança comercial do Estado de Santa Catarina, no qual, até o ano de 2008, os saldos foram positivos e a tendência era apenas de crescimento. Contudo, a partir de 2009, foi observado que o saldo passou a ser negativo devido, ao aumento da importação em relação às exportações. A balança comercial de Criciúma apresenta dados que até o ano de 2010, os saldos foram superavitários. Todavia, a partir do ano de 2011 até 2016, o saldo da balança comercial foi negativo. Ambas as análises, são resultados dos incentivos fiscais, das vantagens oferecidas pelo mercado chinês e também da crise econômica de 2009. Isso fez que com que as importações superassem os saldos de exportações.

Os blocos econômicos que relacionam-se com o município de Criciúma são os blocos dos países do ALADI, pois são semelhantes com a situação econômica e de desenvolvimento de Criciúma, em seguida, há a participação do conjunto que classificam-se sem agrupamentos específicos. A participação do bloco MCCA, CARICOM e os demais blocos apresentam uma estabilidade, diferente da participação da UE, que mostra uma queda a partir do primeiro trimestre do ano de 2017.

Os produtos industrializados representam maior parte de vendas no comércio internacional, a qual equivale aos produtos da indústria de vestuário, cerâmica e plástica e em seguida tem-se a participação dos produtos básicos. Em

relação aos produtos importados, os produtos industrializados e os manufaturados expandiram-se equivalentes nos últimos anos.

Em relação à pauta de exportação, evidenciou-se que o produto com maior representatividade é a produção do setor cerâmico e a pauta de importação dá enfoque para os insumos do setor plástico. Observou-se também que grande parte dos insumos importados relaciona-se com o setor químico e plástico.

Os dados levantados e expostos confirmam o dinamismo da economia de Criciúma, na qual a partir do ano de 2011, a município de Criciúma importou mais que exportou neste período. Este impacto afeta diretamente na arrecadação de ICMS.

A limitação encontrada referente ao decorrer do desenvolvimento foi na coleta de dados com a Prefeitura Municipal de Criciúma, na qual, não forneceram dados das empresas exportadoras que se encontram no município, para visualizar melhor como ocorre a participação na geração de emprego.

Como sugestão para futuros trabalhos, indica-se uma análise mais profunda dos setores em pauta, da exportação, para conhecer os motivos das variações e analisar se esses motivos relacionam-se com falta de estrutura da atividade na exportação ou se foi apenas alguma consequência momentânea. Com relação aos setores em pauta da importação, sugere-se também que tenha uma análise mais específica e que possa entender melhor o setor durante o período para poder ter um melhor entendimento dos principais fatores e suas relações, além de analisar profundamente a dinâmica produtiva juntamente com os seus fundamentos da economia local.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Maria Inês Ramos. **Globalização: características mais importantes.** Disponível em: <http://fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

ALICE WEB. **Sistema de análise das informações de Comércio Exterior,** maio/2017. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-municipio/consultar>>. Acesso em: 26 maio 2017.

ATLAS BRASIL. **Radar IDHM.** 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>. Acesso em: 19 maio 2017.

BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 408 p.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 600 p.

BRASIL. Atlas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/santa-catarina#caracterizacao>. Acesso em: 11 abr. 2017.

CARIO, Silvio A. F. et al. **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva.** Florianópolis: Nova Letra, 2008. 584 p.

CRUZ, Adriana Inhudes Gonçalves da et al. **A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro.** 2013. https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf. Acesso em: 12 abr. 2017.

CUNHA, André Moreira et al. Impactos da ascensão da China sobre a economia brasileira: comércio e convergência cíclica. **Rev. Econ. Comtemp.** Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.406-440, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v15n3/02.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DIEZ, Renan Rossi. A relação comercial Brasil x África. **Portal Administradores,** set. 2015. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/a-relacao-comercial-brasil-x-africa/90450/>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

FABRE, Ademar José. **Criciúma, metrópole do Sul:** Subsídios para o planejamento do município. Criciúma: Unesc, 2016. 264 p.

FARES, Seme Taleb. O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque. **Revista Bras. Polít. Int,** v.50, n.2, p.129-145, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a09v50n2>>. Acesso em: 21 abril 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **Santa Catarina em dados**, v.25, p.01-192, 2015. Disponível em: http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf Acesso em: 06 abril 2017.

FLAVIANO, Carlos; MEDEIROS, Wilton; CARVALHO, Eveline. A balança comercial e o crescimento econômico: estudo de caso sobre o Estado do Ceará no período de 1994-2003. In: CONVIBRA CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO. 2004. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2004/pdf/173.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em: 18 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema SIDRA**. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3145#resultado>. Acesso em 26 maio 2017.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). **Exportações brasileiras de mercadorias no mercado mundial e o setor agrícola, anos 2000**, v.7, n.11, nov. 2012. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-60-2012.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2017.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: Teoria e Política**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. 558 p.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2001. 469 p.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 15. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2013. 561 p.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2015. 434 p.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1846&refr=608>. Acesso em: 08 abr. 2017.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (MDIC). **Balança comercial brasileira: municípios**. 2017. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/balanca-comercial-brasileira-municipios>. Acesso em: 06 abr. 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GETÃO - BRASIL. 2014. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=98&data=28/08/2014>. Acesso em: 04 maio 2017.

NETO, Valdir Scarduelli; ZILLI, Júlio César. A balança comercial do Brasil e do Estado de Santa Catarina com o Mercosul – uma análise histórico-descritiva. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11827/1517>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

NOVAES, Carlos Eduardo; SANTOS, Lincon Coelho dos; PASCOALI, Maurício. **Análise econômica da mesorregião sul de Santa Catarina**, set. 2013. Disponível em: <http://necat.ufsc.br/files/2012/09/TD-006-2013-An%C3%A1lise-econ%C3%B4mica-da-mesorregi%C3%A3o-sul-de-SC.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

PEREIRA, Lia Baker Valls. As cadeias globais de valor e os acordos comerciais: uma solução para a expansão das manufaturas? In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 26-30. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PINHEIRO, Mauricio Canedo. Abertura, Inserção nas Cadeias Globais de Valor e a política Industrial de Brasília. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: **CEBRI**, 2014. P. 34-39. Disponível em: <<http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

PLANALTO – BRASIL. **Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em: 26 maio 2017.

PORTAL DA ECONOMIA DE SANTA CATARINA. **Economia de Santa Catarina: análise das características produtivas**. 2017. Disponível em: http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=economia#_Toc346963827. Acesso em: 27 maio 2017.

RITTNER, Daniel; MARCHESINI, Lucas. Balança comercial fecha 2016 com o maior superávit desde 1980. **Portal Valor Econômico**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4823024/balanca-comercial-fecha-2016-com-o-maior-superavit-desde-1980>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

SEBRAE. **Coletânea de informações socioeconômicas de Santa Catarina: documento elaborado para o planejamento plurianual do Sebrae/SC**, 2014. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SC/Anexos/Colet%C3%A2nea%20de%20informa%C3%A7%C3%B5es%20socioecon%C3%B4micas%20de%20SC.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

SEBRAE. **Santa Catarina em números**. Criciúma, SC., 2008. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/criciuma.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SEBRAE. **Santa Catarina em números**. Criciúma/Florianópolis, SC, 2013.

Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio_Municipal_-_Criciuma.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SEBRAE. **Santa Catarina em números**. Florianópolis, SC., 2013. Disponível em:

<<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Estadua l.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2017.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SC. **Caderno de indicadores**: Santa Catarina e suas regiões. Florianópolis, 2016. Disponível em:

<http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/11/Caderno_de_indicadores_2016___Revisao_final_junho_0.pdf>. Acesso em: 27 maio 2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2000. 409 p.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

THORSTENSEN, Vera et al. **Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio**. 2013. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16367/KAS%20%28VF%29-%20UE-Brasil-09-03-2013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

THORSTENSEN, Vera; FERRAZ, Lucas; GUITIERRE, Leopoldo. O Brasil nas cadeias globais de valor. In: NEVES, Leonardo Paz (org.). **A Inserção do Brasil nas Cadeias Globais de Valor**, v. 2, ano 13. Rio de Janeiro: CEBRI, 2014. P. 66-80. Disponível em: < <http://midias.cebri.org/arquivo/BrasilCadeiasValor.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

TREMEA, Nádia Jacqueline Coelho. As exportações e o Produto Interno Bruto do Brasil no período de 2000 a 2009. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, v.4, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2011/artigos/6.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p.

UNDB. **Desenvolvimento humano e IDH**. 2017. Disponível em:

<<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 19 maio 2017.

ZANELA, Ângelo Brião; BORTOLUZZI, Cássio Andrei; ORLOWSKI, Rosemari Fátima. **O comportamento da indústria catarinense a partir dos resultados da balança comercial entre 200-2008**. 2010. Disponível em:

<http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/Economia%20regional%20e

%20urbana/O%20COMPORTAMENTO%20DA%20IND%C3%9ASTRIA%20CATARI
NENSE.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2017.